

Tempos novos, velhos desafios: a luta continua

Ana Carolina Fioravanti ★

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

É com prazer que assumo a editoração da *Fractal: Revista de Psicologia*, substituindo a professora Ana Cláudia Monteiro, que com tanta competência e comprometimento conduziu o periódico nos últimos cinco anos. Ao oferecer ao público esta primeira edição de 2021, reafirmo, aliada ao pensamento dos meus colegas da academia, a importância das revistas científicas para a divulgação do conhecimento produzido em nossas universidades. Assumo essa importante tarefa imbuída do compromisso de dedicar-me ao máximo para que as pesquisas acadêmicas na área da Psicologia se expandam, alcançando o maior número possível de leitores, no Brasil e no exterior.

Enfrentamos todo tipo de dificuldade nos últimos tempos: a pandemia, o desemprego, o corte de verbas na educação, o caos na saúde, o fantasma das reformas que farão retroceder os direitos trabalhistas adquiridos à custa de muita luta e suor. Além disso, assistimos recentemente à minimização da importância dos conhecimentos produzidos na área das Ciências Humanas, o que significa menos privilégio e, conseqüentemente, menos recursos para as nossas pesquisas.

Mas não esmorecemos. Apesar das contingências, continuamos apostando no conhecimento como forma de liberação e de ampliação de horizontes; prosseguimos em nosso projeto de autonomia, de enfrentamento das dificuldades, de construção de conhecimento. Consoante esse projeto, a *Fractal: Revista de Psicologia* mantém seu objetivo de publicar os estudos que traduzem a coexistência das diferentes vertentes de pesquisa no campo da Psicologia, tendo como foco os estudos da subjetividade. Aproveito para registrar que, diante da instabilidade que o mundo atual enfrenta, a Psicologia vem sendo apontada como uma das grandes profissões do futuro, o que ficou ainda mais evidenciado nesse período de pandemia (ROCHA, 2020).

Espero poder contribuir, da melhor maneira possível, para que o periódico prossiga em sua missão, mantendo o mesmo nível de credibilidade que conquistou, não sem grande esforço e muito sacrifício, junto à comunidade científica brasileira. Dito isso, apresento os trabalhos que compõem o presente volume, que se abre com o artigo *Perspectiva poética da alteridade: diálogos entre Rimbaud e Bakhtin*, de Maria Eloisa do Amaral Leão (USP) e Danilo Silva Guimarães (USP). O estudo utiliza-se das noções de dialogismo e de polifonia de Mikhail Bakhtin para apontar possíveis articulações entre a psicologia cultural e a poesia a partir do enunciado “Eu é um outro” do poeta francês Arthur Rimbaud. O segundo artigo, *A moral na perspectiva histórico-cultural: uma revisão da literatura*, de Bruno Rolim Baggio (UFPB), Thalita Lays Fernandes de Alencar (UFPB) e Fabiola de Souza Braz Aquino (UFPB), objetivou identificar e discutir artigos que se basearam nas contribuições da perspectiva histórico-cultural elaborada por Vygotsky para compreender e explicar a questão da ‘moralidade’. O próximo artigo, *Vivências de policiais de uma DEAM no Sudoeste Goiano*, de Tatiana Machiavelli Carmo Souza (UFCAT) e Thais Ferreira Martins (UFCAT), investiga o trabalho de policiais civis de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) no município de Jataí, no sudoeste goiano, no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. A seguir temos o artigo *Por uma clínica de(s) território no contexto do SUS*, de Mariane Marques Santos Amaral (UFS) e Liliana da Escóssia (UFS), que analisam caminhos possíveis para uma prática clínica no/de território, no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Apresentamos, ainda, *A ‘responsabilidade subjetiva’ em psicanálise*, de Camila Quinteiro Kushnir (UFRJ), uma tradução livre do artigo de Alfredo Eidelsztein “‘La responsabilidad subjetiva’ en psicoanálisis”, no qual o autor afirma sua rejeição à atual centralização da psicanálise em torno da “responsabilidade subjetiva”, sustentando outra lógica e oferecendo novas reflexões. Encerramos a presente edição com o texto *A escrita literária: a coemergência da obra e do autor*, um resumo da dissertação de mestrado de Veronica Torres Gurgel (UFRJ), que investigou o processo de escrita literária a partir de entrevistas com escritores que comentam seu processo de criação. O estudo buscou demonstrar que a escrita não é um processo individualizado, mas coletivo, que envolve diversos vetores, tais como tecnológicos, econômicos e estéticos.

Referência

ROCHA, Anderson. Busca pela graduação de Psicologia, a ‘profissão do futuro’, cresce na pandemia. *Hoje em dia* [online]. 10 ago. 2020. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/busca-pela-gradua%C3%A7%C3%A3o-de-psicologia-a-profiss%C3%A3o-do-futuro-cresce-na-pandemia-1.798786>. Acesso em: 15 jan. 2021.

*Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Campus do Gragoatá s/nº Bloco O, sala 310 - São Domingos - Niterói, RJ - Brasil. CEP: 24210-350. E-mail: ana@fioravantiana.org. <http://lattes.cnpq.br/9821944513505622>



Perspectiva poética da alteridade: diálogos entre Rimbaud e Bakhtin*

Maria Eloisa do Amaral Leão,  ** Danilo Silva Guimarães 

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo

Este artigo procura apontar possíveis articulações entre a psicologia cultural e a poesia a partir do enunciado “Eu é um outro” do poeta francês Arthur Rimbaud (1854-1891), extraído de suas “Cartas do Vidente” e tomado como uma perspectiva poético-visionária para a perspectiva do construtivismo semiótico-cultural em psicologia. O enunciado é endereçado às noções de dialogismo e polifonia em Mikhail Bakhtin (1895-1975), visando expressar a pluralidade das experiências de alteridade no campo das relações eu-outro-mundo. Bakhtin é um dos principais autores para esta vertente meta-teórica, metodológica e ética em psicologia, que focaliza processos relacionais envolvidos na relação eu-outro, tomando cada coparticipante da relação como singularidade ativa, construtora de sentidos e significados da experiência. Rimbaud foi um poeta-visionário, e sua perspectiva poética da alteridade constitui um campo fértil para um diálogo com a psicologia cultural. Suas Cartas do Vidente, escritas em 1871, servirão de suporte para uma reflexão sobre as noções de alteridade e dialogicidade no Self.

Palavras-chave: alteridade; dialogismo; poesia; Rimbaud; Bakhtin.

Poetic perspective of alterity: dialogues between Rimbaud and Bakhtin

Abstract

This paper aims to point out possible connections between cultural psychology and poetry from the utterance “I is another”, extracted from Arthur Rimbaud’s “Letters of the Seer” (1871) and taken as a visionary-poetic perspective for the strand of semiotic-cultural constructivism in psychology. This utterance is addressed to Mikhail Bakhtin’s notions of dialogism and polyphony, in order to express the plurality of otherness experiences in the field of I-other-world relations. Bakhtin (1895-1975) is one of the chief authors for that metatheoretical, methodological and ethical strand in psychology, which focuses on relational processes involved in the I-other relations, taking each co-participant in the relation as an active singularity, constructing senses and meanings of experience. Rimbaud (1854-1891) was a visionary poet, and his poetic perspective of alterity is a fertile ground for a dialogue with the cultural psychology. His “Letters of the Seer” will give support to a reflection on the notions of otherness and dialogicity in the Self.

Keywords: otherness; dialogism; poetry; Rimbaud; Bakhtin.

O presente artigo toma as *Cartas do Vidente* do poeta francês Arthur Rimbaud (1854-1891), escritas em 1871 (1871/2009a, 1871/2009b), como suporte para uma reflexão sobre as noções de alteridade e dialogicidade no *Self*, amplamente discutidas e essenciais à psicologia cultural em sua vertente semiótico-construtivista em psicologia (GUIMARÃES, 2013; GUIMARÃES; SIMÃO, 2007, 2008; SIMÃO, 2003, 2005, 2010). Como uma perspectiva metateórica, metodológica e ética voltada à compreensão do desenvolvimento da pessoa, o construtivismo semiótico-cultural em psicologia focaliza processos relacionais envolvidos na relação eu-outro, tomando cada coparticipante da relação como singularidade ativa, construtora de sentidos e significados da experiência. O processo ativo e relacional acima destacado, situado num campo cultural (BOESCH, 1991), altera esse campo, conduzindo as pessoas a novas configurações de vida (objetivas e subjetivas).

Precursos e pesquisadores contemporâneos da área, como Mikhail Bakhtin (1895-1975), James Mark Baldwin (1861-1934), William James (1842-1910), Lev

Vygotski (1896-1934), Ernst Boesch (1916-2014) e Jaan Valsiner (1951-), encontraram na arte um campo fértil para suas abordagens – linguísticas, filosóficas e psicológicas. Bakhtin (1929/2013, 1979/2015), filósofo, crítico de literatura e linguista russo, e Baldwin (1915), psicólogo norte-americano criador do ‘pancalismo’ (teoria estética da realidade), por exemplo, apontavam que a compreensão do fenômeno artístico, interligada à interação ou comunicação social, é essencial para a compreensão dos fenômenos humanos em geral.

A tensão entre a poesia e a filosofia, por sua vez, acompanha todo o caminho do pensamento ocidental até a presente era da ciência (GADAMER, 1977/2010b). Na Grécia Antiga, antes de Platão (427a.C.-347a.C.), a poesia era considerada elevada, e o poeta, um criador original. Os conhecimentos da poesia e da filosofia caminhavam juntos, sem separação. Com o percurso histórico-cultural e epistemológico de distinção entre mito e logos (cf. GADAMER, 1954/2010a, 1981/2010c), na história da cultura ocidental, os discursos poético (sensível/imagético) e filosófico (racional/argumentativo) tenderam a se purificar como formas de expressão distintas, que, contudo, nutrem-se da mesma tensão “[...] entre descoberta e retração no mistério da linguagem” (GADAMER, 1977/2010b, p. 89). Gadamer considera que a arte tem em comum, com a filosofia, a suspensão da experiência da realidade socialmente imposta, em busca de uma experiência fenomenológica que ressoa ou reflete as coisas.

* A produção deste artigo esteve vinculada a projeto financiado pelo CNPq (Edital Universal processo número 476521/2013-0). Resultado de pesquisa da primeira autora, que foi bolsista de mestrado (CNPq), sob orientação do segundo autor, que foi bolsista de produtividade em pesquisa (CNPq processo número 306563/2013-4).

** Endereço para correspondência: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia - Departamento de Psicologia Experimental: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Cidade Universitária - São Paulo, SP - Brasil. CEP: 05508-030. E-mails: eloisaleao@gmail.com, danielosg@usp.br
Os dados completos dos autores encontram-se ao final do artigo.



A partir de Gadamer e de seus autores fundamentais, o construtivismo semiótico-cultural em psicologia tem valorizado o importante lugar da arte nos processos de construção de conhecimento. O presente artigo traz contribuições à promissora fronteira na qual se encontram a psicologia e as artes, ao aprofundar o debate sobre as noções de dialogicidade e alteridade no *Self*. Ao tomarmos as proposições em torno do enunciado “Eu é um outro”, de Rimbaud (1871/2009a, 1871/2009b), para uma interlocução com as noções de polifonia, responsividade ativa, coautoria e comprometimento, oriundas das reflexões bakhtinianas, chegamos a uma proposta imagético-perceptiva que demonstra a possibilidade de desenvolvimento do *Self* a partir do imbricamento no outro, sem que isso implique fusão. Concebemos a alteridade na relação dialógica como um processo antropofágico que possibilita a tessitura de novas perspectivas de mundo.

Rimbaud, o poeta da urgência da futuridade

Jean-Nicolas Arthur Rimbaud nasceu em Charleville (Ardennes), na França. Era o segundo dos quatro filhos de Frédéric Rimbaud, capitão de infantaria, e Vitalie Rimbaud, filha de fazendeiros ardenenses. Durante a infância e a pré-adolescência, destacou-se nos colégios, demonstrando um talento precoce para o latim e para a poesia francesa. Baronian (2009/2011, p. 17) salienta esta habilidade do menino “ao entregar, após três horas e meia de trabalho em resposta ao exercício de versificação latina sobre as *Odes* de Horácio, um texto impecável de oitenta versos, todos perfeitos, que cantam a liberdade, a natureza e os poderes infinitos da imaginação”.

Rimbaud ganhou inúmeros prêmios escolares em matérias como religião, narração latina, versão latina, versificação latina, versificação grega, história e geografia, recitação, e o prêmio de melhor aluno no conjunto de todas as matérias. Foi um poeta precoce e revolucionário que passou a vida em andanças pela Europa e pela África. Nascido em uma pequena cidade provinciana e moralista – Charleville –, ele aspirava ganhar o mundo e viajar para os grandes centros, como Paris e Londres. Renunciou à tradição poético-literária de seu tempo, que considerava ultrapassada, e buscou uma nova linguagem, com a qual prenunciou o modernismo na arte. Chocou o moralismo vigente na sociedade de seu tempo, levando uma vida desregrada e adotando um comportamento rebelde e contestador. Apoiou a Comuna de Paris, um movimento político revolucionário que aspirava a uma nova forma de governo: o da autogestão proletária. Passou os últimos anos de sua vida como comerciante na África, convivendo com diversas etnias africanas, em contato com culturas radicalmente diferentes da sua, deixando para trás uma obra que só sobreviveu graças ao seu lançamento, no meio poético-literário, por Paul Verlaine (BARONIAN, 2009/2011; FOWLIE, 2005; WHITE, 2010).

Entre suas principais obras, estão *Uma Estadia no Inferno* [*Une Saison en Enfer*] (RIMBAUD, 1873/2007a) e *Iluminações* [*Illuminations*] (RIMBAUD, 1886/2007b). Rimbaud influenciou os poetas e os escritores René Char, Marcel Proust, D. H. Lawrence, Ezra Pound, Antonin

Artaud, Guillaume Appolinaire, Henri Michaux, Saint-John Perse, Henry Stein, Pablo Neruda, dadaístas e surrealistas, Jack Kerouak, Allen Ginsberg, John Ashbery; os músicos Jim Morrison, Lou Reed, Bob Dylan, Patti Smith e Renato Russo; os filósofos Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, Merleau-Ponty, Gilles Deleuze e Felix Guattari, Peter Pál Pelbart, Benedito Nunes; o antropólogo Viveiros de Castro e o psicanalista Jacques Lacan, entre outros. Encontramos vestígios de sua obra até hoje na poesia, literatura, filosofia, artes visuais, teatro, cinema, música e psicologia.

As Cartas do Vidente

As *Cartas do Vidente* [*Lettres du Voyant*] foram assim denominadas pela crítica literária por conterem a explanação de Rimbaud acerca de seu projeto de tornar-se um poeta vidente. Em linhas gerais, as *Cartas do Vidente* contêm a visão de Rimbaud sobre o futuro da poesia e a função do poeta na sociedade. “O poeta é um verdadeiro rouba-dor do fogo” (RIMBAUD, 1871/2009b, p. 40), disse ele, numa alusão ao mito grego de Prometeu, que roubou o fogo dos deuses para dá-lo aos homens. A primeira dessas cartas, mais breve, foi endereçada a Georges Izambard, seu professor de Retórica e amigo, em 13 de maio de 1871; e a segunda, mais longa, a seu amigo, o poeta Paul Demeny, em 15 de maio de 1871. A carta endereçada a Izambard (1871/2009a) é uma declaração de ruptura e emancipação de Rimbaud em relação à influência literária exercida por seu professor. Rimbaud critica a visão de poesia de Izambard, classificando-a de “subjetiva” e “insípida”, e afirma que um dia haverá de ver, em seu (dele) princípio, a “poesia objetiva”. Ele afirma que quer ser poeta e, para tanto, trabalha para tornar-se “vidente”. Ao final, após dizer que “o senhor não é ensinante para mim”, Rimbaud encerra a carta com um poema intitulado “Coração Logrado”. É na carta dirigida a Demeny, porém, que Rimbaud (1871/2009b) desenvolve sua visão acerca da função do poeta para a sociedade e expõe seus ideais para o futuro da poesia. Nela, ele aborda seu método para fazer-se vidente por meio de um “longo, imenso e racional desregramento de todos os sentidos”. Barroso (2009, p. 37) descreve, a seguir, a opinião de Suzanne Bernard (1960) sobre a famosa carta de Rimbaud endereçada a Paul Demeny:

Na presente carta, “a mais importante de R.” (segundo Suzanne Bernard), um verdadeiro ensaio sobre a evolução da poesia francesa e a definição de seus novos ideais poéticos, ele resolve dar uma lição sobre o que considerava a verdadeira poesia, e junta os últimos exemplos de sua produção. À margem dos poemas, escreve: “Que rimas! Ó que rimas”, para chamar a atenção do amigo. Ainda S. Bernard: sobre esta carta “já correram mares de tinta, embora seja necessário recorrer-se permanentemente a esse texto essencial – desajeitado, sem dúvida, cheio de cortes bruscos, onde turbilhonam milhares de ideias, e em que um furor iconoclasta se mescla à evolução de leituras recentes: mas que define perfeitamente o programa de uma poesia que se propõe ao mesmo tempo a exploração do ignoto e uma triunfante marcha em direção ao progresso”.

Quando escreveu as duas cartas, Rimbaud era um adolescente de 16 anos. Naquela altura, teve lugar na França a Comuna de Paris, o primeiro governo proletário da história, fruto da resistência popular à invasão do país pelas forças da Prússia. Esta experiência de governo de autogestão popular estendeu-se de 26 de março a 28 de maio de 1871 e marcou profundamente Rimbaud, que simpatizou com a causa – daí o tom de furor e rebelião impregnado nas duas cartas. Ao final, o governo dos trabalhadores operários foi cruelmente massacrado e destituído pelas forças prussianas, que executaram mais de 20 mil *communards* e aprisionaram outros 38 mil.

A carta, como um dos tipos de gênero do discurso (BAKHTIN, 1979/2015), posiciona o remetente e o destinatário como sujeitos responsivamente ativos de uma relação dialógica. Consideramos que, em ambas as cartas, Rimbaud assume posições de poeta e de filósofo, apresentando proposições que ressoam e refletem tanto como consonâncias/convergências quanto como dissonâncias/divergências poéticas e filosóficas com proposições do construtivismo semiótico-cultural em psicologia relacionadas ao dialogismo teórico-metodológico presente na área.

A noção de dialogicidade em Bakhtin

Bakhtin (1929/2013, p. 209) afirma que “as relações dialógicas são extralinguísticas. Ao mesmo tempo, porém, não podem ser separadas do campo do *discurso*, ou seja, da língua como fenômeno integral e concreto” (grifo do autor). Segundo ele,

[...] as relações dialógicas são absolutamente impossíveis sem relações lógicas e concreto-semânticas, mas são irreduzíveis a estas e têm especificidade própria [...]. Para se tornarem dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem [...] materializar-se, ou seja, devem passar a outro campo da existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado, e ganhar autor, criador de dado enunciado cuja posição ela expressa (BAKHTIN, 1929/2013, p. 210).

As relações dialógicas requerem ao menos duas enunciações concretas e dois diferentes sujeitos. No caso de uma mesma enunciação e um único sujeito, para haver uma relação dialógica é preciso que haja, de algum modo, um distanciamento em relação a ela, uma ressalva interna, uma limitação ou desdobramento da autoridade. Igualmente, podem existir relações dialógicas entre os estilos de linguagem, os dialetos sociais etc.

O dialogismo é a essência da linguagem (BAKHTIN, 1929/2013). Todo discurso de alguém é endereçado a outrem, e é constituído como resposta ou reação a um discurso anterior, já dito, visando a uma resposta futura. Nesse sentido, é uma cadeia sempre aberta, não acabada, inconclusiva. O dialogismo é, portanto, uma relação entre os sujeitos dos discursos, caracterizada pela responsividade. A polifonia, por sua vez, é a trama ou teia de discursos que constituem os enunciados de alguém, fazendo-se presentes nestes como ecos ou ressonâncias de outras vozes ou consciências. Isso significa que a fala do sujeito está impregnada pelas palavras de outros. Na vi-

são de Bakhtin, essas características da linguagem apontam a presença da alteridade na formação do discurso do sujeito, indicando que o eu constitui-se a partir do outro.

A posição dialógica torna-se compreensível a partir de uma atenção ao “enunciado”, que é a unidade real da comunicação discursiva (BAKHTIN, 1979/2015, p. 274). O enunciado não deve ser confundido com a “oração”, que Bakhtin considera como a unidade da língua. A diferença entre eles reside no fato de que, na oração, a palavra é neutra, imparcial, sem expressão, ao passo que, no enunciado, a palavra vincula-se a uma situação concreta de comunicação, envolvendo um contexto, interlocutores, endereçamento, responsividade etc. Na oração, a palavra reduz-se, portanto, ao seu aspecto linguístico – com suas particularidades fonéticas, sintáticas, semânticas, gramaticais, lexicais etc –, enquanto que, no enunciado, ela ultrapassa este campo e torna-se extralinguística – adquirindo características de expressividade, intenção, entonação etc.

De acordo com Bakhtin (1979/2015, p. 274), “o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso”. Assim sendo, todos os gêneros de discurso são enunciados: desde o diálogo real, considerado a forma mais simples e clássica de comunicação discursiva, até as formas de construção mais complexas, como as obras científicas e artísticas, independente de sua extensão. Mas o que caracteriza um enunciado? Que traços os diferentes enunciados têm em comum?

O enunciado se caracteriza por algumas peculiaridades estruturais (BAKHTIN, 1979/2015, p. 275). Uma delas é possuir limites absolutamente precisos, definidos pela alternância dos sujeitos do discurso. Isso quer dizer que, antes de seu início, existem os enunciados de outros; e, depois do seu término, existem os enunciados responsivos de outros – ou, então, uma compreensão silenciosa ativamente responsiva do outro, ou ainda uma ação responsiva baseada nessa compreensão. Dessa alternância dos sujeitos do discurso decorre uma segunda peculiaridade do enunciado, que é a sua conclusibilidade específica. Essa conclusibilidade exprime uma certa posição do falante, que suscita a possibilidade de uma resposta (BAKHTIN, 1979/2015). Nesse sentido, “todo enunciado concreto é um elo numa cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo” (BAKHTIN, 1979/2015, p. 296), pois todas as réplicas estão interligadas. Outras peculiaridades constitutivas do enunciado são o seu direcionamento – ou endereçamento – a alguém e o seu elemento expressivo (BAKHTIN, 1979/2015, p. 296), relacionado à escolha dos procedimentos composicionais do discurso – estilo, meios etc.

A participação da alteridade no enunciado nos conduz à noção de “polifonia”, que, etimologicamente, quer dizer “vários sons”. Na música, a polifonia é um tipo de composição na qual as vozes executam linhas melódicas distintas, autônomas e independentes umas das outras, articuladas segundo as regras do contraponto, em contraste com o que ocorre na música monofônica, na qual todas as vozes entoam uma mesma e única linha melódica em

unísono (como no cantochão ou canto gregoriano), ou na música homofônica, na qual as vozes possuem linhas melodicamente diferentes mas ritmicamente idênticas.

A polifonia é uma noção que Bakhtin (1929/2013) tomou de empréstimo da música para descrever a relação entre o autor e o herói nos romances de Dostoiévski. Bakhtin não foi o único, porém, a identificar características polifônicas no romance do escritor russo. Segundo ele, Komaróvitch e Lunatcharski abordaram esses traços em seus estudos sobre Dostoiévski, embora não completamente (BAKHTIN, 1929/2013, p. 22-41). Bakhtin salienta ainda a presença de “embriões” de polifonia em autores como Shakespeare e Balzac, a quem considera precursores de Dostoiévski nesse aspecto. No entanto, é Dostoiévski quem ele considera o criador do romance polifônico. Frisa, porém, que o emprego do termo musical “polifonia” é apenas uma metáfora, já que a música e o romance são muito diferentes, não havendo entre eles muito mais que uma analogia figurada:

A comparação que fazemos do romance de Dostoiévski com a polifonia vale como analogia figurada. A imagem da polifonia e do contraponto indica apenas os novos problemas que se apresentam quando a construção do romance ultrapassa os limites da unidade monológica habitual, assim como na música os novos problemas surgiram ao serem ultrapassados os limites de uma voz. Mas as matérias da música e do romance são diferentes demais para que se possa falar de algo superior à analogia figurada, à simples metáfora. Mas é essa metáfora que transformamos no termo *romance polifônico*, pois não encontramos designação mais adequada. O que não se deve é esquecer a origem metafórica do nosso termo (BAKHTIN, 1929/2013, p. 22-23, grifos do autor).

Na polifonia, o eu não faz, do outro, um mero objeto de sua consciência, mas reconhece-o também como sujeito, dotado de consciência própria e de valor igual à sua. A essência da polifonia consiste no fato de as vozes permanecerem independentes e autônomas, ao mesmo tempo em que se combinam. “A vontade artística da polifonia é a vontade de combinação de muitas vontades, a vontade do acontecimento” (BAKHTIN, 1929/2013, p. 23). Neste ensejo, a noção de contraponto (do latim *contrapunctus* = ponto contra ponto) aponta para a relação entre duas ou mais vozes relativamente independentes. É o contraponto que dá origem à polifonia e a rege.

Dialogicidade no Self

O dialogismo é o oposto do monologismo, uma característica do eu solipsista cartesiano, contra o qual ele se insurge. Com seu método de chegar à verdade pondo em dúvida a existência de todas as coisas, Descartes (1641/2004) concluiu que a primeira certeza incontestável e indubitável que se pode afirmar é que, “ao duvidar, eu penso; se penso, logo existo”. Segundo ele, todas as coisas que posso conceber fora de mim podem ter sua existência colocada em dúvida – como se fossem uma ilusão de um Deus enganador –, mas os pensamentos que tenho acerca dessas coisas estão em mim e, portanto, asseguram a minha existência. “Eu sou coisa pensante... Pois, embora as coisas que sinto e imagino fora de mim

talvez não sejam nada ali, todavia, os modos de pensar que chamo sensações e imaginações..., tenho certeza de que eles estão em mim” (DESCARTES, 1641/2004, p. 67-69). Portanto, o eu cartesiano constitui-se a partir das suas próprias representações do mundo, legitimando sua existência com seus próprios pensamentos.

O monologismo é a extrema negação da existência de outra consciência isônoma e isônimo-responsiva fora de si mesma, de outro eu “*tu*” isônimo. No enfoque monológico (em forma extrema ou pura), o *outro* permanece inteiramente apenas *objeto* da consciência, e não outra consciência. Dele não se espera uma resposta que possa modificar tudo no universo da minha consciência. O monólogo é concluído e surdo à resposta do outro, não o espera nem reconhece nele força *decisiva*. Passa sem o outro e por isso reifica, em certa medida, toda a realidade. Pretende ser a última palavra. Fecha o mundo representado e os homens representados (BAKHTIN, 1929/2013, p. 329, grifos do autor).

Bakhtin (1979/2015, p. 36) afirma que “pode até ser intuitivamente convincente e compreensível que o mundo inteiro se aloje na minha consciência”, como no solipsismo, mas “em termos intuitivos seria totalmente incompreensível alojar o mundo inteiro e a mim mesmo na consciência do outro”. Se eu posso supor que o mundo fora de mim é apenas uma ideia na minha mente, o outro também pode supor a mesma coisa sobre o mundo que lhe é exterior, o que inclui a mim. Entretanto, eu estou certo de que existo concretamente – porque penso e tenho uma consciência própria –, e não posso concordar que eu seja apenas uma ideia na mente do outro. A lógica não sustenta o eu solipsista. A noção de Bakhtin, portanto, vai de encontro à do *Self* cartesiano e coincide com a de Rimbaud, como veremos a seguir.

O idealismo é um vivenciamento de si mesmo, das próprias ideias: “o idealismo torna intuitivamente convincente o vivenciamento de mim mesmo e não o vivenciamento do outro; o realismo e o materialismo é que tornam mais convincente o vivenciamento do outro” (BAKHTIN, 1979/2015, p. 36). Percebo, aqui, a proximidade das palavras de Bakhtin com o desejo de Rimbaud (1871/2009a) de perseguir uma poesia objetiva, e não subjetiva – isto é, como expressão de um vivenciamento do outro, e não das próprias ideias. O eu não é uma entidade fixa, que pertence só a mim. O eu é móvel, um lugar que pode ser ocupado pelo outro. Uma metáfora: a brincadeira do “passa-anel”: numa hora, o eu está comigo; noutra hora, passo o eu e ele está com o outro. Assim traduzimos o *Eu é um outro* rimbaudiano em termos bakhtinianos: “O *eu* se esconde no *outro* e nos *outros*, quer ser apenas outro para os outros, entrar até o fim no mundo dos outros como outro, livrar-se do fardo de *eu* único (*eu-para-si*) no mundo” (BAKHTIN, 1979/2015, p. 383, grifos do autor).

A partir de reflexões que se apropriaram da filosofia de Bakhtin, o construtivismo semiótico-cultural em psicologia compreende o *Self* como multivocal, isto é, povoado pelas vozes de outros sujeitos, em constante diálogo (cf. GUIMARÃES, 2013). Essa noção bakhtiniana também contribuiu para a elaboração contemporânea da

Teoria do Self Dialógico, de Hermans. Sobre o *cogito* cartesiano, diz Hermans (2001, p 249): “A concepção cartesiana do Self é tradicionalmente formulada nos termos da expressão ‘Eu penso’. Esta expressão pressupõe que há um eu centralizado responsável pelos passos no raciocínio ou no pensamento” (tradução nossa). Hermans (2001, p. 250) enfatiza que o *Self* dialógico “é social, não no sentido de que um indivíduo autocontido entra em interações sociais com outras pessoas externas,¹ mas no sentido de que outras pessoas ocupam posições num *Self* multivocal” (tradução nossa).

Pela leitura das *Cartas do Vidente* (RIMBAUD, 1871/2009a, 1871/2009b), observamos o comprometimento histórico e social de Rimbaud vinculado à realidade da vida, que antecipa muito das noções dialógicas discutidas acima. Rimbaud explicita as tríades eu-para-mim, eu-para-o-outro e outro-para-mim em seu processo estético e poético. As considerações acima, articuladas à filosofia de Bakhtin, convergem com a posição poética de Rimbaud, contrária aos pressupostos cartesianos a respeito do *Self*. Essa convergência se expressa nos enunciados das *Cartas do Vidente* que discutiremos a seguir.

Polifonia de vozes nas Cartas do Vidente

Agora eu me encrapulo o mais possível. Por quê? Quero ser poeta, e trabalho para me tornar *Vidente*.... Trata-se de chegar ao desconhecido pelo desregramento de *todos os sentidos*. Os sofrimentos são enormes, mas é preciso ser forte, ter nascido poeta, e eu me reconheci poeta. Não é de fato culpa minha. É falso dizer: Eu penso: devíamos dizer pensam-me. – Perdão pelo jogo de palavras. ***Eu é um outro***. Tanto pior para a madeira que se descobre violino, e ao Diabo os inconscientes que chicaneiam sobre o que ignoram por completo! [Carta a George Izambard, Charleville, 13 de maio de 1871] (RIMBAUD, 1871/2009a, p. 35, grifos do autor, ênfase nossa)

A seguir, apresentamos alguns enunciados de Rimbaud que dialogam responsabilmente com enunciados de interlocutores diretos e indiretos, explícitos e ocultos, num discurso construído como réplica a um passado e visando a um futuro. O discurso de Rimbaud está prenhe de respostas, principalmente a Descartes e a Platão, que funcionam como interlocutores ocultos de suas críticas.

- Voz de Rimbaud sobre si mesmo: “O primeiro estudo de quem aspira a ser poeta é o conhecimento total de si mesmo; buscar sua alma, inspecioná-la, experimentar-la, conhecê-la” (Carta a Demeny); “eu me reconheci poeta. Não é de fato culpa minha” (Carta a Izambard, RIMBAUD, 1871/2009a).
- Voz de Descartes (1641/2004): “penso, logo existo”; o eu solipsista. Réplica de Rimbaud: “Eu é um outro”. O embate de Rimbaud com a voz de Descartes torna-se ainda mais claro quando ele faz esta afirmativa: “É falso dizer: Eu penso. Devíamos dizer: Pensam-me”. Obviamente, ele está sendo responsivo à famosa no-

¹ Para a Teoria do Self Dialógico, outras pessoas podem ser externas ou internas, uma vez que os outros experienciados pelo Self no campo social são internalizados como posições do Self, constituído por uma multiplicidade de posições em que as pessoas internalizadas negociam sentidos num processo de diálogo interno sobre as experiências vividas com as pessoas externas.

ção de Descartes do *cogito ergo sum* (“penso, logo existo”). Ao refutar o *cogito*, noção fundante do pensamento racionalista que instituiu o eu transcendente, solipsista, individualista, autocentrado e ensimesmado, Rimbaud opõe-se ao pensamento iluminista moderno do mundo-como-representação como forma privada e não pública. O mundo das ideias como reflexão de um mundo distante, subjetivado e não experienciado nas relações diretas com o outro. Rimbaud diz que não se fez poeta: “foi feito”.

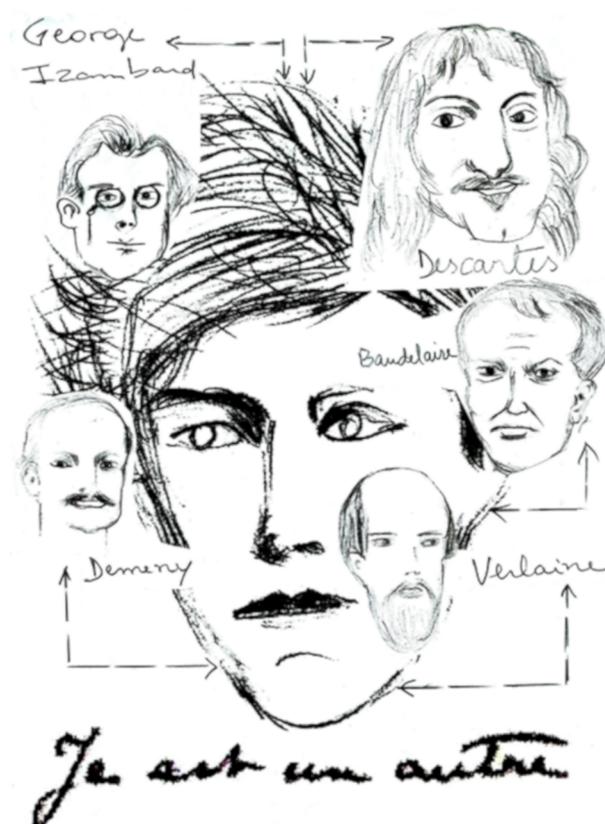
- Voz de Platão: No Livro X de “A República”, Platão (2002, p. 47; 59) propõe o banimento dos poetas da sua cidade idealizada, por considerá-los imitadores que não alcançam a verdade e por estarem voltados à parte irascível e irracional da alma. Platão (2002, p. 59; 61) afirma que a poesia pode “danificar até os homens moderados” e provoca os “apetites sexuais, a cólera e todas as paixões dolorosas e aprazíveis da alma”. Réplica de Rimbaud: “A arte eterna terá suas funções, já que os poetas serão cidadãos”; “[o poeta] responde pela humanidade e até pelos animais”, “ele seria verdadeiramente um multiplicador do progresso” (RIMBAUD, 1871/2009b, p. 40). Anos mais tarde, o poeta Ezra Pound (1989, p. 77) diria que “os artistas são as antenas da raça”.
- Voz de Baudelaire: o primeiro vidente, rei dos poetas, “um verdadeiro Deus” para Rimbaud. Contudo, “viveu num meio por demais artístico e sua forma, tão elogiada, é de fato mesquinha: as invenções do ignoto requerem formas novas” (RIMBAUD, 1871/2009b, p. 42).
- Vozes dos poetas franceses: o eu lírico. Réplica de Rimbaud: “Se os velhos imbecis tivessem descoberto algo mais que a falsa significação do Eu, não teríamos de varrer esses milhões de esqueletos que, desde um tempo infinito, vêm acumulando os produtos de sua inteligência caolha, arvorados em autores!” (RIMBAUD, 1871/2009b, p. 38); “quantos egoístas se proclamam autores; há muitos outros que se atribuem seu progresso intelectual!” (RIMBAUD, 1871/2009b, p. 39).
- Voz de George Izambard: a poesia subjetiva. Réplica de Rimbaud: “No fundo, o que vê em seu princípio é apenas poesia subjetiva. ... Um dia, espero... hei de ver em seu princípio a poesia objetiva.... O senhor não é Ensinante para mim” (RIMBAUD, 1871/2009a, p. 34).
- Vozes da Comuna de Paris: “Serei um trabalhador: é a ideia que me retém, quando as cóleras loucas me empurram para a batalha de Paris, – onde tantos trabalhadores morrem ainda enquanto eu lhe escrevo!” (RIMBAUD, 1871/2009a, p. 35)

Na Figura 1, expressamos os encontros afetivos de Rimbaud com pessoas importantes que, em seu caminhar errante, influenciaram a sua vida e obra literária, constituindo o seu *Self* múltiplo. Indicamos as várias vozes habitando o *Self* múltiplo de Rimbaud nas suas relações intra e interpessoais. Seu discurso é constituído a partir dos discursos anteriores de outros, destinatários diretos ou indiretos de sua fala. Estes discursos são endereçados

aos destinatários das cartas, mas, ao mesmo tempo, são diálogos com interlocutores subentendidos e voltam-se para o próprio Rimbaud. Sobre a noção de endereçamento da expressão, Bakhtin (1929/2013, p. 132) diz: “A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica”.

O discurso de Rimbaud revela uma polifonia vocal com as vozes de interlocutores do presente ou do passado em tom de crítica e de contrariedade com seus interlocutores. Suas relações dialógicas o levam a assumir posições, concordar ou discordar, fazer escolhas, compartilhar, confrontar. Predominam, contudo, posicionamentos de desacordo ou discordância e de ruptura com a sociedade de sua época, que apontam para a sua difícil convivência com os outros.

Figura 1- Polifonia de vozes em Rimbaud.



Fonte: Elaboração da autora Maria Eloisa do Amaral Leão (2016).

Como um visionário, Rimbaud prenuncia, na primeira *Carta do Vidente*, a existência do *Self* múltiplo e social em contraste com o *Self* único e individual ao expressar, com a sua fórmula radical da alteridade “Eu é um outro”, a condição existencial do *Self* preenchido pela alteridade. A vida e o mundo estão em diálogo constante com a alteridade e suas múltiplas vozes. O *Self* múltiplo do poeta visionário Rimbaud, em seu caminhar errante, expressa-se com um discurso que atravessa o outro, em oposição a outro discurso. É um diálogo intrapessoal, ao mesmo tempo em que endereçado a seus interlocutores, os destinatários de suas cartas. Rimbaud não situa os outros na posição de mero objeto externo à sua consciência, mas outorga-lhes a condição de sujeitos ativos, que o consti-

tuem. Ao mesmo tempo, pressupõe a multiplicidade desse “eu”, já que o outro a ocupar a posição do “eu” pode ser mais de um: pode ser vários outros.

Na segunda *Carta do Vidente*, observamos o tenso dialogismo de Rimbaud com seus outros, expresso por meio de uma “polêmica velada” com dois interlocutores que estão ocultos no seu discurso responsivo: Descartes e Platão. A polêmica velada é um conceito que foi assim explicado por Bakhtin (1929/2013, p. 224):

Na polêmica velada, o discurso do autor está orientado para o seu objeto, como qualquer outro discurso; neste caso, porém, qualquer afirmação sobre o objeto é construída de maneira que, além de resguardar seu próprio sentido objetivo, ela possa atacar polemicamente o discurso do outro sobre o mesmo assunto e a afirmação do outro sobre o mesmo objeto. Orientado para o seu objeto, o discurso se choca no próprio objeto com o discurso do outro. Este último não se reproduz, é apenas subentendido... na polêmica velada o discurso do outro é repellido e essa repelência não é menos relevante que o próprio objeto que se discute e determina o discurso do autor. Isso muda radicalmente a semântica da palavra: ao lado do sentido concreto surge um segundo sentido – a orientação centrada no discurso do outro.

A noção de Bakhtin permite perceber que o discurso de Rimbaud na *Carta do Vidente* era orientado para o outro como réplica dialógica, repelindo enunciados de Descartes acerca do eu, e de Platão acerca da poesia. No entanto, a *Carta* não se resume à polêmica velada com esses dois interlocutores ocultos. Há, também, muita polêmica direta: com Hugo (“cabeçudo demais”), Racine (“Divino Tolo”), Musset (“catorze vezes execrável para nós”), Lamartine (“estrangulado pela forma envelhecida”), entre outros poetas e escritores franceses.

Coautoria e responsabilidade/comprometimento

Marková (2003, p. 10) afirma que “Bakhtin insistiu que o eu pode ter consciência de si mesmo e tornar-se ele mesmo somente através do reconhecimento de si mesmo para o outro, através do outro e com a ajuda do outro” (tradução nossa). De acordo com a autora, o mundo é proliferado de outros que nos constituem não apenas em nossa intersubjetividade; ao contrário, existe um diálogo assimétrico entre coautores, cheio de tensões e pulsações. O diálogo entre os diferentes; não a mera diferença que instiga a um diálogo, este com comprometimento vinculado a transformações não somente relativas à linguagem verbal. Os sentidos aflorados; não só o que é visível, mas o que é invisível, o que não se pode ver, mas apenas sentir. Outras formas de ser afetado. Uma dialogicidade sinestésica que não se restringe somente à fala. “Essa língua será de alma para alma, reunindo tudo, perfumes, seres, sons” (RIMBAUD, 1871/2009b, p. 40).

A relação dialógica com o outro para além do texto e daquilo que é verbalizado, segundo Bakhtin (1929/2013, p. 329), é a finalidade da linguagem, pois a vida é dialógica:

Natureza dialógica da consciência, natureza dialógica da própria vida humana. A única forma adequada de expressão verbal da autêntica vida do homem é o diálogo inconcluso. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar

do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar etc. Nesse diálogo, o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal (grifos do autor).

Bakhtin diz que o diálogo é coautoria e não intersubjetividade, justamente por exigir do outro uma coautoria num ato que produz um movimento, uma ação de comprometimento. A perda de comprometimento das palavras de um pode resultar na perda da identidade e da autenticidade do autor. Dialogicidade implica contrato: responsividade e responsabilidade. A arte dialoga com o outro, num comprometimento histórico e cultural e não alheio ao outro, mas em coautoria com o outro. A esse respeito, Sobral (2014, p. 24) enfatizou que “O Círculo [de Bakhtin] destaca o sujeito não como um fantoche das relações sociais, mas como um agente, um organizador de discursos, responsável por seus atos e responsivo ao outro”. O homem não deve se dissociar do outro, de sua cultura e da cultura do outro, da sua história e da história do outro, porque somos coautores. Conforme enfatiza Marková (2003, p. 256):

Os humanos fazem o mundo em termos de outros, e a existência inteira do self é orientada para a linguagem dos outros e para o mundo dos outros. Iniciamos a vida ao aprender as palavras dos outros, o mundo multifacetado de outros torna-se parte da nossa própria consciência e todos os aspectos da cultura preenchem a nossa própria vida e orientam a nossa existência para os outros. Mas viver no mundo dos outros é expresso por Bakhtin como coautoria em vez de intersubjetividade (tradução nossa).

Nas *Cartas do Vidente*, o discurso de Rimbaud está em consonância com algumas vozes e em dissonância com outras em torno de questões poéticas, sociais e históricas. Os conflitos constituintes desse discurso explicitam qualidades do *Self* polifônico de Rimbaud. O diálogo que ele mantém com as vozes internas de seus outros é uma responsividade ativa. Como agente organizador de um discurso, Rimbaud era responsivo ao outro e responsável por seus atos.

A relação dialógica sujeito-sujeito entre Rimbaud e seus interlocutores é cheia de conflitos para ambas as partes. Esse aspecto nos faz observar que as relações dialógicas são recheadas de discursos de oposição, e que o diálogo com o estranhamento do outro requer a disponibilidade para o envolvimento do outro que é diferente. Essas relações, embora possam ser de embate, criam um processo de amadurecimento resultante da ampliação de nossa capacidade de abrigar o que nos excede.

Estabelecer uma discussão sobre a pertinência da noção filosófica de alteridade, para aprofundar a compreensão das relações Eu-Outro, implica necessariamente enfatizar a *disponibilidade de alguém para o envolvimento com o diferente dele mesmo (um outro)*, o que caracteriza a relação com a alteridade. Contudo, esse envolvimento é sempre um processo cheio de tensões, não somente por causa das diferenças usuais que o Eu e o outro percebem entre si, mas principalmente por causa da impossibilidade, para eles, de conceber e acessar plenamente “o outro diferente” nessa relação (SIMÃO,

2007, p. 12, grifos da autora, tradução nossa).

Na relação dialógica, não é necessária a presença física do outro. O diálogo não se finaliza no momento em que se encerra o acontecimento discursivo: ele continua nos *Selves* internos dos interlocutores. O diálogo deve contemplar o “excedente do diálogo” já ocorrido entre os interlocutores. Além disso, nem toda situação discursiva pode ser considerada uma relação dialógica. Simão (2004, p. 31), nesta perspectiva, diz que:

[...] a relação dialógica não ocorre necessariamente em todo acontecimento de diálogo no qual a figura de um outro esteja presente. De fato, como alerta Valsiner (1997, 1998), nem todo diálogo ocorre segundo uma relação dialógica. Se, de partida, pensar a construção de conhecimento como processo que se dá em uma relação dialógica requer a consideração do papel que a figura do outro aí desempenha, a perspectiva dialógica nos leva, contudo, para mais adiante. Trata-se justamente de buscar no diálogo o que está para além dele, isto é, se e como se dá aí a diferenciação simbólica *eu-outro* (grifo da autora).

Um diálogo atual entre interlocutores está sempre marcado pelos discursos anteriores a ele, além dos discursos que surgem na ocasião. Estas marcas reverberam nos *Selves* dos interlocutores e, talvez, em outras ocasiões, este mesmo diálogo continue a se desenvolver. O diálogo pode continuar reverberando devido à importância do que foi dito e do que ele ressignifica tanto para um como para outro interlocutor.

Assim, a compreensão dialógica do significado da interação verbal envolve a consideração dos motivos, explícitos ou não, conscientes ou não, das falas, como subsídio para a compreensão interpretativa de para onde os interlocutores foram e/ou poderiam ter ido (potencialmente) com suas falas na construção das relações *eu-eu* e *eu-outro*. Dessa forma, o significado do diálogo não se resume, nem se identifica por equivalência, ao significado do conteúdo da conversa que venha a ser *acordado*, *consensuado*, *dissensuado* ou *concluído*, mas toca antes às ressignificações que os atores fazem de si mesmos e do outro no processo de chegar até aí ou de não ter chegado. Em síntese, o significado do diálogo que conta para a construção e reconstrução da relação *eu-mundo* está para além daquilo que foi dito e entendido no âmbito individual ou nos limites do próprio acontecimento do diálogo: ele é supra-individual (Bakhtin, 1981; Engelmann, 1983; Holquist, 1990) e implica relações espaço-temporais que estão para além do aqui e agora (Bakhtin, 1981; Holquist, 1990) (SIMÃO, 2004, p. 32-33, grifos da autora).

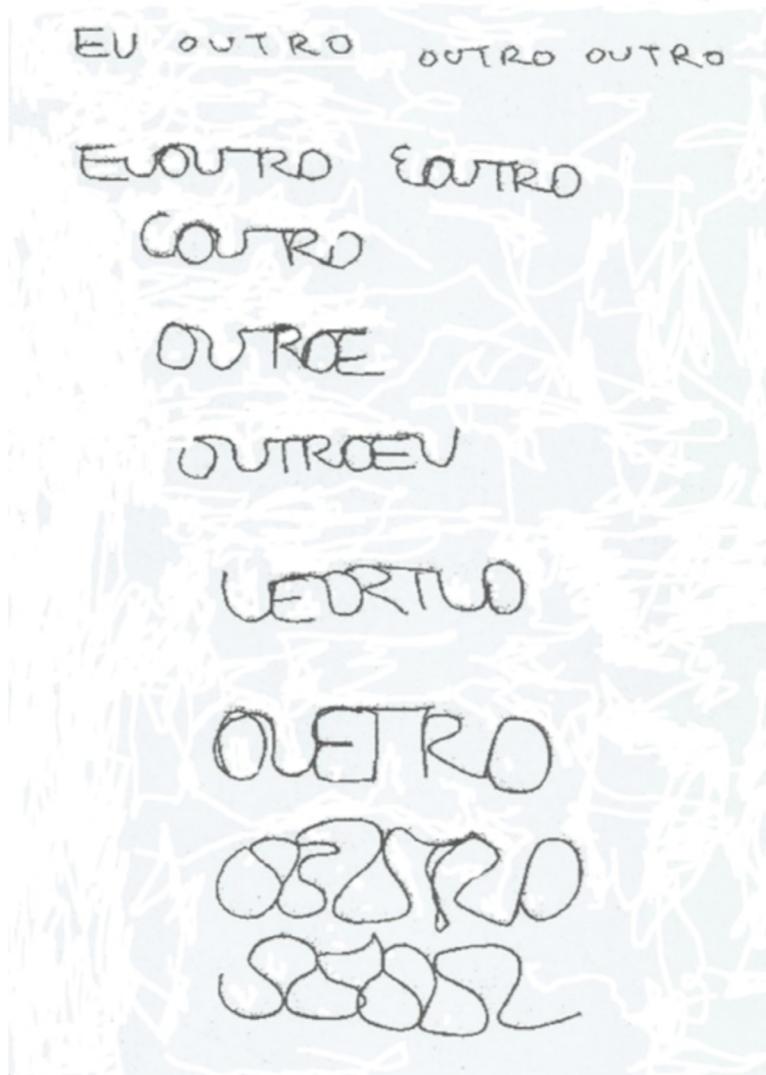
Quando pensamos em como o outro nos afeta, não podemos mais ter a certeza se somos um ou o outro. É como se fôssemos desconhecidos para nós mesmos. Esse outro que está fora de nós e que, a partir do nosso contato com ele, passa a fazer parte do nosso *Self*, integrará mais um outro a nós, que não conhecemos a princípio. Esses apontamentos explicitam os perigos e as vantagens de vivermos em uma situação na qual nunca podemos ter certeza de quem somos. Ou melhor, somos uma existência cambiante de estabilidades provisórias e sujeitas a contínuas rupturas na relação com as diferenças dos outros, que geram diferenças em nós.

Considerações finais

A psicologia cultural, em sua vertente semiótico-construtivista, tem produzido reflexões a respeito das relações de alteridade, evidenciando que o contato com aquilo do outro que nos excede é gerador de tensões inquietantes (cf. SIMÃO, 2003, 2004, 2016). Algo que o “eu” não visava causa uma inquietação, um transtorno, provocado por um outro que não era previsto ou esperado. Diluem-se nomes, sujeitos, representações, axiomas cristalizados por influências externas e internas, prisionais, anteriores ao contato com o outro diferente, que, por sua vez, ocasiona tensões desestabilizantes, ambíguas, com formas distintas das anteriores. Há uma desestabilização possivelmente formativa do *Self* a partir de encontros/acontecimentos dialógicos.

Uma vez que a relação dialógica que inclui a alteridade não é fácil de ser delimitada de uma forma coerente e clara, buscamos desenvolvê-la tecendo um sentido poético (Figura 2) que pudesse traduzi-la, para chegar próximo a um entendimento, se não lógico, ao menos imagético e perceptivo do que significa para nós a relação eu-outro:

Figura 2. Imagem do eu-outro imbricado, tocado, afetado, transbordado por um outro corpo.



Fonte: Elaboração da autora Maria Eloisa do Amaral Leão (2016).

A Figura 2 apresenta apenas parte do processo relacional entre o eu e o outro. Na relação com o outro, o “eu” se entrelaça, perde seus contornos originais, podendo, com isso, também criar novos contornos que já não o definem mais como o “eu” que era antes. Por um lado, a estranheza do outro pode inibir, intimidar, coagir e reprimir o “eu”; por outro lado, o encontro com ela pode gerar crescimento; um conhecimento a ser acrescentado e assimilado, que um poderia oferecer ao outro na construção de uma parceria como possibilidade de desenvolvimento. Notamos, portanto, que, nas relações de alteridade, algo de si sempre permanece, ao mesmo tempo em que ocorrem mudanças que permitem constituir uma subjetividade afetada pelas interlocuções, verbais ou não verbais. O “eu” se transforma, mas não se funde ao outro. Sobre esta questão, Bakhtin (1979/2015, p. 80) fez um importante questionamento:

O que enriqueceria o acontecimento se eu me fundisse com outra pessoa, se de *dois* passássemos a *um*? Que vantagem teria eu se o outro se fundisse comigo? Ele veria e saberia apenas o que eu vejo e sei, ele somente reproduziria em si mesmo o impasse de minha vida; é bom que ele permaneça fora de mim, porque dessa sua posição ele pode ver e saber o que eu não vejo nem sei a partir da minha posição, e pode enriquecer substancialmente o acontecimento de minha vida (grifos do autor).

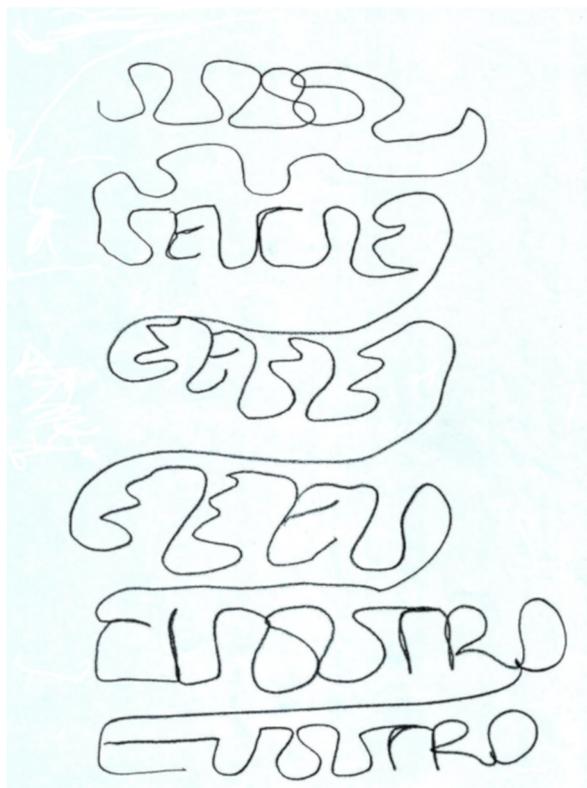
ber o que eu não vejo nem sei a partir da minha posição, e pode enriquecer substancialmente o acontecimento de minha vida (grifos do autor).

A relação dialógica com o outro é sempre um encontro de troca e de experiência. O eu absorve, sorve o que o outro oferece. O *Self* “dígere” o outro, engole-o. Na deglutição do outro, como um antropófago, o “eu” se expande e cresce na sua subjetividade. Passam a surgir contornos novos, diferentes dos que havia anteriormente, até se dissiparem e o eu deixar de existir como era antes para se tornar um outro diferente, tecendo novas perspectivas de mundo. O eu não se funde ao outro, mas assimila-o, expande-se e, conseqüentemente, metamorfoseia-se, embora haja mudanças que podem ocorrer de forma violenta, sem respeito ou responsabilidade pelo outro, produzindo mais dor e sofrimento do que crescimento e expansão.

Para Bakhtin, não há comunicação a menos que o self viva através da compreensão ativa do estranho, do *Alter*. O discurso dos outros e seus pensamentos contêm *estranheza*, que o self tenta subjugar ao impor seu próprio significado sobre o outro, ou apropriar ao torná-lo parte de seus próprios pensamentos e discursos. A luta constante entre a estranheza dos pensamentos dos outros torna a comunicação significativa e

essencial à condição humana (MARKOVÁ, 2003, p. 257, grifos da autora, tradução nossa).

Figura 3. Eu antropofágico: ampliado, volumoso e expandido na relação eu-outro.



Fonte: Elaboração da autora Maria Eloisa do Amaral Leão (2016).

A Figura 3 busca explicitar o processo em que o eu e o outro, ao se imbricarem, não permanecem fundidos, mas são transformados numa mútua relação antropofágica. O “eu” se expande, suas linhas tornam-se mais delineadas e é possível ver a diferença em relação ao primeiro desenho. Nesta figura, que expressa nossa presente compreensão a respeito da alteridade e dialogicidade no *Self*, há uma diferença de volume e da amplitude do eu e do outro, indicando o sentido ético da relação dialógica que envolve responsabilidade/comprometimento: uma relação expansiva, de crescimento mútuo, tornando o eu e o outro mais fortes e independentes.

O enunciado “Eu é um outro” expressa a recusa de Rimbaud em aceitar a noção de um *Self* autocontido, um *Self* narcísico que só enxerga o reflexo dele mesmo no mundo. Essa condição existencial de ser outro, presente ao mesmo tempo em que se é si-mesmo, é expressa também em um dos mais célebres poemas de Rimbaud (1871/1995, p. 206-207): o “Barco Ébrio” [*Le Bateau Ivre*]:

.... Ora eu, barco perdido entre as comas das ansas,
Jogado por tufões no éter de aves ausentes,
Sem ter um Monitor ou veleiro das Hansas
Que pescasse a carcaça, ébria de água, à corrente...

Em um comentário sobre o poema, Barroso (1995, p. 347) afirma que “Estamos num barco doido, embriagado de infinito, navegando ao léu ‘para chegar ao Insabido’. E o barco é o ‘Eu’, Rimbaud, ou seja: a Poesia”, sem-

pre endereçada a uma figura da alteridade. Assim como a madeira não se faz violino, nem o cobre se faz clarim, Rimbaud nos convoca a pensar a questão da alteridade como uma dança entre dois corpos que interrelacionam seus *Selves*, tornando-os múltiplos e fortalecidos.

Informações sobre os autores:

Maria Eloisa do Amaral Leão

<https://orcid.org/0000-0002-4846-351X>

<http://lattes.cnpq.br/1470411364295186>

Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). É co-autora, juntamente com o Prof. Dr. Danilo Guimarães, do artigo “Rimbauding Worlds: Creation of Deranging Senses”, incluído no livro *Poetry and imagined worlds* (2017). Desenvolveu carreira profissional como cantora lírica (mezzosoprano), atuando em óperas, operetas, recitais, concertos, shows e outros espetáculos. Trabalhou no Coro da Osesp – Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (antigo Coral Sinfônico do Estado de São Paulo) e, como convidada, no Coral Paulistano do Theatro Municipal de São Paulo. Atriz e performer, foi uma das fundadoras do grupo de teatro Trompas de Falópio, de Belém do Pará.

Danilo Silva Guimarães

<https://orcid.org/0000-0002-0583-2979>

<http://lattes.cnpq.br/9266781984642215>

Bacharel e psicólogo (2005), mestre (2008) e doutor (2010) pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP, com período sanduíche na Clark University, EUA). É Livre-Docente (2017), na área de História e Filosofia da Psicologia, pelo Departamento de Psicologia Experimental do IPUSP, onde exerce atividades de docência e pesquisa (graduação e pós-graduação), em regime de dedicação exclusiva. Desenvolve e orienta pesquisas na área de Problemas Teóricos e Metodológicos da Pesquisa Psicológica: construtivismo semiótico-cultural, com ênfase em psicologia indígena. É assessor de agência de fomento à pesquisa e faz parte de conselhos editoriais de periódicos científicos nacionais e internacionais. Coordena o serviço Rede de Atenção à Pessoa Indígena - IPUSP/PSE (desde 2015), o Grupo de Trabalho Psicologia Dialógica, da ANPEPP (desde 2019) e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental (desde 2020).

Contribuição dos autores:

Os autores colaboraram conjuntamente ao longo do processo, desde a elaboração até a revisão final do manuscrito. Ambos aprovaram o manuscrito final para publicação.

Como citar este artigo:

ABNT

LEÃO, Maria Eloisa do Amaral; GUIMARÃES, Danilo Silva. Perspectiva poética da alteridade: diálogos entre Rimbaud e Bakhtin. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 33, n. 1, p. 2-11, jan./abr. 2021. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5693>

APA

Leão, M. E. A., & Guimarães, D. S. (2021, Janeiro/Abril). Perspectiva poética da alteridade: diálogos entre Rimbaud e Bakhtin. *Fractal: Revista de Psicologia*, 33(1), 2-11. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5693>

Copyright:

Copyright © 2021 Leão, M. E. A., & Guimarães, D. S. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2021 Leão, M. E. A., & Guimarães, D. S. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski* (1929). Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal* (1979). Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- BALDWIN, James Mark. *Genetic theory of reality*. New York: The Knickerbocker Press, 1915. Disponível em: <https://archive.org/details/genetictheoryofr00baldrich>. Acesso em: 12 out. 2016.
- BARONIAN, Jean-Baptiste. *Rimbaud* (2009). Tradução de Joana Canêdo. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- BARROSO, Ivo. *Arthur Rimbaud: poesia completa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- BARROSO, Ivo. *Arthur Rimbaud: correspondência*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2009.
- BERNARD, Suzanne. *Ouvres de Rimbaud*. Paris: Garnier, 1960.
- BOESCH, Ernest. *Symbolic action theory and cultural psychology*. New York: Springer, 1991.
- DESCARTES, René. *Meditações sobre filosofia primeira* (1641). Tradução de Fausto Castilho. Campinas, SP: Unicamp, 2004. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/meditac3a7c3b5es-sobre-a-filosofia-primeira.pdf>. Acesso em 04 fev. 2021.
- FOWLIE, Wallace. *Rimbaud e Jim Morrison: os poetas rebeldes*. Tradução de Alexandre Feitosa Rosas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- GADAMER, Hans-Georg. Mito e Razão (1954). In: _____. *Hermenêutica da obra de arte*. Tradução de Marco Antonio Casanova. São Paulo: Martins Fontes, 2010a. p. 57-64.
- GADAMER, Hans-Georg. Filosofia e Poesia (1977). In: _____. *Hermenêutica da obra de arte*. Tradução de Marco Antonio Casanova. São Paulo: Martins Fontes, 2010b. p. 81-90.
- GADAMER, Hans-Georg. Mito e Logos (1981). In: _____. *Hermenêutica da Obra de Arte*. Tradução de Marco Antonio Casanova. São Paulo: Martins Fontes, 2010c. p. 65-68.
- GUIMARÃES, Danilo Silva. Self and dialogical multiplication. *Interacções*, v. 9, n. 24, p. 214-242, 2013. <https://doi.org/10.25755/int.2843>
- GUIMARÃES, Danilo Silva; SIMÃO, Livia Mathias. Intersubjetividade e desejo nas relações sociais: o caso dos jogos de representação de papéis. *Interacções*, v. 7, p. 30-54, 2007. <https://doi.org/10.25755/int.344>
- GUIMARÃES, Danilo Silva; SIMÃO, Livia Mathias Simão. A negociação intersubjetiva de significados em jogos de interpretação de papéis. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 24, n. 4, p. 433-439, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000400006>
- HERMANS, Hubert J. M. The dialogical self: toward a theory of personal and cultural positioning. *Culture & Psychology*, v. 7, n. 3, p. 243-281, sept. 2001. <https://doi.org/10.1177/1354067X0173001>
- LEÃO, Maria Eloisa do Amaral. *Alteridade, desrazão e futuridade na experiência da criação artística: iluminações poéticas para a Psicologia Cultural a partir de Rimbaud*. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental)-Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. <https://doi.org/10.11606/D.47.2016.tde-07102016-174002>
- MARKOVÁ, Ivana. Constitution of the self: intersubjectivity and dialogicality. *Culture & Psychology*, v. 9, n. 3, p. 249-259, sept. 2003. <https://doi.org/10.1177/1354067X030093006>
- PLATÃO. *A República*: livro X. Tradução de Daniel Rossi Nunes Lopes. Campinas, SP: [s.n.], 2002. p. 31-91. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/268982/1/Lopes_DanielRossiNunes_M.pdf. Acesso em: 4 fev. 2021.
- POUND, Ezra. *ABC da literatura*. Tradução de Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1989.
- RIMBAUD, Arthur. *Poesia completa*. Tradução de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- RIMBAUD, Arthur. Uma Estadia no Inferno (1873). In: _____. *Prosa poética*. Tradução, prefácio e notas de Ivo Barroso. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007a. p. 119-192.
- RIMBAUD, Arthur. Iluminações (1886). In: _____. *Prosa poética*. Tradução, prefácio e notas de Ivo Barroso. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007b. p. 195-303.
- RIMBAUD, Arthur. Carta a Georges Izambard (1871). In: _____. *Correspondência*. Tradução, notas e comentários de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Topbooks, 2009a. p. 34-36.
- RIMBAUD, Arthur. Carta a Paul Demeny (1871). In: _____. *Correspondência*. Tradução, notas e comentários de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Topbooks, 2009b. p. 37-43.
- SIMÃO, Livia Mathias. Beside Rupture-Disquiet; Beyond the Other-Alterity. *Culture & Psychology*, Londres, v. 9, n. 4, p. 449-459, 2003. <https://doi.org/10.1177%2F1354067X0394007>
- SIMÃO, Livia Mathias. Alteridade no diálogo e construção do conhecimento. In: MARTÍNEZ, Albertina Mitjans; SIMÃO, Livia Mathias (Org.). *O outro no desenvolvimento humano: diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. p. 29-39.
- SIMÃO, Livia Mathias. Bildung, culture and self: a possible dialogue with Gadamer, Boesch and Valsiner. *Theory & Psychology*, v. 15, n. 4, p. 549-574, 2005. <https://doi.org/10.1177%2F0959354305054751>
- SIMÃO, Livia Mathias. Why “otherness” in the research domain of semiotic-cultural constructivism? In: SIMÃO, Livia Mathias; VALSINER, Jaan (Ed.). *Otherness in question: labyrinths of the self*. Charlotte, NC: IAP, 2007. p. 11-35.
- SIMÃO, Livia Mathias. *Ensaio dialógicos: compartilhamento e diferença nas relações eu-outro*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- SIMÃO, Livia Mathias. Culture as a moving symbolic border. *Integrative Psychological & Behavioral Science*, v. 50, p. 14-28, 2016. <https://doi.org/10.1007/s12124-015-9322-6>
- SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 11-36.
- WHITE, Edmund. *Rimbaud: a vida dupla de um rebelde*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

A moral na perspectiva histórico-cultural: uma revisão da literatura

Bruno Rolim Baggio,^{id} * Thalita Lays Fernandes de Alencar,^{id} Fabiola de Souza Braz Aquino^{id}

Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, PB, Brasil

Resumo

Este estudo tem como objetivo identificar e discutir artigos que se basearam nas contribuições da perspectiva histórico-cultural elaborada por Vygotsky para compreender e explicar a moralidade. Partindo de uma análise das ideias do próprio autor sobre o tema e sobre o contexto histórico no qual elas se inserem, realizou-se uma revisão de artigos que utilizam as ideias de Vygotsky para se dedicar ao estudo da moral. O levantamento realizado em bases de dados científicas permitiu identificar 22 artigos relativos ao tema. O material foi analisado a partir dos seguintes eixos temáticos: perspectivas teóricas adotadas nos estudos; procedimentos metodológicos utilizados; e temas e conceitos discutidos nos estudos, com foco na articulação da teoria histórico-cultural de Vygotsky com o desenvolvimento moral. Apesar da relevância da teoria vygotkiana para a compreensão do desenvolvimento moral, esta perspectiva mostrou-se ainda pouco desenvolvida quando comparada às perspectivas piagetiana e kohlbergianas, mais frequentemente utilizadas em estudos sobre a psicologia do desenvolvimento moral.

Palavras-chave: moral; Vygotsky; perspectiva histórico-cultural; revisão da literatura.

The moral in the historic-cultural perspective: a literature review

Abstract

This study aims to identify and discuss articles that were based on contributions from the historical-cultural perspective developed by Vygotsky to understand and explain morality. Starting from an analysis of the author's own ideas on the topic and the historical context in which they are inserted, we conducted a review of articles that used Vygotsky's ideas to discuss moral issues. The review carried out on scientific databases allowed the identification of 22 articles related to the topic. The material was analyzed from the following thematic axes: theoretical perspectives adopted in the studies; methodological procedures used; and themes and concepts discussed in the studies, focusing on the articulation of Vygotsky's historical-cultural theory with moral development. Despite the relevance of the Vygotskian theory for understanding of moral development, this perspective of study is shown to be poorly developed when comparing the Piagetian and Kohlbergian perspectives, most frequently used in studies on the psychology of moral development.

Keywords: moral; Vygotsky; historical-cultural theory; literature review.

Introdução

Este trabalho é resultado do interesse dos autores em explorar as possíveis contribuições da perspectiva histórico-cultural elaborada por Vygotsky para a compreensão do desenvolvimento moral, temática que vem sendo prioritariamente abordada a partir de perspectivas cognitivistas, como as de Piaget e Kolbberg (BARRIOS; BARBATO; BRANCO, 2012). Embora Vygotsky não tenha elaborado uma teoria do desenvolvimento moral ou abordado o tema de forma explícita, em sua obra *Psicologia pedagógica* (2001) expôs ideias sobre o referido tema, em sua maioria oriundas de estudos sobre educação. Contudo, as questões morais perpassaram toda a sua teoria, considerando as posições ético-políticas que fundamentam seus estudos e o princípio, simultaneamente ético e metodológico, da coerência entre pensamento e ação, entre teoria e prática.

É impossível compreender a obra de Vygotsky adequadamente sem levar em consideração o contexto histórico no qual ela foi construída. Como ele mesmo declarou em seus textos, o conhecimento do contexto histórico e cultural é indispensável para a compreensão dos fenômenos sociais e da constituição dos sujeitos. Essa afirmação apoia-se em reflexões de Leontiev (1996 p. 426), para

*Endereço para correspondência: Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós Graduação em Psicologia Social. Via Expressa Padre Zé - Conj. Pres. Castelo Branco III, João Pessoa, PB – Brasil. CEP: 58033-455. E-mail: brunorbaggio@gmail.com, thalitalays@hotmail.com, fabiolabrazaquino@gmail.com
Os dados completos dos autores encontram-se ao final do artigo.

quem “[...] a obra de Vygotsky é determinada em primeiro lugar pelo tempo em que viveu e trabalhou, a época da Grande Revolução Socialista de Outubro”. O movimento de construção da Psicologia Histórico-Cultural, protagonizado por Vygotsky e seus colaboradores, esteve ativamente influenciado por um processo político e social mais amplo. Para compreender os fundamentos de sua teoria e, por que não dizer, de suas considerações a respeito da moral, é necessário fazer algumas considerações sobre o contexto no qual Vygotsky elaborou seu trabalho.

Na análise de Cunha et al. (2010), a Revolução Socialista de 1917 foi resultado de um longo processo político no qual a classe trabalhadora russa, insatisfeita com a situação de miséria em que se encontrava, lutou contra o regime czarista e ascendeu ao poder. A obra sociológica de Marx, ao expor de forma clara e detalhada a exploração da classe trabalhadora no sistema capitalista, foi fundamental para a mobilização dos trabalhadores e guiou o movimento revolucionário russo desde o seu início (CUNHA et al., 2010). Após a revolução, os princípios marxistas foram utilizados como referência teórica e ideológica para a construção de novos modelos políticos, econômicos e sociais. Era necessário olhar para o futuro, para a tarefa de construir uma nova sociedade, mais adequada aos anseios e ideais da classe trabalhadora.



Esta relação estreita entre o movimento revolucionário e a obra de Marx fez com que a disputa política se estendesse também ao campo intelectual, e acabou influenciando profundamente diversas áreas das ciências humanas, dentre as quais a psicologia (CUNHA et al., 2010; LEONTIEV, 1996). Vygotsky foi o principal nome entre os teóricos que se empenharam em construir a nova psicologia. Influenciado pela teoria de Marx e impulsionado pelas demandas de seu tempo, Liev Vygotsky posicionou-se de forma crítica em relação ao discurso da neutralidade científica e defendeu a construção de uma psicologia capaz de não apenas compreender, mas também de se posicionar em relação às determinações histórico-culturais de sua época.

No plano epistemológico, a psicologia marxista deveria ser capaz de superar a perspectiva idealista, que estudava a consciência como uma entidade individual, abstrata e desconectada da realidade concreta, sem cair no reducionismo objetivista das correntes comportamentalistas e reflexológicas que, em nome da objetividade, abdicaram de tomar a consciência como objeto de estudo (LEONTIEV, 1996). Vygotsky procurou escapar desse dualismo integrando criticamente aspectos de ambas as abordagens. Leontiev lembra que Vygotsky defendeu a consciência como objeto de estudo da psicologia, sem abrir mão da objetividade metodológica. A consciência, na compreensão vygotkyana, poderia ser estudada de forma objetiva, pois além de ter base material no funcionamento cerebral, era uma “realidade psicológica concreta” (LEONTIEV, 1996, p. 435).

Pondo ênfase no papel ativo e dialético do ser humano na relação com o meio, a psicologia proposta por Vygotsky (2001) buscou superar as contradições entre discurso e ação, seja no campo ético-político, seja no campo teórico-prático. É por essa razão que é impossível, nessa perspectiva, dissociar o estudo das questões morais de seus aspectos históricos, culturais, epistemológicos, teóricos e metodológicos.

No contexto revolucionário, a velocidade das transformações sociais e culturais gerava uma grande instabilidade em relação aos valores morais. A moralidade burguesa, que até então guiava as relações sociais, passou a ser rejeitada. Não havia, então, um novo código moral minimamente estabelecido para preencher o vazio deixado pelos valores burgueses. Na visão de Vygotsky (2001), o período pós-revolucionário trazia consigo um grande risco, na medida em que abria uma lacuna moral potencialmente perigosa.

Em consonância com os anseios de sua época, Vygotsky (2001) realizou uma contundente crítica à hipocrisia da moral burguesa, que, de acordo com ele, impunha, através de seu sistema de educação, os seus ideais de classe. A educação burguesa reduzia a moral ao bom tom social na medida em que “se baseava em princípios autoritários, considerava a obediência um ideal para o aluno” e que “os objetivos comuns da educação moral consistiam em educar o pequeno burguês fiel ou burocrata cumpridor” (VYGOTSKY, 2001, p. 296).

Diante da decadência dos valores burgueses no contexto da revolução russa era necessário, portanto, construir uma nova moral, capaz de superar as contradições da sociedade capitalista de então. Vygotsky (2001) defendeu a construção de uma nova prática pedagógica que, fundamentada no conhecimento da psicologia do desenvolvimento e nos princípios marxistas, servisse de instrumento para a transformação social. Era necessário superar o “caos instável” em que se encontrava a sociedade russa após a revolução, para evitar o risco de se cair na total ausência de educação moral, no “total amoralismo”. A nova educação teria como objetivo preparar “no campo moral, combatentes e revolucionários” (VYGOTSKY, 2001, p. 299-300).

De acordo Vygotsky (2001), o primeiro traço dessa nova perspectiva pedagógica seria a recusa de qualquer explicação inatista em relação à moral. Antes, esta deveria ser compreendida como uma habilidade socialmente construída e, portanto, irredutível às determinações biológicas. A posição inatista, argumentava Vygotsky (2001), é claramente uma confissão de incompetência pedagógica, na medida em que desresponsabiliza o meio social pelos problemas no processo educativo. Abandonar a tese do inatismo moral seria, portanto, uma condição necessária, ainda que não suficiente, para construir uma pedagogia que se responsabilizasse pelos êxitos e fracassos do processo de educação moral.

Outro aspecto fundamental da pedagogia esboçada por Vygotsky (2001) se refere à adoção do princípio, ético e metodológico, da coerência entre discurso e prática. Para se distanciar da moral burguesa, que difundia a hipocrisia como meio de adequação social, a nova pedagogia deveria estar radicalmente comprometida com a “verdade”, enfrentando as contradições e demandas concretas de seu tempo histórico. A construção de uma consciência histórica e social seria, assim, um dos objetivos centrais da pedagogia, na medida em que contribuiria para preparar as novas gerações para a “próxima época”.

A consciência moral, na perspectiva de Vygotsky, só teria valor real se estivesse vinculada com a prática, e calcada em uma consciência encarnada e concreta. Nesse sentido, Vygotsky (2001) criticou duramente os manuais de instrução moral burgueses, que sempre procuraram transmitir verbalmente valores prontos, acabados e desconectados da realidade social concreta. Na visão do autor, esta última decorre, em grande medida, de uma concepção pedagógica que vincula excessivamente a capacidade moral dos sujeitos ao desenvolvimento intelectual. Apesar de reconhecer a importância da inteligência no processo de desenvolvimento, o autor considera que ela não é indispensável para o desenvolvimento moral, pois, em certos casos, pessoas com déficits cognitivos podem alcançar um desenvolvimento moral superior ao de pessoas extremamente inteligentes.

Outro problema dos manuais tradicionais de educação moral, de acordo com Vygotsky (2001), estaria no excessivo foco em ensinar o que a criança não deve fazer. A descrição de maus comportamentos, mesmo que tenha como objetivo evitá-los, na perspectiva do autor, obriga-

ria a criança a realizá-los, ao menos no nível cognitivo. Por essa razão, a verbalização do que não se deve fazer, além de não funcionar, aumentaria as probabilidades de sua ocorrência. Esse tipo de prática esvaziaria a ação moral, reduzindo-a ao mero esforço de evitar consequências sociais desagradáveis. A nova pedagogia, ao contrário, deveria inspirar bons comportamentos.

Como pudemos perceber, as instituições pedagógicas, na perspectiva de Vygotsky, são instrumentos fundamentais de transformação social e teriam, portanto, uma grande responsabilidade sobre o desenvolvimento moral de seus membros. Neste sentido, o desvio moral deve ser compreendido como produto da organização social, e não como mera falta individual; as falhas morais dos alunos seriam o reflexo de uma falha do próprio sistema educacional e decorrentes de uma provável situação de abandono.

Por uma questão de coerência, Vigotski (2001) se opôs radicalmente às práticas educativas tradicionais que defendem a reclusão como resposta às atitudes antissociais. As ações antissociais devem ser consideradas como “ações não sociais”, no sentido estrito do termo. A educação moral, desse modo, nada mais seria do que uma educação social. A reclusão, enquanto estratégia socio-educativa, apenas acentuaria a marginalização daqueles que não se comportam de acordo com as expectativas sociais. A facilitação do processo de socialização, por sua vez, seria o único meio de educação realmente comprometido com a integração do indivíduo ao corpo social. Nas palavras de Vigotski (2001, p. 310), as crianças antissociais “não exigem nenhuma pedagogia especial, quaisquer medidas de proteção, correção e punição, mas tão somente uma redobrada atenção social e uma interferência educativa quadruplicada do meio”.

O autor russo chega até mesmo a vislumbrar um aspecto revolucionário das atitudes antissociais, principalmente dentro contexto capitalista. Em um ambiente educacional hipócrita, as atitudes antissociais podem sinalizar uma tentativa, ainda que não muito bem-sucedida, de superação dos valores decadentes da moral burguesa. Por outro lado, a boa adaptação da criança comportada, tão valorizada pela ética burguesa, é concebida por Vigotski (2001) mais como um sinal de falta de talento e capacidade crítica do que, propriamente, de competência moral. As crianças que se comportam mal, ao contrário, sinalizariam para a sociedade que algo não vai bem, que a sociedade falhou em oferecer condições de integração adequadas.

Em um esforço de síntese, Delari Junior (2013, p. 50) descreveu três princípios éticos que norteiam e perpassam todo o humanismo crítico de Vygotsky: superação, cooperação e emancipação. O princípio da superação refere-se a uma orientação, presente na obra de Vygotsky, ao “supremo” no homem, referente à adoção de uma abordagem prospectiva, atenta às capacidades humanas e sociais que ainda podem ser desenvolvidas. O princípio da cooperação, por seu turno, se opõe à lógica individualista hegemônica, que faz da competição um de seus mais importantes valores. A cooperação aparece na obra de Vygotsky como condição de superação das contradições históricas e culturais da sociedade.

O princípio da cooperação tem uma importância ao mesmo tempo epistemológica e moral, já que, para Vygotsky, tanto a moralidade quanto a consciência têm uma gênese social. O individualismo não é criticado apenas por seu aspecto “egoísta”, mas pelo fato de ser uma ficção epistemológica, na medida em que a gênese daquilo que chamamos de indivíduo é social. O terceiro princípio ético da obra de Vygotsky, descrito por Delari Junior (2013, p. 50), o da emancipação, estaria ligado ao valor ético da “conquista e manutenção da liberdade”. Mas não no sentido liberal do termo, segundo o qual a palavra liberdade ganha uma conotação individualista, tornando-se quase uma propriedade individual. Na concepção de Vygotsky, a liberdade deve ser tomada como um processo contínuo de busca, um valor que não está nunca plenamente garantido.

Embora não seja o objetivo deste trabalho aprofundar as diferenças entre o contexto histórico no qual Vygotsky produziu sua obra e o contexto atual, é necessário assinalar a existência de oposições bastante óbvias entre os princípios éticos da teoria de Vygotsky e os princípios hegemônicos do capitalismo contemporâneo no qual estamos inseridos. A sociedade burguesa, que Vygotsky pensava ter superado com a Revolução Socialista de 1917, se fortaleceu e radicalizou ainda mais os seus princípios, até mesmo em seu próprio país, a Rússia. As obras de Vygotsky, aliás, foram proibidas por Stalin em pleno regime comunista (CUNHA et al., 2010). Hoje podemos dizer que o comunismo, da forma concreta como se deu na Rússia, não conseguiu colocar em prática os princípios de Marx e Vygotsky. Diante deste quadro, vale a pena refletir sobre uma questão levantada por Delari Junior (2013): até que ponto é possível aplicar os princípios teóricos e éticos de Vygotsky ao contexto atual da maioria dos países capitalistas do mundo?

Considerando a relevância dessa questão, este estudo teve como objetivo realizar um levantamento acerca de artigos que retomaram o modelo histórico-cultural inaugurado por Vygotsky para compreender e explicar a moralidade. Entendemos que essa análise pode contribuir para a ampliação da compreensão sobre o desenvolvimento moral para além das abordagens dominantes neste campo de estudos, e auxiliar a prática de profissionais que atuam nos campos da Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Psicologia Escolar Educacional.

Método e Procedimento

Os artigos analisados foram selecionados a partir do portal Periódicos Capes, e a pesquisa foi realizada durante a primeira semana do mês de dezembro de 2015. Os descritores utilizados foram: *Vygotsky e moral*, *Vygotsky e moral*, *Vigotski e moral*, e *Vygotsky e morality*, utilizando em todos os pareamentos o operador booleano AND. Os critérios de inclusão foram: ser um artigo revisado por pares e abordar diretamente a temática da moralidade a partir da psicologia histórico-cultural de Vygotsky. Não foi delimitado um período de tempo para a seleção das publicações, uma vez que se pretendia conhecer de que

forma os estudos publicados resgatavam, ao longo das últimas décadas, os argumentos de Vygotsky acerca do desenvolvimento moral.

O primeiro levantamento resultou na identificação de 86 estudos. Deste total, 72 foram artigos revisados por pares, e 14 foram removidos por serem repetidos. O conteúdo dos resumos foi avaliado para se verificar a adequação dos artigos aos critérios de inclusão acima citados. Em seguimento a estes procedimentos, foram selecionados 17 artigos indexados nas seguintes bases: EBSCOhost (n = 5), Science Direct (n = 4), Directory of Open Access Journals (n = 4), Springer (n = 1), Sage (n = 2) e Taylor & Francis Online (n = 1). Uma atualização dessa revisão da literatura, realizada em outubro de 2020, permitiu a identificação de cinco artigos que atendem aos critérios de inclusão deste estudo, indexados nas bases de dados: Directory of Open Access Journals (n = 1), Springer (n = 1), EBSCOhost (n = 1), Scopus (n = 1) e Taylor & Francis Online (n = 1).

Para facilitar a organização e apresentação dos estudos, foram elaborados três eixos gerais de análise: perspectivas teóricas adotadas nos estudos; as metodologias utilizadas; e os temas e conceitos abordados nos estudos, com foco na articulação da teoria histórico-cultural de Vygotsky com o desenvolvimento moral. Menciona-se que o objetivo deste estudo é identificar e discutir os artigos que articulam a teoria histórico-cultural com a questão da moralidade, e não discutir as contraposições e pontos de vista dos artigos analisados.

Resultados

Os estudos encontrados foram realizados entre 1993 e 2020, estando os artigos distribuídos de forma relativamente homogênea ao longo deste período, com uma média aproximada de um artigo por ano. Foi possível notar um modesto aumento da produção entre 1999 e 2002, período em que foram publicados dois artigos por ano. O mesmo ocorreu nos anos de 2016 e 2019. A maior concentração de publicações foi no ano de 2012, com três artigos publicados.

Perspectivas teóricas

Em relação às abordagens teóricas que embasaram os estudos revisados e às articulações estabelecidas com a teoria vygotskyana, foi observado que treze estudos se pautaram primordialmente nos pressupostos teóricos de Vygotsky e dos autores que seguiram na esteira desse modelo ou foram influenciados por ele para estudar o desenvolvimento moral (BARBOSA; SOUZA, 2015; BARRIOS; BARBATO; BRANCO, 2012; BOZHOVICH, 2004; CRAWFORD, 2001; EHRICH; O'DONOVAN, 2019; LEWIS, 2018; MILTENBURG; SINGER, 2000; MITRANY et al., 2003; MOLINA, 2012; TAPPAN, 1997, 1998; TURNER; BERKOWITZ, 2005; VADEBONCOEUR; VELLOSO, 2016).

Partindo do reconhecimento de que há uma lacuna em relação ao desenvolvimento moral na perspectiva sócio-histórica, Tappan (1997, 1998) e Ehrich e O'Donovan (2019) retomaram conceitos importantes de Vygotsky,

mais comumente empregados para discutir o desenvolvimento cognitivo, e adaptaram ao contexto específico do desenvolvimento moral. Os autores adotaram os princípios gerais da perspectiva vygotskyana para situar a questão do desenvolvimento da moralidade, a exemplo da importância da internalização da linguagem para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores.

O artigo de Lewis (2018) dialoga com Tappan (1997, 1998): ele reconhece a importância dos trabalhos de Tappan para a superação da lacuna teórica que a perspectiva sócio-histórica tem em relação ao desenvolvimento moral, e aponta limitações presentes nesses trabalhos, em especial em relação à excessiva ênfase dada a linguagem para explicar o desenvolvimento moral. De acordo com Lewis (2018), a competência em relação à linguagem não necessariamente torna uma pessoa moral, dado que, embora possa ser necessária para o desenvolvimento moral, a linguagem não é suficiente para explicá-lo em todos os seus aspectos.

No levantamento, nove artigos não utilizaram a teoria histórico-cultural de forma isolada. Dentre eles, destacamos três estudos que procuraram integrar as ideias de Vygotsky a conceitos de outro importante autor russo, Mikhail Bakhtin (BUZZELLI, 1993; HASTE; ABRAHAMS, 2008; PRATT et al., 1999). De acordo com Tappan (2006), essa teoria híbrida, que vem sendo chamada de sociocultural/dialógica, tem ampliado a compreensão do caráter mediado da moralidade e radicalizado a ênfase na gênese social das funções psíquicas superiores. Como exemplo, podemos citar a aplicação que os autores têm feito da noção bakhtiniana de diálogo à compreensão vygotskiana do processo de internalização da linguagem. Se Vygotsky já apontava a importância do processo de internalização da fala no desenvolvimento da linguagem, os autores da perspectiva sociocultural/dialógica vão além e propõem que o processo de internalização se dá em relação ao diálogo como um todo. A introdução da noção de diálogo ao quadro da teoria histórico-cultural, portanto, reforçaria ainda mais o aspecto social da teoria vygotskiana (BUZZELLI, 1993).

Ainda dentro dos trabalhos que procuraram articular a perspectiva histórico-cultural com outras teorias, foram encontrados dois estudos que buscaram fazer uso das teorias de Vygotsky e Piaget, em conjunto, como aporte teórico para o estudo do desenvolvimento moral (DAVIS; BERGEN, 2014; PRATT et al., 1999). Davis e Bergen (2014), além de utilizar Piaget e Vygotsky, incluem em seu artigo ideias de Erik Erikson (sobre o brincar) e Lawrence Kohlberg (sobre os estágios do desenvolvimento moral). Entretanto, a articulação entre os conceitos foi realizada mais no nível empírico do que teórico. As teorias de Piaget, Vygotsky, Erikson e Kohlberg são utilizadas apenas como fonte de inspiração para a construção de instrumentos de pesquisa. Dois estudos utilizaram a teoria histórico-cultural para analisar os resultados de práticas pedagógicas inspiradas nas ideias de Kohlberg do programa Malasiano de Educação Moral (BALAKRISHNAN; CLAIBORNE, 2012; BALAKRISHNAN; NARVAEZ, 2016). Ambos os estudos

propuseram a ampliação do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) criado por Vygotsky e defenderam a utilização da noção de Zona Colaborativa de Desenvolvimento (ZCD).

Destaca-se ainda a pesquisa de Lewis (2019), que utiliza as teorias da aprendizagem e desenvolvimento de Vygotsky para fundamentar o programa de educação moral do filósofo chinês Xunzi, que defendia o estudo e a prática de rituais como método de educação moral. Para Lewis, a teoria de Vygotsky fornece elementos importantes para compreender melhor e avaliar a consistência e efetividade do programa moral de Xunzi, na medida em que permite pensar a prática ritual como uma oportunidade de promover, dentro de um contexto social, a internalização de símbolos e ferramentas culturais, e ainda uma importante ferramenta de educação moral, na medida em que tem o potencial de promover o desenvolvimento do que Vygotsky chamou de funções psíquicas superiores, sem as quais a moralidade seria impossível.

Por fim, destaca-se o trabalho de Glassman e Zan (1995), que procurou reinterpretar a Teoria dos Domínios de Turiel, a partir do paradigma histórico-cultural de Vygotsky. Nesse artigo, os autores criticaram a teoria de Turiel por ela não ter como base uma perspectiva desenvolvimentista, pela negligência em relação aos aspectos socioculturais e por não reconhecer as diferenças individuais e suas implicações para o desenvolvimento dos domínios. Ainda assim, os autores defendem que a Teoria dos Domínios se enquadra na perspectiva do desenvolvimento sociocultural, e pode ampliar a compreensão sobre os diferentes tipos de raciocínio moral.

Menciona-se, ainda, que os artigos revisados utilizaram nomenclaturas diferentes para se referir à teoria vygotskiana: teoria histórico-cultural, teoria sociocultural, teoria sócio-cultural-dialógica, teoria socioconstrutivista e teoria sociocultural, o que pode estar relacionado ao tipo de leitura que os autores realizaram da obra de Vygotsky, bem como ao fato de utilizarem como suporte principal sua teoria isoladamente ou associada a outros teóricos.

Metodologias utilizadas

Com relação às metodologias utilizadas nos estudos revisados, foi verificado que 16 dos 22 artigos analisados são teóricos (BARRIOS; BARBATO; BRANCO, 2012; BOZHOVICH, 2004; BUZZELLI, 1993; CRAWFORD, 2001; EHRICH; O'DONOVAN, 2019; GLASMAN; ZAN, 1995; HASTE; ABRAHAMS, 2008; LEWIS, 2018, 2019; MILTENBURG; SINGER, 2000; MITRANY et al., 2003; MOLINA, 2012; REIMAN, 1999; TAPPAN, 1997, 1998; TURNER; BERKOWITZ, 2005). A prevalência de artigos teóricos faz sentido se considerarmos que o desenvolvimento moral, como podemos observar nesta revisão, ainda é um tema pouco explorado pelos autores da perspectiva histórico-cultural, o que pode ter contribuído para que os autores procurassem estabelecer bases teóricas mais firmes sobre o desenvolvimento moral, antes de desdobrar suas possíveis aplicações empíricas.

Já em relação aos estudos empíricos revisados (BALAKRISHNAN; CLAIBORNE, 2012; BALAKRISHNAN; NARVAEZ, 2016; BARBOSA; SOUZA, 2015; DAVIS; BERGEN, 2014; PRATT et al., 1999; VADEBONCOEUR; VELLOSO, 2016), foram utilizadas diferentes metodologias. Dentre elas, temos o estudo longitudinal de Pratt et al. (1999), que buscou avaliar o clima das interações entre pais e filhos e, após dois anos, verificar seu poder preditivo no raciocínio moral dos filhos adolescentes. O clima familiar para a educação moral foi avaliado nesse estudo por meio de três instrumentos: dois pautados na perspectiva cognitiva piagetiana (estilos de socialização e diálogo transicional) e um pautado na perspectiva histórico-cultural vygotskiana (narrativa parental de socialização). Este último instrumento avaliou, pela narrativa dos pais, a existência de uma relação entre pais e filhos em que as vozes de ambos seriam articuladas e respeitadas.

Balakrishnan e Claiborne (2012) utilizaram o método de estudo de caso para investigar práticas educativas no contexto de reforma de salas de educação moral multiculturais da Malásia. Os pesquisadores utilizaram dilemas morais de Kohlberg, com o objetivo de fomentar processos colaborativos e facilitar o desenvolvimento moral dos estudantes. O estudo de Balakrishnan e Narvaez (2016), também ligado ao Programa Malasiano de Educação Moral, investigou e classificou os principais dilemas morais vividos por alunos de uma escola secundária. Ao contrário do estudo anterior, que utilizou dilemas hipotéticos para provocar uma discussão, esse trabalho utilizou dilemas morais reais, criados pelos próprios alunos, para, em um segundo momento, discuti-los. Os autores ressaltam que os dilemas morais reais têm vantagens em relação aos hipotéticos, tais como favorecer um maior engajamento dos alunos e, conseqüentemente, uma maior mobilização das emoções dos participantes, além de refletir a diversidade cultural das salas multiculturais.

Davis e Bergen (2014), por sua vez, utilizaram o que chamaram de método longitudinal retrospectivo. Os autores realizaram entrevistas com 197 estudantes de uma universidade do centro-oeste americano, com o objetivo de investigar as relações entre diversos tipos de brincadeiras e o processo de desenvolvimento moral. Os autores procuraram operacionalizar o conceito de brincadeira, tal como é descrito por psicólogos importantes, como Vygotsky, Piaget e Erikson. Em seguida, buscaram relacionar o tipo de brincadeira (jogos de regras, faz de conta, brincadeiras de prática e brincadeiras de construção) com diversos aspectos do desenvolvimento moral (afetivo, cognitivo e comportamental). Foram avaliadas, ainda, as relações entre os tipos de brincadeira e os níveis morais descritos por Kohlberg.

No estudo de Barbosa e Souza (2015) foi realizada uma pesquisa-intervenção em uma escola pública do interior de São Paulo, com o objetivo de analisar os sentidos do respeito para alunos do 6º ano do ensino fundamental. Três turmas participaram desse estudo, totalizando 90 adolescentes. Foram realizados 14 encontros com cada turma, quando as autoras utilizaram a contação e a produção, oral e escrita, de histórias para acessar os sentidos do

respeito. As temáticas das histórias foram escolhidas juntamente com o grupo, a partir da sugestão dos participantes. A metodologia utilizada se mostrou em consonância com o aporte teórico-metodológico histórico-cultural adotado no estudo, sendo resgatados os conceitos de imaginação e de pensamento abstrato de Vygotsky.

Por fim, o artigo de Vadeboncoeur e Vellos (2016) traz um estudo qualitativo sobre o papel da imaginação moral na relação professor-aluno. Partindo de uma revisão de literatura sobre essa relação, os autores empreenderam uma análise qualitativa de observações diretas das interações em sala de aula, de conversas informais e de uma série de entrevistas gravadas com professores e alunos de escolas alternativas no Canadá e Austrália.

Temas e conceitos abordados

Os artigos selecionados foram examinados, também, de acordo com os temas e conceitos utilizados para estudar a moral. Grande parte dos estudos teóricos dedicou-se a uma análise mais aprofundada das bases epistemológicas da teoria histórico-cultural e sua adequação para o estudo da moral, concebida como construção histórica e cultural (BUZZELLI, 1993; CRAWFORD, 2001; EHRICH; O'DONOVAN, 2019; LEWIS, 2018, 2019; MITRANY et al., 2003; MOLINA, 2012; TAPPAN, 1997, 1998).

Conceitos importantes formulados por Vygotsky foram aplicados ao estudo do desenvolvimento moral. A noção de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), por exemplo, enfatiza o papel da mediação no processo de aprendizagem e internalização da moral, na medida em que se refere à distância entre o que o aluno já é capaz de fazer por conta própria e aquilo que consegue fazer apenas com o suporte de alguém mais experiente. É importante lembrar que Vygotsky propôs uma pedagogia capaz de lançar um olhar prospectivo para aquilo que o estudante ainda pode aprender com a colaboração do outro, pela mediação (BALAKRISHNAN; CLAIBORNE, 2012; BALAKRISHNAN; NARVAEZ, 2016; LEWIS, 2018; TAPPAN, 1998).

O conceito de internalização foi bastante utilizado para descrever o processo de construção da moralidade. O processo de internalização das regras morais presentes no ambiente social é fundamental para que a criança passe de uma etapa em que seu comportamento é regulado por terceiros para outra, na qual ela se torna capaz de comportamentos morais autorregulados. A moral internalizada, constituindo-se como uma função psíquica superior, atuaria como mediadora dos comportamentos e ações da criança sobre o mundo (BUZZELLI, 1993; CRAWFORD, 2001; EHRICH; O'DONOVAN, 2019; LEWIS, 2018, 2019; TAPPAN, 1997, 1998).

No artigo de Turner e Berkowitz (2005), a contribuição da teoria histórico-cultural para o desenvolvimento foi tratada de forma mais pontual, abordando o papel de temáticas bem específicas, como o conceito de *scaffolding*, que está intimamente relacionado com o conceito de ZDP. A noção de *scaffolding* se refere especificamente ao papel de suporte ou apoio que outro sujeito, mais capaz, desempenha no processo de resolução de conflitos.

A aprendizagem moral seria, portanto, um processo social mediado por ferramentas sociais, cuja atuação é temporária e têm como objetivo apenas auxiliar o processo de internalização daquele que aprende. Uma vez que a aprendizagem tenha se dado, o suporte poderá ser retirado ou ressignificado.

Ainda que a maioria dos artigos tenha se debruçado sobre temas de natureza teórica, pôde-se perceber em parte deles uma preocupação mais prática com as possibilidades concretas de aplicação da teoria histórico-cultural no contexto da educação moral (BALAKRISHNAN; CLAIBORNE, 2012; BALAKRISHNAN; NARVAEZ, 2016; BARBOSA; SOUZA, 2015; CRAWFORD, 2001; LEWIS, 2018, 2019; MILTENBURG; SINGER, 2000; MITRANY et al, 2003; MOLINA, 2012; VADEBONCOEUR; VELLO, 2016). Molina (2012) e Mitrany et al. (2003) buscaram explicitar os princípios e ferramentas que a teoria histórico-cultural oferece para a prática da educação moral. Os autores ressaltam que, dentro da perspectiva de Vygotsky, não podemos pensar em guiar ou formar valores por meio da mera instrução verbal. A educação moral deve ser concebida como um processo de construção dialético e bidirecional no qual aquele que aprende possui papel ativo e, nesse sentido, autodetermina seu próprio desenvolvimento. A educação moral, portanto, teria como objetivo a própria ação moral, e não apenas o seu raciocínio.

Miltenburg e Singer (2000) defendem a aplicação da noção de ZDP ao contexto da psicologia clínica. As autoras sustentam que o suporte oferecido pelo terapeuta às vítimas de abuso infantil é fundamental para que estas desenvolvam funções mentais superiores e ferramentas psicológicas que as auxiliem a lidar com as experiências vividas. Este processo favoreceria a autonomia dos pacientes, auxiliaria as vítimas a dirigir e controlar seu próprio funcionamento e facilitaria a superação do trauma sofrido.

Apesar de o estudo de Barbosa e Souza (2015) não ter como objetivo direto a educação moral, os resultados encontrados pelas autoras contribuem diretamente para a discussão dessa questão. A análise da produção de histórias permitiu verificar que o sentido do respeito dos alunos pautava-se no medo e na força física como forma de impor respeito, e que o diálogo não aparecia nas histórias como forma de resolução de conflitos. As autoras discutem que esses sentidos são construídos socialmente, em todos os espaços de interação da criança, inclusive na escola. Na resolução de conflitos, a escola tem atuado de forma a valorizar a punição, e com pouco incentivo ao diálogo e à reflexão. Nesse sentido, as autoras defendem que a psicologia escolar pode contribuir, estimulando a reflexão sobre as relações e a discussão dos valores em conjunto com os alunos, tornando-os sujeitos de seu próprio desenvolvimento.

Ainda no campo da pedagogia moral, Vadeboncoeur e Vellos (2016) destacaram a necessidade, em especial em instituições de ensino alternativo, da construção de uma pedagogia voltada para o desenvolvimento de uma boa relação professor-aluno, de sentido duplo, baseada na aceitação mútua e na construção conjunta do conhecimento.

A temática do brincar e suas relações com o desenvolvimento moral foi abordada por Bozhovich (2004) e Davis e Bergen (2014). Em ambos os artigos, o brincar é apontado como elemento essencial no processo de desenvolvimento moral. Para Bozhovich (2004), por meio da brincadeira os padrões socialmente aceitos são representados, interpretados e internalizados pela criança, tornando-se próprios dela. A criança teria um papel ativo nesse processo, na medida em que ele é mediado por suas motivações particulares. O estudo empírico de Davis e Bergen (2014), por outro lado, procurou relacionar os tipos de brincadeira (jogo com regras, faz de conta, brincadeiras de prática e brincadeiras de construção) a determinados aspectos do desenvolvimento moral (empatia, raciocínio e comportamento). Os autores utilizaram, ainda, os níveis de desenvolvimento moral de Kohlberg, procurando associá-lo às diversas formas de brincar.

Discussão

Após analisar os artigos selecionados, pode-se afirmar que a presença da teoria histórico-cultural no campo da psicologia moral é ainda escassa, principalmente em relação aos estudos empíricos. A maioria dos trabalhos é teórica e tem procurado estabelecer uma concepção de desenvolvimento moral fundamentada na obra de Vygotsky. O fato de o autor não ter tratado explicitamente da questão moral na maioria de seus textos talvez explique a necessidade de maior fundamentação teórica sobre o tema antes de se partir para os estudos empíricos. Este fator também pode ter influenciado os autores que procuraram articular as ideias de Vygotsky com a de outros autores de maior impacto no campo da psicologia moral, como Piaget, Kohlberg, Turiel, Erikson, entre outros.

As análises dos artigos permitem afirmar que, em parte deles, a articulação entre as ideias de Vygotsky e de autores de diferentes abordagens necessita de aprofundamento em suas elaborações. Nesses artigos, o diálogo entre Vygotsky e seu contemporâneo Mikhail Bakhtin foi realizado de maneira bastante profícua, possivelmente pelo fato de ambos os autores estarem inseridos em uma mesma cultura e terem vivido um momento histórico tão importante quanto a Revolução Socialista de 1917.

De modo geral, todos os artigos analisados defendem a plausibilidade da teoria histórico-cultural para o estudo da moral. Do mesmo modo, todos eles partem do reconhecimento da constituição cultural dos valores, tal como defendida por Vygotsky. As concepções e os princípios vygotkianos foram abordados com diferentes níveis de profundidade, e esta visão foi mais completa e aprofundada especialmente nos estudos teóricos. Entretanto, algumas noções gerais se mostraram presentes em todos eles, quais sejam: a apropriação da visão da moral e dos valores como uma construção histórica e cultural; a ênfase no processo de desenvolvimento; o caráter bidirecional e recíproco das interações sociais; a ênfase no papel interativo do sujeito e na importância da cooperação e do suporte social para alavancar o desenvolvimento.

O foco na interação social permitiu ao modelo histórico-cultural ressaltar, simultaneamente, a importância do outro na gênese da moralidade e do próprio sujeito no seu processo de desenvolvimento moral, de forma dialética. O reconhecimento da necessidade da ajuda de outros para o desenvolvimento pessoal, e também para o processo criativo, fundamenta uma concepção de sujeito em permanente processo de desenvolvimento, sempre reconstruindo e ressignificando os mais diversos aspectos de seu mundo.

Em relação aos estudos que abordaram mais diretamente a construção de práticas educativas, destaca-se a fecundidade do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal para compreender o processo de educação moral. A interação social é apontada como elemento fundamental na construção, transformação e ressignificação do conhecimento, respeitando a concepção vygotkiana de que os defeitos morais não são inatos, mas sim um reflexo dos defeitos na educação.

Outros estudos demonstraram maior fidelidade aos princípios éticos vygotkianos (MILTENBURG; SINGER, 2000; MITRANY et al., 2003; MOLINA, 2012) e enfatizaram a importância da manutenção e da promoção da autonomia na educação moral. O educador teria o papel de auxiliar o indivíduo a desenvolver suas funções superiores e suas habilidades, facilitando o desenvolvimento da autonomia e de processos de conscientização, que permitem aos sujeitos exercer um papel verdadeiramente transformador, caminhando para a liberdade. Essa ideia ganha apoio nos argumentos de Delari Junior (2013), para quem é necessária a cooperação entre os sujeitos, visando a que cada indivíduo possa promover a própria superação.

Nesse sentido, o estudo de Molina (2012) destacou-se como aquele que mais utilizou os princípios e conceitos vygotkianos, ao buscar estabelecer ferramentas e métodos para a educação moral. Além de todos os aspectos já tratados, esse autor também apreendeu a concepção de que o desenvolvimento moral deve ocorrer de forma consciente e honesta. A educação moral, nesse sentido, deve estar vinculada a exemplos práticos da vida diária, ou seja, deve se basear na vida real, ao mesmo tempo em que deve objetivar a ação concreta. Os autores apontam, ainda, para a importância do exemplo moral do educador, pois a formação de valores depende da prática demonstrada por aquele que educa, uma vez que estamos tratando de uma moral concreta, honesta e real.

Por fim, destaca-se o fato de que os estudos brasileiros sobre esta temática são pouco representativos, de modo que, entre os 22 artigos analisados, apenas um era uma publicação nacional (BARBOSA; SOUZA, 2015). Assim, faz-se importante uma maior apropriação das contribuições vygotkianas para o estudo do desenvolvimento moral e o aprofundamento do tema no contexto nacional.

Considerações finais

Ao contrário da obra de Vygotsky, os artigos selecionados foram escritos no contexto capitalista. Seguindo uma perspectiva vygotkiana, poderíamos dizer que é importante aprender com o passado e construir uma

consciência histórica, mas que também é imprescindível estar atento para a singularidade de nosso próprio tempo histórico. A psicologia histórico-cultural elaborada por ele e seus continuadores ainda é um importante instrumento de compreensão e transformação da realidade; e, apesar de ter surgido no contexto da revolução socialista russa, não se esgota nele. Como demonstram os autores dos artigos que revisamos, o trabalho de Vygotsky conserva a sua atualidade, não enquanto solução pronta e acabada dos problemas sociais de nosso tempo, mas como ferramenta crítica de compreensão do passado e reflexão sobre o futuro.

A educação moral deve partir da prática e, também, dirigir-se para a prática, em um processo dialético. É necessário superar as concepções morais que se reduzem a uma definição prévia sobre o que é correto e o que é errado. Uma das tarefas mais importantes da sociedade é planejar uma educação que promova o comprometimento com a ação moral, de maneira que os valores morais sejam vivenciados e experimentados, e que todos participem de sua construção. A psicologia histórico-cultural é uma importante e poderosa aliada nesta tarefa de construção de uma moral real. Nessa direção, cabe aos profissionais da psicologia que estudam e intervêm em espaços sociais, como escolas e demais contextos de desenvolvimento humano, se apropriarem dessa ferramenta.

Através do presente estudo procuramos demonstrar a relevância dessa perspectiva ética, teórica e metodológica para psicólogos e profissionais da educação, no sentido de compreender a moral como um processo que se constitui historicamente e nas relações sociais e culturais mediadas. No entanto, as possibilidades de pesquisa não foram esgotadas, e é relevante que estudos futuros aprofundem essa revisão. Isso pode ser feito por meio da ampliação da pesquisa com outras bases de dados, bancos de teses e dissertações, livros publicados, e, ainda, por meio da utilização de outras designações na pesquisa, usando termos como teoria sócio-histórica, teoria sociocultural ou, ainda, sociointeracionista.

Entende-se que o uso da teoria de Vygotsky no campo do desenvolvimento moral ainda é recente; e, sendo assim, ainda há um longo caminho a ser percorrido no aprofundamento dessa relação.

Informações sobre os autores:

Bruno Rolim Baggio

 <https://orcid.org/0000-0002-1133-3236>

 <http://lattes.cnpq.br/6083495936848270>

Doutor em Psicologia Social do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019), na área da Psicologia do Desenvolvimento Moral. Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004) e mestrado em Psicologia Clínica pela mesma instituição (2011), com ênfase em Psicanálise. Atua como psicólogo escolar na Prefeitura Municipal de João Pessoa e desenvolve pesquisas nas áreas de Desenvolvimento Moral, Psicanálise e Psicologia Cognitiva. Tem experiência na área de Psicologia Social, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Clínica, Docência e Acompanhamento Terapêutico.

Thalita Lays Fernandes de Alencar

 <https://orcid.org/0000-0003-3898-6242>

 <http://lattes.cnpq.br/0528574787553376>

Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, com período sanduíche na Universidade do Porto, Portugal. Mestre em Psicologia Social (2017) e bacharel em Psicologia (2014) pela Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sócio-moral (NPDSM). Desenvolve pesquisas nas áreas de desenvolvimento moral, perdão, cognições sociais e educação moral.

Fabiola de Sousa Braz Aquino

 <https://orcid.org/0000-0002-8854-8577>

 <http://lattes.cnpq.br/8059477511210341>

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (1997). Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (UFPB). Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (UFPB). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Interação Social e Desenvolvimento Infantil (NEISDI). Membro do GT de Psicologia Escolar Educacional da ANPEPP. Supervisora de Estágio em Psicologia Escolar. Coordenadora do Curso de Extensão 'Formação Continuada de Psicólogas Escolares a partir de suas atuações em contextos públicos de educação'. Pesquisa temas como: interação social, desenvolvimento sociocomunicativo e da linguagem nos anos iniciais; transições de desenvolvimento; contextos de desenvolvimento e educação, com foco nos anos iniciais; formação e atuação do psicólogo escolar.

Contribuição dos autores:

Os autores colaboraram ao longo do processo, desde a elaboração até a revisão final do manuscrito. Os autores aprovaram o manuscrito final para publicação.

Como citar este artigo:

ABNT

BAGGIO, Bruno Rolim; ALENCAR, Thalita Lays Fernandes de; AQUINO, Fabiola de Souza Braz. A moral na perspectiva histórico-cultural: uma revisão da literatura. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 33, n. 1, p. 12-20, jan./abr. 2021. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5736>

APA

Baggio, B. R., Alencar, T. L. F., & Aquino, F. S. B. (2021, Janeiro/Abril). A moral na perspectiva histórico-cultural: uma revisão da literatura. *Fractal: Revista de Psicologia*, 33(1), 12-20. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5736>

Copyright:

Copyright © 2021 Baggio, B. R., Alencar, T. L. F., & Aquino, F. S. B. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2021 Baggio, B. R., Alencar, T. L. F., & Aquino, F. S. B. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Referências

- BALAKRISHNAN, Vishalache; CLAIBORNE, Lise Bird. Vygotsky from ZPD to ZCD in moral education: reshaping Western theory and practices in local context. *Journal of Moral Education*, v. 41, n. 2, p. 225-243, 2012. <https://doi.org/10.1080/03057240.2012.678056>
- BALAKRISHNAN, Vishalache; NARVAEZ, Darcia. A reconceptualisation of Vygotsky's ZPD into ZCD in teaching moral education in secondary schools using real-life dilemmas. *Cogent Education*, v. 3, n. 1, 2016. <https://doi.org/10.1080/2331186X.2016.1142925>
- BARBOSA, Eveline Tonelotto; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Sentidos do respeito para alunos: uma análise na perspectiva da psicologia histórico-cultural. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 255-270, 2015. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5736>
- BARRIOS, Alia; BARBATO, Silviane; BRANCO, Angela. El análisis microgenético para el estudio del desarrollo moral: consideraciones teóricas y metodológicas. *Revista de Psicología*, v. 30, n. 2, p. 249-279, 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0254-92472012000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2018.
- BOZHOVICH, Lidia Il'ichna. Developmental phases of personality formation in childhood (II). *Journal of Russian & East European Psychology*, v. 42, n. 4, p. 55-70, 2004. <https://doi.org/10.1080/10610405.2004.11059223>
- BUZZELLI, Cary A. Morality in context: a sociocultural approach to enhancing young children's moral development. *Child and Youth Care Forum*, n. 22, p. 375-386, 1993. <https://doi.org/10.1007/BF00760946>
- CRAWFORD, Paul Duncan. Educating for moral ability: reflections on moral development based on Vygotsky's theory of concept formation. *Journal of Moral Education*, v. 30, n. 2, p. 113-129, 2001. <https://doi.org/10.1080/03057240120061379>
- CUNHA, Niágara Vieira S. et al. A Revolução Russa de 1917 e seus desdobramentos no âmbito da psicologia histórico-cultural. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, v. 2, n. esp., p. 12-31, 2010. Disponível em: http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/artigo_1_especial.pdf. Acesso em: 30 out. 2018.
- DAVIS, Darrel R.; BERGEN, Doris. Relationships among play behaviors reported by college students and their responses to moral issues: a pilot study. *Journal of Research in Childhood Education*, v. 28, n. 4, p. 484-498, 2014. <https://doi.org/10.1080/02568543.2014.944721>
- DELARI JUNIOR, Achilles. Princípios éticos em Vigotski: perspectivas para a psicologia e a educação. *Nuances: Estudos sobre Educação*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 45-63, 2013. <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v24i1.2153>
- EHRICH, John; O'DONOVAN, Richard. Morality, language use, and ontogenesis: Vygotsky and shotter revisited. *Linguistics Journal*, v. 13, n. 1, p. 197-207, 2019.
- GLASSMAN, Michael; ZAN, Betty. Moral activity and domain theory: an alternative interpretation of research with young children. *Developmental Review*, v. 15, n. 4, p. 434-457, 1995. <https://doi.org/10.1006/drev.1995.1018>
- HASTE, Helen; ABRAHAMS, Salie. Morality, culture and the dialogic self: taking cultural pluralism seriously. *Journal of Moral Education*, v. 37, n. 3, p. 377-394, 2008. <https://doi.org/10.1080/03057240802227502>
- LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. Artigo de introdução sobre o trabalho criativo de L. S. Vigotski. VIGOTSKI, L. S. *Teoria e método em psicologia*. Tradução de Claudia Berlinger. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 425-470
- LEWIS, Colin J. Ritual education and moral development: a comparison of Xunzi and Vygotsky. *Dao: A Journal of Comparative Philosophy*, v. 17, n. 1, p. 81-98, 2018. <https://doi.org/10.1007/s11712-017-9589-z>
- LEWIS, Colin J. Vygotsky and moral education: a response to and expansion of Tappan. *Educational Philosophy and Theory*, v. 51, n. 1, p. 41-50, 2019. <https://doi.org/10.1080/00131857.2018.1427576>
- MILTENBURG, Ruth; SINGER, Elly. A concept becomes a passion moral commitments and the affective development of the survivors of child abuse. *Theory & Psychology*, v. 10, n. 4, p. 503-526, 2000. <https://doi.org/10.1177/0959354300104004>
- MITRANY, Victoria Ojalvo et al. Conceptualización general de los valores. *Pedagogía Universitaria*, Cuba, v. 8, n. 1, 2003. Disponível em: <https://encurtador.com.br/xGV47>. Acesso em: 23 ago. 2019.
- MOLINA, Odiel Estrada. El profesor ante la formación de valores: aspectos teóricos y prácticos. *Education in the Knowledge Society (EKS)*, Universidad de Salamanca, v. 13, n. 3, p. 240-267, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2010/201024652012.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.
- PRATT, Michael W. et al. Predicting adolescent moral reasoning from family climate: a longitudinal study. *The Journal of Early Adolescence*, v. 19, n. 2, p. 148-175, 1999. <https://doi.org/10.1177/0272431699019002002>
- REIMAN, Alan J. The evolution of the social roletaking and guided reflection framework in teacher education: recent theory and quantitative synthesis of research. *Teaching and teacher education*, v. 15, n. 6, p. 597-612, 1999. [https://doi.org/10.1016/S0742-051X\(99\)00016-5](https://doi.org/10.1016/S0742-051X(99)00016-5)
- TAPPAN, Mark B. Language, culture, and moral development: a vygotskian perspective. *Developmental Review*, v. 17, n. 1, p. 78-100, 1997. <https://doi.org/10.1006/drev.1996.0422>
- TAPPAN, Mark B. Moral education in the zone of proximal development. *Journal of Moral Education*, v. 27, n. 2, p. 141-160, 1998. <https://doi.org/10.1080/0305724980270202>
- TAPPAN, Mark B. Mediated moralities: sociocultural approaches to moral development. *Handbook of moral development*, New York, p. 351-374, 2006. <https://doi.org/10.4324/9781410615336>
- TURNER, Val D.; BERKOWITZ, Marvin W. Scaffolding morality: positioning a socio-cultural construct. *New Ideas in Psychology*, v. 23, n. 3, p. 174-184, 2005. <https://doi.org/10.1016/j.newideapsych.2006.04.002>
- VADEBONCOEUR, Jennifer A.; VELLOSO, Renira E. Re-creating social futures: the role of the moral imagination in student-teacher relationships in alternative education. *International Journal of Child, Youth and Family Studies*, Columbia, v. 7, n. 2, p. 307-323, 2016. <https://doi.org/10.18357/ijcyfs72201615723>
- VYGOTSKY, Liev Semionovich. *Psicologia pedagógica*. Artmed, 2001.

Vivências de policiais de uma DEAM no Sudoeste Goiano

Tatiana Machiavelli Carmo Souza,  * Thais Ferreira Martins 

Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, GO - Brasil

Resumo

A pesquisa investigou as vivências de policiais civis de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em um município do sudoeste goiano no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. Partindo da abordagem qualitativa, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com quatro policiais, duas mulheres e dois homens. Identificaram-se diversas dificuldades vivenciadas no cotidiano profissional, desde a falta de espaço físico, funcionários e tempo, até a ausência de capacitação para o atendimento às mulheres. Embora tivessem conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, as/os participantes reproduziam concepções de gênero machistas e misóginas que, somadas à precariedade do serviço, culminavam na culpabilização das mulheres em situação de violência. Os/as entrevistados/as apontaram a necessidade de criação de um serviço de Psicologia para apoio às mulheres e aos/as próprios/as policiais. Neste sentido, propõe-se a implantação de formação dos/as trabalhadores/as da DEAM e a realização de intervenções psicossociais, de modo a potencializar o papel da polícia no enfrentamento da violência de gênero.

Palavras-chave: violência doméstica; polícia; psicologia; gênero.

Experiences of police officers from a DEAM in the Southwest of Goiás

Abstract

The research investigated the experiences of civil police officers of a Specialized Police Station for Women's Care (DEAM) in a municipality in the southwestern region of Brazil in the care of women in situations of domestic violence. Based on the qualitative approach, semi-structured interviews were conducted with four police officers, two women and two men. Several difficulties experienced in daily professional life were found, from lack of physical space, employees and time, to the absence of training to meet women. Although they had knowledge about the Maria da Penha's Law, the participants reproduced sexist and misogynistic gender conceptions that, added to the precariousness of the service, culminated in blaming women in situations of violence. The interviewees pointed out the need to create a Psychology service to support women and the own police officers. In this sense, DEAM workers should be properly trained, and there should be the performance of psychosocial interventions, in order to enhance the role of the police in coping with gender violence.

Keywords: domestic violence; police; psychology; gender.

Introdução

A violência doméstica constitui-se em problema de escala mundial e atinge as mulheres com formas e intensidades específicas ao considerar os marcadores sociais de cor, etnia, credo, gênero, orientação, identidade ou idade. Tem sido pauta de diversas discussões desde a última década do século XIX, apesar de ser uma questão social muito mais antiga (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015). A violência doméstica é fruto das históricas e sociais desigualdades de gênero e pode ser entendida como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher (SOUZA, M.; SOUZA, T., 2019; SOUZA, T.; SANTANA; MARTINS, 2018).

O gênero é uma categoria analítica e política que auxilia na compreensão dos papéis sociais desempenhados a partir do sexo biológico determinado no momento do nascimento (SCOTT, 1995). Partindo dessa perspectiva, historicamente o homem tem sido colocado como ser dominante, racional, destinado à esfera pública, ao trabalho remunerado, à tomada de decisões em relação à família. Já a mulher tem sido vista como submissa, emocional, destinada à esfera privada, ao cuidado da família e aos afazeres domésticos (PIOSIADLO; FONSECA; GES-

NER, 2014). Logo, os papéis socialmente construídos pela cultura e religião carregam a ideia de que o homem mantém o poder sobre a mulher, com o direito de dominá-la e oprimi-la, violentando-a de diversas maneiras. As questões de gênero são estruturantes da condição subjetiva dos indivíduos e da organização das relações sociais, que se estabelecem com desigualdades de poder e viabilizam a violência doméstica (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Os motivos que levam muitas mulheres a permanecerem em situações de violência e não denunciarem as agressões são os mais variados. Nem sempre é por dependência econômica e/ou emocional (SOUZA, T.; SABINI, 2015). Há também o fato de se acharem merecedoras de punição e infelicidade por não terem cumprido devidamente tarefas que acreditam ser de sua exclusiva responsabilidade. Deste modo, acabam por se culpar pela violência que sofrem e mantêm-se nessas relações com a ideia de que as merecem (DIAS, 2012). Reiterando a cultura de culpabilização das mulheres, Moraes e Ribeiro (2012), em pesquisa com grupos reflexivos junto a homens autores de violência doméstica, verificaram que eles, ao explicarem as agressões, conferem à violência um caráter de punição ao comportamento "inadequado" das mulheres que, em suas opiniões, estavam descumprindo seus papéis, rompendo com os costumes historicamente

*Endereço para correspondência: Universidade Federal de Catalão, Instituto de Biotecnologia, Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar, 1120 - Loteamento Vila Chaud - Catalão, GO - Brasil. CEP: 75704-020. E-mail: tatimachiavelli@yahoo.com.br, thaisferreiramartins@outlook.com.br

Os dados completos das autoras encontram-se ao final do artigo.



estabelecidos e aceitos. Foi observado ainda que, de modo geral, os homens responsabilizavam as mulheres, seja totalmente ou parcialmente, pela agressão cometida.

Durante as últimas décadas, a partir das diversas mobilizações feministas, a realidade das mulheres no Brasil vem sendo modificada, o que pode ser confirmado com a criação de Lei 11.340 (BRASIL, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha (SOUZA, M.; SOUZA, T., 2019). A referida lei criou mecanismos para evitar, prevenir e enfrentar a violência doméstica, estabelecendo punições para os agressores e medidas protetivas e assistenciais para as mulheres em situação de violência. Também propõe políticas de prevenção voltadas para a sociedade, a fim de erradicar práticas violentas, que podem ser físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais ou morais.

A Lei Maria da Penha também promoveu avanços ao definir a violência doméstica pelo uso de força física, psicológica ou intelectual para obrigar ou induzir uma pessoa a fazer algo que não queira; trata-se de qualquer ação ou conduta no sentido constrangê-la, restringi-la incomodá-la, oprimi-la, coagi-la, violá-la, ameaçá-la, submetê-la ao seu domínio (BRASIL, 2006). Nesse sentido, a violência física se caracteriza por ofender a integridade física da vítima; a psicológica, por danos emocionais, diminuição da autoestima, ridicularização, chantagem, controle sobre a mulher e humilhação; a sexual, por condutas que obriguem a mulher a estabelecer, presenciar, comercializar relações sexuais sem seu consentimento, ou que limitem ou anulem o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; a patrimonial, por danos a bens materiais pertencentes à vítima; e a moral, por condutas que caluniem, difamem ou injuriem a vítima (BRASIL, 2006).

Para cumprir os objetivos a que se dispõe, a Lei Maria da Penha conta com o auxílio das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), criadas a partir de 1985, fruto de lutas feministas visando ao enfrentamento da violência doméstica e à assistência para as mulheres (BANDEIRA, 2014). Essas delegacias devem ofertar um atendimento multidisciplinar às mulheres e buscar garantir seus direitos nas relações domésticas e familiares, assim como resguardá-las de qualquer tipo de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (SOUZA, M.; SOUZA, T., 2019; SOUZA, T.; SANTANA; MARTINS, 2018).

Mesmo com a existência das DEAMs, da Lei Maria da Penha, das Centrais de Atendimento à Mulher (Disque 180 – serviço de orientação às mulheres sobre seus direitos, encaminhando-as para outros atendimentos quando necessário) e de outros mecanismos de proteção às mulheres, pouco pode ser feito se os/as profissionais não forem capacitados para trabalhar com a violência doméstica e se abdicarem das concepções desiguais em relação ao gênero. A existência de políticas para a formação e capacitação de policiais e outros/as profissionais não tem garantido estratégias nessa direção, especialmente em cidades interioranas. Estudos apontam que há necessidade de formação profissional e continuada para operadores/as da lei e técnicos/as especializados/as no atendimento às mulheres em situação de violência (PASINATO, 2015;

SOUZA, M.; SOUZA, T., 2019; SOUZA, T.; REZENDE, 2018; SOUZA, T.; SANTANA; MARTINS, 2018; SOUZA, T.; SOUSA, 2015).

Em relação aos/as profissionais que atuam nas delegacias, vale lembrar que pertencem à sociedade predominantemente machista e patriarcal e, possivelmente, possuem concepções desiguais de gênero já constituídas em suas subjetividades, e isto se reflete na atuação profissional. A falta de qualificação no atendimento policial é um fator contribuinte para a diminuição das denúncias por parte das mulheres, que buscam nas delegacias uma forma de apoio e solução para o sofrimento em que vivem. O/a profissional que não possibilita o acolhimento, a escuta e o olhar diferenciado, entendendo os contextos em que a violência ocorre, está legitimando a violência doméstica, mantendo-a invisível e impune, além de destruir as esperanças das mulheres de encontrar uma solução para seu sofrimento (BANDEIRA, 2014).

Da mesma forma, Nunes (2012), ao retratar a perspectiva de policiais civis frente à violência doméstica, constatou que eles/as se sentiam incapacitados/as para lidar especificamente com o tema e sofriam pela falta de uma rede de atendimento eficiente. Além destes fatores, os/as policiais também relataram que as condições de trabalho interferem no atendimento prestado às mulheres, como, por exemplo, a falta de recursos tecnológicos, materiais e humanos, estado emocional debilitado dos/as funcionários/as, sentimentos negativos em relação ao trabalho, salários baixos, alta carga horária de trabalho, dentre outros. Capelle e Melo (2010) verificaram que a capacitação tradicional do/a policial, voltada para uma postura rígida e agressiva, é inadequada para a atuação frente à violência doméstica, já que estes casos necessitam de uma postura mais acolhedora e humanitária. Outro fator que contribui para a precária qualidade do atendimento policial é a naturalização dos casos de violência doméstica. Após terem intenso e cotidiano contato com a violência, acabam naturalizando-a e tornando-se insensíveis à situação (CAPELLE; MELO, 2010).

O trabalho policial no atendimento das mulheres em situação de violência transcende a dimensão técnica e demanda uma rede de atendimento intersetorial competente. Nesse contexto, a Lei 11.340 (BRASIL, 2006) propõe a disposição e intervenção de uma equipe multidisciplinar para oferecer assistência às mulheres. Essa medida é de suma importância, já que estudos indicam que mulheres em situação de violência doméstica podem apresentar, além das marcas físicas, inúmeros outras expressões do sofrimento. Essas podem se refletir em distúrbios gastrointestinais, distúrbios do sono, estresse, baixa autoestima, bem como ansiedade, depressão, tendências suicidas, entre outros (GOMES et al., 2012).

Monteiro (2012), em estudo sobre o papel da psicologia no atendimento às mulheres e aos autores de violência doméstica, afirma que o trabalho deve ter como objetivo o resgate da condição de sujeito das mulheres, de sua autoestima, desejos e vontades, os quais ficam anulados e encobertos no contexto de violência doméstica. Para isso, deve-se oferecer uma escuta acolhedora e ativa, propondo

intervenções para que as mulheres reconheçam a relação violenta que vivenciam, não a naturalizando; entendendo que não são culpadas pelas violências que sofrem. O processo de acolhimento deve também ressignificar a concepção que as mulheres possuem em relação às agressões do parceiro, sem os processos de negação, a fim de empoderá-las para que possam transformar ou sair da situação de violência, descobrindo formas de lutar pelos seus direitos, realizarem seus desejos e objetivos de vida (MONTEIRO, 2012). Aqui, o conceito de empoderamento está intimamente vinculado ao fortalecimento de vínculos sócioafetivos, de trabalho, assim como de outras estratégias de emancipação social; portanto, não se trata da ideia de dar poder unicamente à mulher, em uma perspectiva individualizante. Ao contrário, trata-se de construir movimentos coletivos de resistência e luta em direção à garantia de direitos, conforme aponta Baquero (2012).

Nesse sentido, a Lei Maria da Penha não responsabiliza apenas o Estado, mas sim toda a sociedade, demandando políticas públicas educativas, em saúde, assistência social, segurança pública, entre outras, que possam impactar e transformar as mentalidades, atitudes e práticas culturais, de modo que homens e mulheres sejam capazes de se socializarem de forma equitativa e igualitária. Em vista das problemáticas citadas neste texto, o presente estudo buscou conhecer as vivências de policiais civis do município de Jataí/GO, investigando as concepções de violência doméstica e o cotidiano de trabalho no atendimento às mulheres, problematizando o papel das DEAMs e da psicologia nestes contextos.

Metodologia

Trata-se de pesquisa qualitativa com aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, sob o nº 2.916.536. Foi realizada em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do município de Jataí, no sudoeste goiano. Participaram do estudo quatro policiais civis, conforme Quadro 1. Foi solicitada a anuência por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As identidades dos/as participantes foram mantidas em sigilo por meio do uso de abreviações.

Quadro 1 – Informações dos/as entrevistados/as conforme autodeclaração

Participantes	A	B	C	D
Sexo	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino
Idade	34	43	38	38
Estado civil	Casada	Casada	Casado	Casado
Filhos	1	2	2	1
Religião	Católica	Espírita	Católico	Católico
Grau de escolaridade	Especialização	Especialização	Especialização	Ensino Superior
Cor	Parda	Parda	Pardo	Pardo
Carreira policial	Escrivã	Agente Policial	Escrivão	Delegado
Tempo de atuação na Polícia Civil	2 anos	16 anos	16 anos	2 anos

Fonte: Elaboração das autoras.

Os dados foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2015. Estas se propuseram a investigar a concepção de violência doméstica, as condições de trabalho, o papel da DEAM no enfrentamento à violência doméstica, as (im)possibilidades de intervenção psicológica na DEAM e as possíveis ações frente às mulheres em situação de violência e aos autores de agressão. As entrevistas apresentavam quatro partes: a) identificação dos sujeitos; b) carreira e atuação na Polícia Civil; c) concepções sobre violência doméstica e prática profissional na DEAM; e d) levantamento de crenças sobre a violência doméstica. No item “d” da entrevista foram apresentadas frases de trabalhos científicos e ditados populares relacionados à temática abordada no presente estudo, e os/as entrevistados/as foram convidados/as a classificarem as afirmações como verdadeiras ou falsas e justificarem seu posicionamento. As entrevistas foram audiogravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra.

A interpretação dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), a qual se constitui por várias técnicas que buscam descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação. É utilizada partindo-se do princípio de que o foco do estudo é qualificar as vivências do sujeito e suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos. O método se constitui em três etapas: pré-análise (leitura flutuante); exploração do material (análise exaustiva do material e problematizações); tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Para a discussão, realizou-se a classificação e agregação dos dados, escolhendo as categorias teóricas ou empíricas, responsáveis pela especificação do tema (BARDIN, 1977). A partir disto, foram feitas inferências e interpretações, dando origem às seguintes categorias: a) Concepções sobre a violência doméstica; b) Práticas pertinentes às DEAMs; e c) (Não)Culpabilização das mulheres.

Resultados e discussões

Concepções sobre a violência doméstica

Os/as entrevistados/as definiram a violência doméstica como todo e qualquer comportamento que “desrespeite” as mulheres em sua integridade física, emocional e em sua honra. Referenciaram também a Lei 11.340 (BRASIL, 2006), citando as tipificações da violência como física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. Apesar de contarem com as definições contidas na citada lei, os discursos tendiam a não estratificar os tipos de violência, mas

sim a abordá-los de maneira inter-relacionada, apontando para um “contexto violento”, no qual diversas formas de violência ocorrem. Pesquisas apontam para este mesmo fato, ressaltando que um tipo de violência doméstica não ocorre isoladamente, mas as diversas agressões ocorrem imbricadas (DEEKE et al., 2009).

[...] Violência doméstica está relacionada não só à violência física, mas também à violência psicológica, financeira... porque muitas vezes a gente percebe que a mulher não vem denunciar porque ela se sente dependente financeiramente do homem, ou até mesmo por uma fragilidade psicológica dela, de autoestima... (Participante A).

[...] Raramente a violência começa numa agressão física. Às vezes, antes disso, já existe uma agressão psicológica, uma injúria, uma ameaça. Quando a mulher procura a delegacia, é porque já extrapolou (Participante B).

A dependência financeira, como justificativa para a permanência das mulheres em um relacionamento violento, prevaleceu nos discursos. Os/as participantes apontaram a preocupação das mulheres com o sustento dos filhos, a possibilidade de não ter moradia, a falta de capacitação profissional e de subsídios para se manter em uma jornada de trabalho como os motivos mais relevantes e frequentes para que as mulheres permaneçam com o companheiro que a agride, o que também foi constatado por outros/as autores/as (MIZUNO; FRAID; CASSAB, 2010; PORTO; BUCHER-MALUSCHKE, 2014; SOUZA, T.; SABINI, 2015).

[...] essa mulher, mesmo sendo vítima, ela sente dificuldade de deixar esse companheiro. Por que ela se preocupa como é que vai ser, onde ela vai morar, como vai ser a criação dos filhos. Às vezes ela não sente força para sair dessa relação, muito mais por conta de uma questão material (Participante C).

De modo antagônico, houve discursos que, mesmo considerando as dificuldades existentes em relacionamentos violentos, apontaram que as mulheres podem rompê-los, a partir do seu desejo. Essa concepção parece um tanto simplista e estereotipada, já que muitos outros fatores estão envolvidos nas relações conjugais. Mizuno, Fraid e Cassab (2010) assinalam as questões de ordem financeira, assim como a falta de um emprego que garanta o sustento para as mulheres e filhos/as, como fortes motivos para que elas permaneçam com o agressor. Outros fatores, contudo, também se mostram relevantes nessas situações, como, por exemplo, a vergonha e o constrangimento em relação à opinião pública, amigos e família; a culpa por não conseguir manter a relação; a dependência emocional e afetiva em relação ao companheiro, entre outros (MIZUNO; FRAID; CASSAB, 2010; SOUZA, T.; SABINI, 2015). Psicólogos/as que atendem mulheres que sofreram violência doméstica reiteram que muitas se anulam pelos/as filhos/as e pela família, e permanecem no relacionamento na tentativa de “consertá-lo” e de ter suas expectativas de “amor romântico” realizadas (PORTO; BUCHER-MALUSCHKE, 2014).

As agressões moral e psicológica foram apontadas como tão violentas quanto outras tipificações. Os discursos apresentaram a violência moral e psicológica como

feridas que não se fecham, mesmo com o passar do tempo, e as consequências psicológicas destas agressões como sendo capazes de interferir em todos os contextos de vivências da mulheres, comprometendo sua saúde e desenvolvimento social. Observou-se contradição nas falas dos/as participantes, que ora reconheciam valor nas violências moral e psicológica, ora colocavam a agressão física como o tipo máximo de violência doméstica, hierarquizando e diminuindo a relevância de outros tipos de agressão.

[...] Então, eu acho que a mulher que está sofrendo violência física, todo dia, ela tem que procurar ajuda (Participante A).

[...] Se o casal continuar junto, pode até ser que tenha uma consequência mais grave, uma lesão corporal (Participante D).

Em relação às possibilidades de enfrentamento e superação do relacionamento violento, os/as entrevistados/as apontaram opiniões distintas. Alguns/mas afirmaram que a única solução seria a separação, pois em uma situação de violência haveria a perda do respeito, que não poderia ser recuperado. Em contrapartida, foi ressaltada a ideia de que sempre há estratégias de mudanças e melhorias na relação. De modo particular, foi exposto que, se a violência decorre de fatores externos, como o uso de álcool, drogas, entre outros, seria possível fazer algum tratamento e restabelecer a saúde da relação; contudo, se a violência decorre de problemas pessoais ou inerentes à relação do casal, a única solução seria a separação. Outras possibilidades, como intervenções psicológicas e sociais junto aos agressores, a adoção de práticas com viés punitivista ou a busca de justiça e reparação da experiência violenta de outras formas, não foram sinalizadas pelos/as participantes.

Práticas pertinentes às DEAMs

A delegacia foi descrita como ambiente inadequado para o atendimento das mulheres em situação de violência e citada como uma dentre as maiores dificuldades encontradas no trabalho. Em relação à sala em que as mulheres são atendidas, na qual atuavam duas escrivãs e um escrivão, os/as entrevistados/as relataram não haver possibilidade de um atendimento particular, sigiloso, que pudesse acolher a denúncia de modo apropriado. Os discursos afirmaram que as mulheres, ao chegarem ao dispositivo policial, já estão fragilizadas pela violência que sofreram e precisam encontrar um ambiente de proteção e acolhimento. Este tipo de atendimento se torna impossível no espaço físico existente, o qual pode constrangê-la.

[...] Então há uma dificuldade de poder ouvir a pessoa de uma forma mais velada, mais tranquila, mais privada, de modo a não constrangê-la pelo problema que ela vem trazer. [...] Normalmente a pessoa já vem tão conturbada com o que ela sofreu que, para ela externalizar isso na presença de outras pessoas, fica mais difícil (Participante C).

[...] O trabalho aqui é muito importante, porque tem aquele apoio, aquele amparo que você vai dar pra mulher, ela já está fragilizada em razão da violência sofrida. Então é muito importante aquela atenção, atendê-la de uma forma que ela se sinta protegida e veja que alguém está preocupa-

do com o problema dela (Participante D).

Como exemplo deste cerceamento, as mulheres podem estar sendo atendidas por uma profissional (mulher) e se sentir envergonhadas por ter um escrivão (homem) na sala. Pode ocorrer também o fato de serem atendidos simultaneamente agressores e vítimas, o que foi considerado como doloroso e constrangedor. Esta situação não é restrita somente à DEAM pesquisada. Estudos apontam que, em casos de flagrante, vítima e agressor são atendidos na mesma sala e que a maioria das DEAMs do país não possui espaço adequado para o atendimento individual dos relatos de violência. Há ainda a precariedade dos espaços físicos, com número de salas insuficiente perante as demandas das DEAMs, que usualmente são: atendimento às mulheres de modo individual e privado; atendimento do autor da agressão de modo separado; ambiente para a permanência dos/as filhos/as para que não tenham contato com o relato de violência; sala própria de espera distinta para mulheres e agressores (ANDRADE, 2012; CORTEZ, 2012; PAIXÃO, 2013).

Relataram-se casos em que as mulheres se dirigem à delegacia para efetivar a queixa acompanhada dos/as filhos/as, os quais, em virtude da falta de um local reservado para sua permanência, acompanham as respectivas mães, ouvindo o relato da agressão. Esse fato foi considerado pelos/as entrevistados/as como prejudicial às crianças, principalmente porque, se elas presenciarem agressão, estarão rememorando e vivenciando algum nível de sofrimento.

A falta de conhecimento e de preparo para prestar atendimento às mulheres também foi citada como uma dificuldade da DEAM. Os/as participantes apontaram ser essencial às mulheres que procuram a ajuda da polícia receber atendimento diferenciado, em um contexto que seja capaz de apreender as suas necessidades; contudo não se sentiam preparados/as para isso. Somente uma das entrevistadas havia recebido um curso de capacitação para o trabalho de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. Embora a realização de um curso não seja suficiente para a melhoria do atendimento, houve o relato de que o trabalho prático poderia fornecer capacitação. É certo que a prática pode propiciar melhoria do serviço prestado, entretanto uma atuação destituída de reflexão crítica e de embasamento teórico-metodológico pode servir à reprodução de concepções presentes no senso comum.

O acolhimento e orientações são demandas diárias vivenciadas no contexto de uma DEAM; porém, a literatura aponta que a maioria dos/as funcionários/as não recebe nenhum tipo de capacitação e se veem com muitas fragilidades para conduzir os atendimentos de maneira humanizada (PASINATO, 2015; SOUZA, M.; SOUZA, T., 2019; SOUZA, T.; REZENDE, 2018; SOUZA, T.; SANTANA; MARTINS, 2018; SOUZA, T.; SOUSA, 2015). Nesse contexto, o apoio psicológico às mulheres é importante diante da demanda existente nas DEAMs (ANDRADE, 2012; CORTEZ, 2012; PAIXÃO, 2013).

Os discursos estavam impregnados de queixas em relação ao pequeno número de funcionários/as e à grande demanda de trabalho, cujo cumprimento de prazos seria cobrado pelo Ministério Público. Assim, os/as participantes se viam impossibilitados/as de dispor do devido tempo para o acolhimento às mulheres, reduzindo seu trabalho ao cumprimento de protocolos, registro da ocorrência e produção do processo jurídico. Essa realidade também é presente na maioria das DEAMs, pois funcionam com um número de funcionários/as reduzido em relação ao que seria adequado à demanda. Para além da escassez de recursos humanos, existe ainda a carência de pessoas em cargos específicos; nem sempre há, por exemplo, recepcionista, psicólogo/a, assistente social, dentre outros/as técnicos/as importantes nesses ambientes (CORTEZ, 2012; OBSERVE, 2010; PAIXÃO, 2013).

Outra dificuldade apresentada pelos/as participantes foi a ausência de casa de abrigo para as mulheres que residem com o agressor e sofrem ameaças quando tentam sair da casa. A falta de ambiente seguro para o abrigo enquanto são tomadas as medidas em relação ao agressor pode impedir as mulheres de denunciarem a violência que sofrem, em virtude do medo da reação do parceiro no ambiente domiciliar. Os discursos reconheceram que a inexistência do serviço faz com que as mulheres deixem de procurar ajuda na delegacia, por não acreditarem na justiça, na proteção policial e na punição do agressor. Mesmo assim, foi relatado que há grande procura de atendimento na DEAM, com alto índice de boletins registrados.

Os/as entrevistados/as expressaram que a rotina de trabalho na DEAM gera a naturalização dos casos de violência, e as mulheres se tornam “só mais uma vítima”. De modo paradoxal, também afirmaram que os relatos das mulheres os/as atingem intimamente, muitas vezes provocando sentimentos e emoções dolorosas, afetando sua rotina de trabalho e eficiência no decorrer dos atendimentos. Assim, como afirma Paixão (2013), a violência parece atravessar o cotidiano dos/as policiais na DEAM, tanto pelas condições de trabalho quanto pelo contato diário com conflitos e sofrimento humano. O ambiente da delegacia pode ser muito desagradável, frente às demandas institucionais, o desamparo das mulheres em situação de violência e o frequente sentimento de impotência dos/as policiais diante dos relatos.

[...] muitas vezes, a violência sofrida pelas mulheres nos atinge psicologicamente e a gente vai embora com aquele clima pesado... (Participante B).

[...] Infelizmente, eu acho que isso é natural depois de algum tempo, a gente começa a ver cada vítima como “só mais uma vítima”. Então é difícil pra gente. Seria meio que uma naturalização do problema, pelo fato de a gente conviver diariamente com essas situações [...] O apoio psicológico seria importante para desempenhar melhor o trabalho e não levar toda aquela carga de problemas até para a vida pessoal mesmo (Participante C).

Deste modo, o apoio psicológico foi citado como forma de auxiliar na elaboração e alívio dos sentimentos que emergem na rotina policial e evitar que os problemas do trabalho sejam externados a outras dimensões da vida social, como o convívio familiar. Questionados/as sobre o papel da psicologia na DEAM, os/as participantes afirmaram que seria útil na atuação junto às mulheres, aos agressores, seus/suas filhos/as e familiares, e para a equipe da instituição.

Em relação ao trabalho da psicologia com as mulheres em situação de violência, os/as entrevistados/as apresentaram perspectivas distintas. Nesse sentido, o acompanhamento psicológico seria importante para identificar algum tipo de “insanidade” na mulher, problemas psicológicos e a possibilidade de que o relato de violência se dê a partir de alucinações. Assim, a/o psicóloga/o poderia julgar o que deveria ser registrado no processo judicial, podendo evitar a punição de um homem inocente. Nestes casos, os discursos estavam impregnados de concepções que psicopatologizavam as mulheres e articulados com o lugar da/o psicóloga/o como perita/o. Esse ponto de vista apresentado pelos/as participantes se distancia significativamente das ações propostas pelas políticas públicas. Compete à psicologia, no cenário da DEAM, acolher e auxiliar mulheres e homens a lidar com a violência presente na relação conjugal, de modo que sejam capazes de desenvolver condições de suplantá-la (BRASIL, 2010).

Vale ressaltar que o sentimento de descrédito do/a policial em relação ao relato é passível de gerar um mal atendimento e até mesmo negligência frente às queixas das mulheres; com isso, faz-se necessária a ampliação da percepção do/a policial em relação à violência doméstica, de modo a compreender os contextos e repercussões que esta adquire na experiência das mulheres. O papel de julgar o relato de violência, atribuído à/o psicóloga/o é uma responsabilidade que não concerne a este serviço. Estudos mostram que essa/e profissional, diversas vezes, é alocada/o nas triagens das vítimas, explicação dos procedimentos, entre outras tarefas que não condizem com a profissão, demonstrando a falta de conhecimento dos/as policiais frente à atuação psicológica (CORTEZ, 2012).

O sentimento de culpa vivenciado por algumas mulheres foi referenciado pelos/as participantes como um aspecto que as impede de assumirem-se assujeitadas aos agressores. Assim, além de possibilitar a compreensão de sua situação de vítima, a/o psicóloga/o atua de modo a empoderar as mulheres, para que elas tenham condições de ressignificar sua experiência (MONTEIRO, 2012).

[...] O trabalho do psicólogo seria importante pra que ela se sinta em condições de seguir a vida e entender que aquele problema não retira sua capacidade de viver; não retira até mesmo sua vontade de continuar, de prosseguir a vida (Participante D).

O apoio psicológico também incluiria a atividade de escuta, de modo a acolher o sofrimento das mulheres. Os relatos apontaram que elas chegam à delegacia com muitos problemas, com necessidade de conversar e, como os/as policiais não dispõem de tempo nem preparo para isso,

a/o psicóloga/o desempenharia esse papel. A necessidade de conversar, em detrimento do estrito registro de boletins de ocorrência, foi citada também por Cortez (2012) e Paixão (2013). Cortez (2012) verificou que funcionários/as da maioria das DEAMs realizam trabalhos extrajudiciais, concebendo-os como acolhimentos, mediações de conflitos e escuta de relatos emocionais. Ainda que estas práticas não façam referência ao trabalho policial, entende-se que são pertinentes às DEAMs e que o/a funcionário/a deve ter uma capacitação diferenciada do policial civil comum e voltada para a compreensão e acolhimento do fenômeno da violência doméstica.

[...] a maior parte dessas mulheres chegam com muitos problemas e precisam realmente de conversar. Às vezes precisam muito mais de conversar do que do simples registro do boletim de ocorrência. E esse atendimento com o psicólogo poderia dar um amparo e conforto pra ela (Participante C).

[...] eu acredito que se ela tivesse um amparo psicológico pra estar entendendo o que acontece com ela, e até pra ela reagir melhor ao que está passando, o psicólogo seria necessário (Participante A).

Apesar dos/as entrevistados/as terem ressaltado a importância de apoio às mulheres, pode-se ainda observar uma tendência a diminuir suas capacidades. Assim, como afirma Bandeira (2014), o profissional que não possibilita a escuta e o acolhimento, entendendo os contextos em que a violência ocorre, está legitimando a violência, mantendo-a invisível e suprimindo as esperanças das mulheres em relação à eficácia judicial.

[...] Dependendo da forma como você fala, pode diminuir ainda mais aquela pessoa fragilizada com uma situação que veio do convívio dela com o companheiro. Então, dependendo dos valores do policial, essa pessoa pode sim, novamente, ser vítima na delegacia, sofrer mais um tipo de violência (Participante C).

Uma prática comum relatada pelos/as entrevistados/as foi a orientação fornecida às mulheres. Ao recebê-la pela primeira vez na delegacia, explicam os procedimentos sobre o registro do boletim, a possibilidade de escolher a representação judicial ou não, a existência de medidas protetivas, entre outros. Dessa forma, é permitido que as mulheres façam a retirada da queixa, e isso tem sido frequente no dia a dia do serviço, suscitando indignação dos/as policiais frente à circunstância. Ademais, relataram não entender casos em que as mulheres denunciam a agressão sem ter interesse de se separar do parceiro ou de que ele vá preso. Portanto, são privilegiadas orientações que consistem em tentar convencer as mulheres de que, ao permanecerem no relacionamento, continuarão sendo agredidas ou, se não resolverem sua situação, corrigirem o que estaria gerando as agressões, registrar inúmeros boletins de ocorrência, não sanarão as violências. Essas posturas parecem conflitantes com a Lei Maria da Penha e com as políticas públicas da área, pois as mulheres têm o direito de se retratar em casos de ameaça, bem como de permanecer com o cônjuge violento (PASINATO, 2015). As orientações são importantes,

mas induzir a vítima a romper o relacionamento pode ser tão violento quanto as demais violências infringidas no convívio doméstico.

Silva (2012) aponta que posturas de negociação e mediação são práticas comuns em diversas DEAMs do país, e que os policiais se veem na capacidade de orientar as mulheres para uma tomada de decisão. Essas mediações podem se constituir em um risco para a garantia dos direitos individuais das mulheres, principalmente sendo exercidas sem nenhum respaldo em técnicas de mediação voltadas para a manutenção da integridade moral e física delas.

(Não) Culpabilização das mulheres

Os/as participantes apresentaram contradições, ora afirmando que as mulheres poderiam induzir situações provocadoras da agressão perpetrada pelo parceiro, ora alegando que ela é vítima da violência e que quaisquer atitudes não justificariam a agressão. Foi apontado que muitas mulheres não desejam permanecer no relacionamento, porém alimentam expectativas quanto a mudanças no comportamento do parceiro ou acabam se relacionando com outros homens. Este exemplo carrega tanto uma perspectiva judicial retrógrada, que remonta ao início do século passado, quando era permitido que o marido violentasse a esposa adúltera como “defesa da honra” (SANTIAGO; COELHO, 2010), quanto relações desiguais de poder estabelecidas pela cultura ao longo da história, nas quais o homem tem domínio sobre a mulher, como uma posse, como um ser sem identidade, feito para lhe satisfazer e obedecer (BANDEIRA, 2014; GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Outro fator apresentado pelos/as entrevistados/as foi a possibilidade de as mulheres provocarem a agressividade do homem, irritá-lo de diversas maneiras com o objetivo de que ele a agrida fisicamente e elas tenham marcas para registrar um boletim de ocorrência.

[...] Ela ataca para que o homem a ataque e deixe marcas nela, pra ela poder vir registrar [...] Muitas mulheres se aproveitam da lei para provocar algum tipo de reação por parte do homem (Participante B).

[...] A gente percebe que elas poderiam ter tido outro comportamento, que, de repente, não resultaria num caso de violência doméstica (Participante C).

Caso verdadeiras, essas práticas relatadas pelos/as policiais podem apontar a vulnerabilidade em que as mulheres se encontram, sem recursos para se defender, apelando para medidas extremas, infringindo sua própria integridade física na tentativa de obter respaldo jurídico. Também representa uma denúncia ao sistema judicial, que negligencia a violência que acomete tantas mulheres cotidianamente em seus lares.

Os discursos também apontaram que as mulheres podem evitar ser agredidas, apresentando comportamentos diferentes. Em momento algum o homem foi citado como transgressor ou desrespeitoso com as mulheres. A ideia de que elas mereceram as agressões ou de que estas foram inevitáveis, frutos dos seus comportamentos, foi expressa frequentemente. Neste sentido,

verificam-se as desigualdades de gênero enraizadas na cultura machista. Historicamente, são atribuídas ao homem características como impulsividade, agressividade e poder. Supõe-se que as mulheres, ciente dessas características, devem se esforçar para não as despertar, mantê-lo estável e garantir sua segurança pessoal (PIO-SIADLO; FONSECA; GESSNER, 2014).

[...] Acontece que, quando a mulher não se respeita, não se valoriza, ela deixa que determinados tipos de violência lhe aconteçam (Participante B).

Os/as entrevistados/as também expressaram que as mulheres permitem ser agredidas. Essa permissão foi explicada com base numa falta de respeito em relação a si mesma e na falta de autovalorização. Estes discursos excluem as repercussões que definições desiguais de papéis e poder atribuídas ao gênero adquirem na constituição do sujeito (SCOTT, 1995). Fatores culturais e a própria educação familiar inserem nas mulheres o dever de cuidar de casa, dos/as filhos/as e até mesmo a necessidade de se anular para atender às vontades do homem e obedecer-lhe. Precocemente, as mulheres são ensinadas pela família, pela igreja, pela escola, a abdicar de seus desejos em benefício dos desejos do homem, tornando-se incapaz de recusar e até mesmo reconhecer a violência doméstica. Esses fatores estavam excluídos das concepções dos/as entrevistados/as, o que contribui para a culpabilização das mulheres.

Considerações finais

O presente estudo investigou as vivências de policiais civis da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em um município do sudoeste goiano, buscando conhecer as concepções de violência doméstica e problematizando o papel das DEAMs e da psicologia nestes contextos. Verificou-se que os/as participantes compreendem a violência doméstica como experiência ancorada nas desigualdades entre homens e mulheres e que a dependência financeira atua como forte empecilho para o rompimento da relação. A afirmação das mulheres como sujeitos de suas vontades e desejos também foi apontada como um elemento que pode impulsionar o rompimento da relação violenta, o que reflete uma visão limitada das questões culturais, sociais e históricas que tangenciam a violência doméstica. Os relatos apresentaram concepções antagônicas sobre a violência, ora colocando as mulheres como responsáveis pela violência que sofrem e, portanto, delegando-lhes a competência exclusiva para tomarem atitudes, a fim de evitar e romper essa situação, ora destacando a ideia de que as mulheres não devem se culpar pelas agressões sofridas. Em nenhum momento foi exposto algum tipo de repúdio ou repreensão à postura do autor de agressão.

Problemas em relação à falta de espaço físico, funcionários, tempo e capacitação foram apontados como dificuldades para a realização de atendimento e acolhimento adequado às mulheres em situação de violência. Foi sinalizado que o contato diário com a violência provoca a naturalização desse fenômeno, o que acomete a qualidade do trabalho. Os/as policiais se sentem envol-

vidos/as e sensibilizado/as, o que afeta seu desempenho no cotidiano do serviço e nas relações familiares. Neste sentido, a atuação psicológica na delegacia poderia auxiliar na promoção da saúde dos trabalhadores, bem como no atendimento e acolhimento das mulheres. Contudo, percebeu-se uma visão distorcida sobre o papel e o lugar da psicologia nesse contexto.

A pesquisa possibilitou uma compreensão sobre o ambiente e os/as policiais que atuam na DEAM. Pode ser utilizada como ponto de partida para o investimento na capacitação sobre violência doméstica, gênero, feminismo, machismo, patriarcado, dentre outras temáticas, e também como recurso para o desenvolvimento de grupos de apoio psicossocial junto a servidores/as que atuam na segurança pública. O estudo reitera as desigualdades de poder em relação ao gênero que perpassam a sociedade, inclusive dentro do próprio serviço de apoio às mulheres em situação de violência, apontando para a necessidade de se desvencilhar destas concepções para a concretização de um melhor atendimento. Assim, demanda a necessidade de que outros estudos busquem identificar a melhor forma de intervenção para o auxílio desses/as trabalhadores/as e mulheres em situação de violência.

Informações sobre as autoras:

Tatiana Machiavelli Carmo Souza

 <https://orcid.org/0000-0001-8834-7022>

 <http://lattes.cnpq.br/3120018580121934>

Professora Associada I no curso de Psicologia da Universidade Federal Catalão (UFCAT). Doutora (2012) e Mestra (2009) em Serviço Social pela Unesp/Franca. Especialista em Psicopedagogia (2007) pela Universidade Castelo Branco. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (2003). Líder do Grupo de Pesquisas “Teoria histórico-cultural e processos psicossociais” e membro do Grupo de Pesquisas “Dialogos - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho”, ambos da UFCAT (Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Lattes-CNPq). Membro do GT “A Psicologia sócio-histórica e o contexto brasileiro de desigualdade social” (Anpepp). Avaliadora de cursos de graduação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Revisora de periódicos de nível nacional e internacional. Apresenta experiência profissional em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero e violência contra mulheres, famílias, políticas públicas e subjetividade.

Thais Ferreira Martins

 <https://orcid.org/0000-0002-2603-1855>

 <http://lattes.cnpq.br/8766003242154963>

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí (2014). Participou de projetos de pesquisa e extensão relacionados à discussão sobre gênero, violência contra a mulher, Delegacia e Juizado Especializados em Atendimento à Mulher de Jataí-GO. Participou de Iniciação Científica em Matemática Aplicada pela OBMEP/CNPq (2009-2010).

Contribuição das autoras:

As autoras colaboraram ao longo do processo, desde a elaboração até a revisão final do manuscrito. Ambas aprovaram o manuscrito final para publicação.

Como citar este artigo:

ABNT

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; MARTINS, Thais Ferreira. Vivências de policiais de uma DEAM no Sudoeste Goiano. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 33, n. 1, p. 21-30, jan./abr. 2021. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5776>

APA

Souza, T. M. C., & Martins, T. F. (2021, Janeiro/Abril). Vivências de policiais de uma DEAM no Sudoeste Goiano. *Fractal: Revista de Psicologia*, 33(1), 21-30. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5776>

Copyright:

Copyright © 2021 Souza, T. M. C., & Martins, T. F. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2021 Souza, T. M. C., & Martins, T. F. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Referências

ANDRADE, Fabiana. *Fios para trançar, jogos para armar: o fazer policial nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher*. 218 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278986>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>

BAQUERO, Rute Vivian A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, 2012. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.26722>

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 13 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres - DEAMs*. Edição atualizada. Brasília, 2010. Disponível em: <https://assets-compromissoeatitude-ijpg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/MJ-2010-Norma-Tecnica-Padronizacao-DEAMs.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

CAPELLE, Mônica Carvalho A.; MELO, Marlene Catarina de Oliveira L. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. *Revista de Administração Mackenzie* (Online), São Paulo, v. 11, n. 3, p. 71-99, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712010000300006>

- CORTEZ, Miriam Beccheri. “*Sem açúcar, com afeto*”: estudo crítico de denúncias de violência contra as mulheres e dos paradoxos da judicialização. 2012. 269 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2012. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3608_.pdf. Acesso em: 29 mar. 2016.
- DEEKE, Leila Platt et al. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 248-258, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000200008>
- DIAS, Maria Berenice. *A lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- GOMES, Nadirlene Pereira et al. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. *Saúde em debate*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 514-522, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042012000400003>
- GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, 2015. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>
- MIZUNO, Camila; FRAID, Jaqueline Aparecida; CASSAB, Latif Antonia. Por que elas simplesmente não vão embora? In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1, 2010, Londrina. *Anais...* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/3.CamilaMizuno.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- MONTEIRO, Fernanda Santos. *O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica*. 2012. 63 f. Monografia (Graduação em psicologia) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2593/3/20820746.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- MORAES, Aparecida Fonseca; RIBEIRO, Letícia. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos homens autores da violência. *Sexualidad, Salude Y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 37-58, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872012000500003>
- NUNES, Patrícia Tonissi Migliato. *A violência contra a mulher e o atendimento prestado às vítimas: a perspectiva do policial civil*. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3100>. Acesso em: 21 jan. 2016.
- OBSERVE – Observatório pela aplicação da Lei Maria da Penha. *Condições para aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS) e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar nas capitais e no Distrito Federal*. Relatório final, nov. 2010. Disponível em: http://www.observe.ufba.br/_ARQ/Relatorio%20apresent%20e%20DEAMs.pdf. Acesso em: mar. 2016.
- PAIXÃO, Leilane Almeida. *Violência e sofrimento nas relações íntimo-afetivas: possibilidades compreensivas no contexto de uma delegacia da mulher*. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/193>. Acesso em: 22 abr. 2016.
- PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Rev. direito GV*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 407-428, dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/1808-2432201518>
- PIOSIADLO, Laura Christina Macedo; FONSECA, Rosa Maria Godoy S.; GESSNER, Rafaela. Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para a violência doméstica contra a mulher. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 728-733, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400728. Acesso em: 23 abr. 2016.
- PORTO, Madge; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia S. N. F. A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 30, n. 3, p. 267-276, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000300004>
- SANTIAGO, Rosilene Almeida; COELHO, Maria Thereza Ávila D. O crime passionnal na perspectiva de infratores presos: um estudo qualitativo. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 87-95, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000100010>
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- SILVA, Kelly. As DEAMs, as corporações policiais e a violência contra as mulheres: representações, dilemas e desafios. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 132-154, 2012. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/114>. Acesso em: abr. 2016.
- SOUZA, Maria Clara Guimarães; SOUZA, Tatiana Machiavelli C. Psicologia e políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres: experiências de universitárias. *Psicologia Revista*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 125-149, 2019. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2019v28i1p125-149>
- SOUZA, Tatiana Machiavelli C.; REZENDE, Fernanda Ferreira. Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, v. 9, n. 2, p. 21-38, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2019.
- SOUZA, Tatiana Machiavelli C.; SABINI, Kelen. Mas o que é o amor? Representações sociais em mulheres em contexto de violência doméstica. *Perspectivas em psicologia*, Goiás, v. 19, n. 1, p. 162-178, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasem psicologia/article/view/30542/16627>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; SOUSA, Yara Layne Resende. Políticas públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 59-74, 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2019.

SOUZA, Tatiana Machiavelli C.; SANTANA, Flávia Rezende M.; MARTINS, Thais Ferreira. Violência contra a mulher, Polícia Civil e Políticas Públicas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del Rei, v. 13, n. 4, p. 1-13, 2018. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/3150. Acesso em: 12 out. 2019.

Por uma clínica de(s) território no contexto do SUS

Mariane Marques Santos Amaral,  ★ Liliana da Escóssia 

Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, SE, Brasil

Resumo

O texto analisa caminhos possíveis para uma prática clínica no/de território, no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). A trajetória de trabalho como psicóloga de uma de suas autoras, de 2007 a 2015, em diferentes unidades do SUS, serviu de campo para uma cartografia, entendida como método de pesquisa-intervenção. Nesse contexto, acompanhamos processos de constituição de diferentes modos de pensar e de fazer clínica, a partir de registros de cenas do cotidiano de trabalho. Estas, uma vez revisitadas, compuseram uma narrativa cartográfica de experiências. A pesquisa foi pautada por algumas noções: de clínica, como catalisadora de encontros produtores de passagens e desvios, operada no “entre fronteiras”; de saúde, como processo de produção, realizado por meio de agenciamentos; de território, como espaço de vida e processo. Com a pesquisa, afirmamos ser possível construir uma prática clínica de “corpos agenciadores” que se faz “no” território de vida das pessoas, e “de” território, ao incorporar seus elementos e acompanhar o movimento de (des)construção de paisagens subjetivas, num plano coletivo e movente. Ao engajar-se com o plano de constituição da vida, onde ela acontece, esta clínica se faz política, posiciona-se frente aos regimes de sociabilidade postos, fortalecendo o que há de público no SUS.

Palavras-chave: prática clínica; saúde; território; SUS; narrativa cartográfica.

For a clinic of territory in the context of SUS

Abstract

This paper examines possible paths for a clinical practice in/of territory, in the context of the Sistema Único de Saúde (SUS), the Brazilian unified health system. The work trajectory as a psychologist of one of its authors, from 2007 to 2015, in different units of SUS served as a field to a cartography, which is used as a method of research-intervention. In this context, we follow the constitution processes of different ways of thinking and doing clinical work, based on records of everyday work scenes. These, once revisited, composed a cartographic narrative of experiences. The research was guided by some notions: of clinical, as a catalyst for meetings that produces passages and deviations, operated in the “between borders”; of health, as a production process, carried out through assemblages; of territory, as a space of life and process. With this research, we claim that it is possible to build a clinical practice of “assembling bodies” that takes place “in” the people’s life territory, and “of” territory, when it incorporates its elements and when it accompanies the movement of (de) construction of subjective landscapes, on a collective and moving plane. By engaging with the plan of constitution of life, where it actually takes place, this clinical work becomes political, positions itself against the sociability regimes put in place, strengthening the public aspects of SUS.

Keywords: clinical practice; health; territory; SUS; cartographic narrative.

Introdução

Esse texto parte de experiências afetivo-profissionais vivenciadas no contexto do trabalho do SUS, como psicóloga, ao longo dos últimos dez anos, por uma de suas autoras. Durante esse processo, muitos encontros e práticas foram possíveis, alguns intensificando ou expandindo a vida, outros dificultando ou impedindo seu movimento de criação. Inquietações, alegrias e incômodos nos levaram, inicialmente, a refletir sobre a relação entre estas experiências e um certo modo de fazer e pensar a clínica no SUS. Posteriormente essas reflexões se transformaram em problemas de pesquisa no contexto de um mestrado em Psicologia Social.

A discussão sobre a clínica no contexto do SUS tem sido abordada por diversos autores, a partir de conceitos como Clínica Ampliada e Clínica Transdisciplinar. Para a Política Nacional de Humanização (PNH), “no plano da saúde coletiva, ampliar e compartilhar a clínica é construir processos de saúde nas relações entre serviços e a

comunidade de forma conjunta, participativa, negociada” (BRASIL, 2009, p. 11), e para tal torna-se imprescindível a ampliação e o compartilhamento de saberes. Assim, a clínica ampliada “é uma clínica transdisciplinar, isto é, é a invenção de novas possibilidades de vida, de outros modos de existência, através do atravessamento de diferentes saberes e práticas” (IGNÁCIO, 2011, p. 30). O nosso trabalho mantém com estes conceitos uma estreita vinculação teoria, ética e política. A ênfase na questão do território e a afirmação de uma clínica de/no território resulta da análise das experiências-questões, daquilo que emerge como força decisiva na experimentação de uma certa trajetória clínica, aproximando o nosso trabalho de outros já realizados sobre a relação entre clínica e território no SUS (ALEXANDRE; ROMAGNOLI, 2017; IGNÁCIO, 2011; LIMA; YASUI, 2014).

Buscamos com nossa pesquisa percorrer caminhos possíveis para uma prática clínica no/de território, não só “psi”, mas de “corpos agenciadores”. Tomamos, para tanto, a noção de clínica como catalisadora de encontros produtores de passagens e desvios, capazes de tecerem modos de existência conectados com um território que é experimentado, imanente, vivo e pulsante.

*Endereço para correspondência: Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação de Ciências Humanas, Departamento de Psicologia. Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos. Av. Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze - Aracaju, SE - Brasil. CEP: 49015000. Emails: marianefj@yahoo.com.br, lilianaescossia@gmail.com

Os dados completos das autoras encontram-se ao final do artigo.



Com esse entendimento, forjamos o termo “corpos agenciadores” a partir do encontro das noções de corpo de Foucault (2001) e de agenciamento de Deleuze e Parnet (1998). Corpo pode ser entendido, a partir de Foucault (2001), como uma superfície de inscrição dos sujeitos que somos levados a nos tornar a partir das relações de saber/poder vivenciadas em uma determinada sociedade. O corpo seria, como explicam Machado, D., Vasconcelos e Melo (2012), uma espécie de montagem que se faz num plano de tensão entre formas de sujeição e forças de experimentação, por meio de agenciamentos. Agenciar, por sua vez, é articular provisoriamente subjetividades, coisas, regimes de signos, ações e paixões, com a criação de algo que não está nem em um nem no outro, mas entre os dois, em um plano coletivo e movente, espaço-tempo comum e impessoal. Comum “é o que é construído no encontro e não o que já existia de comum, na forma de traços de identidade, de classes ou gêneros. Dimensão espaço-temporal de correlação e coengendramento” (ESCÓSSIA, 2014, p. 92).

Como uma clínica de “corpos agenciadores” opera “no” território de vida das pessoas e se constitui, ao mesmo tempo, como uma prática “de” território, incorporando seus elementos? Como inventar práticas produtoras de saúde e habitar territórios existenciais, acompanhando sua (des)construção?

Nosso objetivo é discutir essas questões sem intenção de esgotá-las. Escrever tal como um experimentador, que, segundo Foucault (2010), escreve porque não sabe ainda exatamente o que pensar sobre algo que gostaria muito de pensar e está disposto, nesse processo, a se transformar, a rever pensamentos e práticas.

Escrevemos sobre clínica, saúde, corpo, território e SUS muito atentos ao fato de que as palavras nos enganam. Elas fazem-nos acreditar que as coisas existem por elas mesmas, quando na verdade, como aponta Veyne (1982), não passam de correlatos das práticas correspondentes, sendo necessário um olhar atento à naturalização de conceitos.

Feitas essas ressalvas, cabe-nos discutir os caminhos metodológicos que nos permitiram produzir algumas respostas para as perguntas acima propostas.

Caminhos metodológicos

Utilizamos a cartografia como método de pesquisa-intervenção. Trata-se de um método proposto por Deleuze e Guattari, como explica Kastrup (2008), para o estudo da dimensão processual da subjetividade e de seu processo de produção, cuja orientação do trabalho do pesquisador não se faz através de metas predefinidas, estas são traçadas no percurso da pesquisa, à medida que acompanhamos uma paisagem subjetiva sempre movente.

Segundo Passos e Barros (2009), este método de pesquisa articula-se a um modo de produção de conhecimento, cujo pressuposto inicial é de que a presença do pesquisador afeta a condução da pesquisa. Além disso, a orientação do trabalho do pesquisador não se faz através de regras predefinidas, nem de objetivos estabelecidos de forma definitiva, sendo as metas traçadas no caminhar, no percurso

da pesquisa. Cartografar, nesse sentido, é acompanhar um processo, e não representar um objeto, negligenciando o fluxo processual no qual está sendo produzido.

Como acompanhar o fluxo processual no qual os “objetos” que estudamos – clínica, produção de saúde, SUS, território – vão se construindo? Na pesquisa realizada, o primeiro movimento, no sentido de acompanhar esse fluxo, se deu por meio da elaboração de cadernos de formação. Começamos a trabalhar no SUS em 2007, passando por diferentes equipamentos – Unidades de Saúde da Família (USF), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Hospital Geral e Maternidade. Mantivemos o costume de registrar, em cadernos, o cotidiano de trabalho, como pautas de reuniões, dúvidas, falas e cenas que afetaram e fizeram pensar. Esses cadernos de registros do cotidiano das práticas de trabalho-formação-experimentação são denominados por Machado, D. (2011, p. 49) de cadernos de formação.

Com o ingresso no mestrado em 2013, iniciamos a confecção de um diário de campo, com registro regular de práticas de atenção à saúde no CAPS Liberdade, local onde uma das autoras deste texto trabalhava como psicóloga. Revisitamos os cadernos de formação e os diários de campo. Considerando o que havia sido escrito como uma paisagem, lançamos a atenção para o que mais nos afetava: as rugosidades e os relevos dessa paisagem de pesquisa. Nesse processo, algumas rugosidades foram transformadas em “experiências-questões”. São narrativas que descrevem e analisam um problema, algo desconhecido e inesperado, que pede passagem, força pensar e nos permite questionar os limites do que pode ser entendido ou dito.

A narrativa de “experiências-questões” é um pouso que prova, experimenta, tensiona as forças de um território, assumindo o perigo que há nesse movimento de abertura ao desconhecido. Colada à experiência, como uma coisa só, está a questão. Ao questionarmos/problematizarmos um território, abrimos caminhos, realizamos travessias, vivenciamos a transformação do presente.

Diante da impossibilidade de trazer para este artigo as dez “experiências-questões” da dissertação, duas delas foram selecionadas a fim de que, a partir de sua discussão, possamos vislumbrar caminhos possíveis para uma prática clínica no/de território e de “corpos agenciadores”, no contexto do SUS.

Experiência-questão: jogando o corpo no mundo

No dia 23/09/2013, uma colega e eu fomos avisadas de que teríamos um acolhimento inicial para fazer. Chamamos Alex, que segurava um saco enorme com seus pertences e estava acompanhado por um trabalhador do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Começou a contar sua história, disse que tinha 32 anos, era natural de Contagem-MG, tinha 15 irmãos, muitos envolvidos com tráfico de drogas, outros presos. Sua casa era um inferno, sentia-se mal lá e por isso decidiu “sair andando pelo mundo”, palavras dele. Passou por algumas cidades, demorando mais tempo em umas do que em outras. Morou um tempo em São Paulo numa instituição religiosa, gerenciada por freiras. Como eram

muitas regras, decidiu sair. Ficou em situação de rua e usava maconha e crack. A última cidade em que esteve por mais tempo foi Feira de Santana-BA, onde frequentava um CAPS. Falou várias vezes que tinha esquizofrenia, estava sem remédios e queria retomar o tratamento. Fiquei confusa, o que Alex queria do CAPS? Tratamento? Tratamento de que e para quê? Ele não parecia confuso, demonstrava que estava bastante seguro de sua decisão. Falava pelos cotovelos: tinham cidades que o empurravam para frente, outras não; possuía cinco CIDs, mas ninguém do “INPS” queria aposentá-lo; não tinha condições de trabalhar. No “albergue” (Casa de Passagem) em que estava, deram-lhe um prazo para ficar. Este poderia ser estendido, caso estivesse procurando um emprego, coisa que não pretendia fazer.

Alex estava orientado no tempo e no espaço, apresentava discurso coerente, humor eutímico, higiene preservada e uma porção de outras palavras bonitas que caracterizam uma pessoa dita “normal”. Senti que a conversa estava ganhando tom de um desconfortável interrogatório, no qual Alex tentava nos convencer de que realmente precisava do CAPS. Com várias pulgas atrás da orelha, para que tivéssemos condições de conhecê-lo melhor, decidimos admiti-lo no serviço.

Por fim, perguntamos quais eram seus projetos de vida. Respondeu quase que imediatamente: “Quero descansar um pouco para continuar andando e enquanto estiver aqui vou fazer o tratamento”. Aquele encontro me fez sentir coisas estranhas, difíceis de serem processadas naquele momento.

Na primeira reunião de equipe após o acolhimento de Alex, informei sobre o mais novo integrante do CAPS. Conteí que Alex *não tinha interesse em conviver com familiares, não aparentava ter um transtorno mental grave, conhecia muito bem os serviços tanto da Assistência Social como da Saúde e que, inclusive, tinha decidido vir a Aracaju* porque ouviu dizer que as coisas aqui funcionavam.

Após alguns dias, o prazo de Alex na Casa de Passagem findou, e ele voltou a dormir na rua. Passou a chegar ao final da manhã para a atividade que começaria às 16h, falava que se sobrasse almoço iria querer. Procurava profissionais em turnos diferentes para solicitar mudanças em suas atividades no CAPS, já que, à medida que ia conversando com outros usuários, ia descobrindo outras possibilidades de estar naquele serviço.

Certa vez, uma das trabalhadoras da Casa de Passagem esteve no CAPS, solicitando avaliação da nossa equipe para um rapaz que a estava acompanhando. Alex, que na ocasião estava no pátio, viu a moça passar, rapidamente chamou uma assistente social do CAPS e solicitou que aproveitasse para perguntar-lhe se ele poderia voltar a dormir lá. Conversa vai, conversa vem, na mesma semana voltou a frequentar o “albergue”.

Da mesma forma que se articulava dentro, fazia fora do CAPS. Frequentava aulas de yoga que aconteciam num centro espírita e conseguiu (não sei como) fazer a

carteirinha interestadual de passe-livre. Deixou de frequentar o Centro Pop porque conseguia, segundo ele, sabonete, gilete e pão de outras formas.

Quando voltei de férias, comentei com alguns colegas como tinha sido lindo conhecer o vale do Pati, na Chapada Diamantina-BA. Não percebi que Alex estava atrás de mim. Minutos depois, ele procurou uma colega e pediu que escrevesse no papel o nome do lugar onde eu fui, porque ele queria conhecer também. Depois de três meses, parece que o motorzinho que faz Alex conhecer o mundo voltou a funcionar: comentou com alguém que iria para Recife-PE.

O encontro com Alex amplia na equipe o desejo de trabalhar menos e viajar mais. Além disso, Alex, tal como na parresia,¹ discutida por Foucault (2011), leva-nos a rir e a afrontar aquilo que supostamente defendemos. Narrando sua (nossas) experiência(s), ficamos de frente com o dilema ético de descobrir se a vida verdadeira não deveria ser uma outra vida. Uma vida que se coloca à prova da verdade, que experimenta, estica, rompe os limites de seu território e, por isso, é uma “vida outra” de transgressão e ruptura.

Esse questionamento sobre a vida verdadeira nos fez pensar se os conceitos de saúde/doença e intervenções que produzimos a partir da “internalização” desses conceitos também não poderiam ser outros. Andar incessantemente pelo mundo é sinônimo de transtorno mental? É doença? O que produzimos quando tomamos unicamente a doença e o seu conjunto de sintomas e sinais cientificamente preestabelecidos como critérios para criar práticas produtoras de saúde?

Produção de saúde e corpos agenciadores

Aquilo que entendemos comumente por saúde está relacionado com normas e modulações que estabelecem o modo como o ser humano deve se relacionar consigo mesmo e com o mundo. Assim, a saúde não é um objeto invariável, que independe da relação que temos com ele e da forma como o acessamos. O mesmo acontece em relação à noção de corpo, produzida ao longo da história através de múltiplos atravessamentos econômicos e políticos, influências de conhecimentos e práticas filosóficas, religiosas e científicas, sempre em transformação.

Desses atravessamentos, destacamos a influência do pensamento platônico e cartesiano, para uma determinação da forma de habitar nosso corpo e o mundo. Para Platão, conforme explica Fuganti (2008), o mundo está dividido entre plano das essências – espécie de plano divino, das formas inteligíveis verdadeiras e imutáveis, alcançadas pelo pensamento – e plano das aparências – mutável, espécie de cópia do mundo das essências, atingido através da experiência sensível. Aqui, não se chega à verdade por

¹Foucault (2011) explica a noção de “parresia” em curso ministrado no Collège de France (1983-1984), intitulado *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II*. Parresia vem do grego *parrhêsia* e significa coragem de dizer a verdade, falar livremente, dizer tudo, como prática de vida. Nas investigações sobre a cultura greco-romana do cuidado de si, Foucault (2011, p. 4) discorre sobre essa “modalidade do dizer-a-verdade”, que se difere completamente dos “discursos que se dão e são recebidos como discursos verdadeiros”, como é o caso da verdade na modernidade ocidental, fundamentada em um tipo específico de conhecimento. Foucault (2011, p. 4) buscou compreender “sob qual forma, no seu ato de dizer a verdade, o indivíduo se constitui ele mesmo e é constituído pelos outros como sujeito detentor de um discurso de verdades”, entendendo a produção de verdade no ato pelo qual tal produção se manifesta.

meio da experiência dos corpos no mundo. Essa é alcançada de forma transcendente, através de um movimento do pensamento, em direção a ideias eternas e verdadeiramente reais do plano das essências.

Essa dicotomia entre corpo e mundo volta a aparecer, muitos anos depois, na filosofia da representação de Descartes (1996). Por volta do século XVII, surge no Ocidente uma grande preocupação em tornar claras as bases seguras para a produção e avaliação do conhecimento verdadeiro. Diante dessa demanda, o pensamento cartesiano afirma a existência de duas totalidades. De um lado o mundo, já definido e pronto; de outro, o homem racional, que existe justamente por sua capacidade inata e natural de (re)apresentar, (re)conhecer a realidade através de uma interiorização do visível e do enunciável, que o conduz até a verdade.

Essa forma de pensar, marcada pela relação dicotômica entre sujeito e objeto do conhecimento, aliou-se às demandas do mercado capitalista em ascensão, contribuindo para que, principalmente a partir do século XVIII, tomássemos o corpo como corpo-privado-individual, descolado da realidade onde vive, sendo natural a definição de saúde como o contrário de doença. Isto porque a ideia “estou saudável porque não estou doente” parte do mesmo raciocínio dicotômico que separa corpo e mundo. Os termos em questão – saúde e doença – são considerados como já previamente definidos. Além disso, a existência de um pressupõe a ausência do outro. Se não há coexistência, não há um “entre”, algo que se produza na relação entre saúde e doença e que inevitavelmente transforme aquilo que entendemos por cada um desses termos.

Não queremos tomar essa forma de entender o mundo como base para nossas práticas clínicas no SUS. É importante desnaturalizar as dicotomias e os termos que a constituem. Daí a ideia de uma clínica de “corpos agenciadores”, e não de indivíduos detentores de uma subjetividade privatizada, de uma faculdade inata capaz de reconhecer o mundo.

Para Deleuze e Parnet (1998), os agenciamentos relacionam-se a dois planos. O primeiro, o plano das formas, diz respeito às figuras já estabilizadas, aos objetos que reconhecemos no mundo. Concerne ao desenvolvimento da harmonia das formas e à formação dos sujeitos. Essas formas são fruto de agenciamentos provisórios que se movimentam no plano de forças, caracterizado por ser imanente e coletivo, já que não remete a nenhum objeto e não pertence a nenhum sujeito.

Podemos pensar a produção de saúde se fazendo nesse processo, onde as formas seriam concepções de corpos saudáveis, conhecimentos científicos de profissões da área da saúde, imagens de corpos saudáveis propagadas pela mídia, leis, maneiras de consumir determinados produtos. As forças seriam o constante movimento de criação de novos contornos nos corpos (individuais, coletivos, biológicos, psicológicos), atravessando-os, esticando seus limites, inventando relações inimagináveis, produtoras de saúde por expandirem a vida, num movimento de biopotência, numa relação dionisíaca com o mundo.

Nesse sentido, fica difícil conceber saúde como uma essência que caracterizaria um estado de normalidade dos seres humanos, já que, para nós, ela se faz num constante processo de produção de “corpos agenciadores”. Como diria Canguilhem (1978), a saúde se caracteriza pela sua normatividade, ou seja, pela sua abertura às modificações, sua capacidade de inventar novas normas e não se fixar em normas já estabelecidas. A doença é uma experiência de inovação positiva do ser vivo, e não apenas um fato diminutivo. Tal concepção marca um posicionamento político, ao negar a possibilidade de uma sociedade totalmente saudável e sem diferenças. Mesmo porque a ideia de uma saúde perfeita acabaria conformando uma nova patologia, já que implicaria a perda do exercício normativo. Ou, numa concepção nietzscheana, provocaria a perda da capacidade dos corpos de, a partir da experiência, interpretar o mundo e afirmarem sua vontade de potência, lançando-se na aventura de sua autoprodução (NIETZSCHE, 2008).

Voltemos a Alex. Sentimos que parte dele um convite. Caso queiramos construir práticas produtoras de saúde, talvez nos caiba prestar menos atenção na definição e tratamento de um “CID”, dando mais importância aos agenciamentos (im)possíveis de serem forjados, aos elementos que podem ser conectados. Trata-se de um desafio, já que, no contexto do SUS, surgem muitas amarras que dizem respeito à relação do Estado com as encomendas de um modo de produção capitalista. Contudo, justamente porque temos o SUS como pano de fundo, é possível potencializar a produção de tais agenciamentos. Isso porque sua dimensão pública pode fortalecer a construção de agenciamentos coletivos. Além disso, a afirmação da equidade, integralidade, universalidade, produção de autonomia e participação social – princípios do SUS que não estão dados e precisam constantemente ser problematizados – é capaz de colocar em movimento encontros produtores de saúde no sentido proposto por Canguilhem (1978) e Nietzsche (2008).

De que clínica estamos falando

E o que seria a prática clínica senão um catalisador de encontros produtores de saúde? Sabemos que a clínica moderna muitas vezes não funcionou com esse fim. Em prol da busca de verdades científicas, elegeu como seu objeto de estudo a doença, enquanto fato natural e objetivo, esquecendo o que realmente importava: as verdades que surgem a partir da experiência de “corpos agenciadores” no mundo. De acordo com Foucault (1977), era uma clínica estática e estéril (e em muitos casos ainda é), uma forma de dispor a verdade já adquirida e de apresentá-la a fim de que ela se desvelasse sistematicamente. Derivada de formas já constituídas de saber, não tinha capacidade de acarretar a invenção de um novo conjunto de discursos e práticas.

Defendemos aqui, tal como Machado, L. e Lavrador (2009), uma prática clínica enquanto desvio, processo de abertura às diferenças intensivas que pulsam em nós. Um lidar com a tensão entre as formas postas e as forças de um plano movente, uma desconstrução das figuras atuais e a possibilidade de construção de outros modos de exis-

tência. Uma prática clínica capaz de expandir a vida, por estar onde a vida está, em seu território, cuidando para que não seja sobreposta por verdades transcendentais.

Prática clínica no/de território

Existem várias formas de entender a palavra território. Abordaremos algumas, no sentido de deixar mais clara a noção de território utilizada nesta pesquisa. O conceito de território é operado por várias disciplinas e parece irredutível a um único campo de saber, afinando-se com a proposta de uma clínica como abertura de passagens, que se realiza no “entre fronteiras”. Há discussões sobre território nos campos da etologia, geografia, filosofia, psicologia, justiça e política.

Monken et al. (2008) realizam uma discussão interessante sobre a categoria “território” como referencial de análise no campo da saúde. Afirmam que na geografia existem duas grandes concepções do termo território. A primeira é a jurídico-política, provém da geografia política clássica e parece ser mais difundida entre as pessoas em geral. Aqui o termo território pode ser entendido como uma área demarcada pelas fronteiras nacionais de um Estado. A segunda compreensão parte da ideia de que a territorialidade dos homens é análoga à dos animais, e está na base da composição de territórios.

Existem críticas às duas concepções. Em relação à primeira, considera-se o perigo de atribuir exclusivamente ao Estado a constituição de territórios, sendo importante incorporar novos atores nesse processo. A chave do estudo do território é o poder, mas não só o exercido pelo Estado. Em relação à matriz etológica, existem perigos em estabelecer relações diretas entre comportamento animal e humano, tal como o de acreditar que os homens são predadores e dominadores de territórios devido às suas necessidades biológicas inatas.

Muito comumente na área da saúde a noção de território permanece associada à sua concepção jurídico-política. Como área político-administrativa, o território seria uma unidade geográfica sob a égide do planejamento e atuação de atores públicos, tais como trabalhadores e gestores das unidades do SUS. Seria um recorte do espaço, uma região geográfica e administrativa no âmbito de atuação de uma equipe de saúde, que a utilizaria para organizar seu trabalho.

Essa concepção de território, apesar de importante, é insuficiente quando pensamos na construção coletiva de práticas produtoras de saúde no contexto do SUS. Segundo Monken et al. (2008), noções mais atuais sobre o território consideram que este carrega sempre, de forma inseparável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e um aspecto material, de natureza predominantemente econômico-política. O geógrafo brasileiro Milton Santos (1998) contribuiu bastante para ampliação e discussão do conceito de território. Para o autor:

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental

para afastar o risco de alienação, o risco de perda de sentido da existência individual e coletiva (SANTOS, 1998, p. 15).

Neste sentido, no campo da saúde, o território pode ser entendido não só como o suporte da organização das práticas e serviços de saúde, mas também como território vivido, suporte de vida da população. Queremos destacar, como afirmam Macerata, Soares e Ramos (2014, p. 922), que um território se constitui como “vivo por ter uma dimensão não objetiva, não já formada, uma dimensão que é puro processo de expressão”. Vamos nos deter agora sobre essa dimensão, a partir da definição de território existencial proposta por Deleuze e Guattari (1997) no livro *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, mais especificamente no “platô” intitulado “Acerca do ritornelo”. Segundo os autores, o processo de constituição de um território existencial se faz por meio de um ritornelo. Este, por sua vez, pode ser entendido como ritmo, no sentido de repetição. Não se trata de uma repetição necessariamente cadenciada, mas uma repetição intrínseca ao próprio sistema, uma circularidade pura. Assim,

A cada círculo o que se repete é o próprio circular, ou seja, a cada círculo todo sistema é arrastado recriando-se, revelando assim uma diferença necessária. O ritornelo é então um conceito de constância, todavia uma constância que não se diz do mesmo. Sem ritornelo as partículas caóticas seguem rumos de tal forma desordenados que não é possível extrair do caos nenhuma forma, nenhum território (ARAÚJO, 2007, p. 116-117).

O ritornelo é composto de três momentos não sucessivos e evolutivos. Num desses momentos, no meio do caos, há um “esboço de um centro estável e calmo, estabilizador e calmante” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 116). Em outro, produzimos um “em-casa” não preexistente, que se faz através da organização de um espaço limitado, por meio de um círculo tracejado em volta do centro frágil e incerto. Tanto quanto se pode, as forças do caos ficam mantidas do lado de fora. Num outro momento, abrimos o círculo e permitimos a entrada de alguém ou então lançamo-nos para fora. Essa abertura se dá numa região criada pelo próprio círculo, não do lado onde se acumulam as antigas forças do caos. Rumo ao encontro de forças do futuro, arriscamo-nos numa improvisação.

Entendido dessa maneira, o território se faz em movimento, como um plano de consistência/imanência, composto por uma multiplicidade de dimensões, que se articula por linhas a outros planos. Essas ligações se fazem por meio de agenciamentos, já discutidos aqui. Trata-se da articulação de componentes heterogêneos que ganham consistência e produzem conexões de relações materiais com determinado regime de signos. Assim, um agenciamento produz território “quando alguns signos adquirem valor de propriedade e passam a demarcar esteticamente os limites de uma apropriação subjetiva” (LEMKE; SILVA, 2011, p. 996).

Em outras palavras, o território ganha consistência, de acordo com Guattari (1992, p. 42-43), por meio do “em-préstimo de cadeias semióticas destacadas e desviadas de sua vocação significacional, ou de codificação. Aqui uma

instância expressiva se funda sobre uma relação matéria-forma, que extrai formas complexas a partir de uma matéria caótica”. Segundo Deleuze e Guattari (1997), o caos é constituído de vários meios, todos vibratórios. Os meios são como uma espécie de bloco de espaço-tempo composto pela repetição periódica de seus componentes. A resposta dos meios ao caos é o ritmo. Há território, portanto, quando há expressividade no ritmo, a partir do momento em que os componentes dos meios passam de funcionais para expressivos. Nesse sentido, num território, as funções não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que constitui o território.

Que efeitos esse modo de entender um território produz nas práticas clínicas? Contaremos com a ajuda de uma “experiência-questão” para potencializar essa discussão.

Experiência-questão: caminhando e cantando e seguindo a canção

Em 2015 a Oficina de Música era conduzida por um psicólogo-músico, que costuma tocar violão, e por mim. Talvez a palavra “conduzir” não seja a mais apropriada para descrever o que fazíamos. Considero que éramos abridores de portas, acompanhadores de fluxos, agenciadores de encontros que têm como intercessor a música.

Acontecia no CAPS Liberdade, em Aracaju, às quartas-feiras, e contava com a participação, em média, de 25 usuários. Costumávamos pesquisar as letras das músicas sugeridas pelos usuários na semana anterior por meio de nossos celulares e, enquanto eu as copiava no *flip chart*, o outro psicólogo ia aprendendo a tocá-las no violão. Não era raro que, mesmo vendo a porta fechada, um ou outro usuário batesse na porta e perguntasse: “*Já vai começar?*”. Quando terminávamos de copiar as letras, íamos até o pátio e lançávamos o convite: “*A Oficina de Música vai começar!*”. Alguns já estavam em pé, só esperando a porta se abrir, e ajudavam gritando ainda mais alto: “*A Oficina de Música vai começar!*”. Outros estavam no pátio, ouvíamos o som das pedras de dominó sendo guardadas rapidamente. Já Ana ficava aguardando o chamado quase sempre sozinha, acorada, encostada na parede da quadra que fica no fundo do CAPS. Por fim, existiam aqueles que na ocasião do chamado estavam dormindo e, por isso, precisam de um convite mais direcionado no pé do ouvido; uns levantavam quase que imediatamente, outros escolhiam continuar o cochilo. Com a sala cheia, perguntávamos como estavam, conversávamos um pouco e depois começávamos a cantar.

No dia 08/01/14, começamos a Oficina perguntando como tinham sido as festas de fim de ano, já que nesse período muitos não vieram ao CAPS. Adilson falou com muita raiva de como se sentia em relação a sua família: “*Eles agem como se eu não existisse, outro dia minha mãe pediu para meu irmão me levar no CAPS. Ele respondeu que não era babá de doido, quebrei a moto dele e ele me enforcou. Meu irmão comprou uma caixa de som, só escuta música alta e minha irmã tem um filho recém-nascido que chora o tempo todo, quero dormir e não consigo.*” Alguém comentou: “*Sei como é, pra gente é mais difícil dormir.*”. Adilson continuou: “*Fiquei depri-*

mido e tomei 15 comprimidos de carbamazepina”. Sabia que o episódio da moto tinha acontecido já há algum tempo e que Adilson costumava ser agressivo com os familiares, principalmente quando bebia. Então, a intervenção aconteceu no intuito de também chamá-lo à responsabilidade: “*Como fazer para essas coisas que ocorrem em sua família não o atingirem com tanta força? Já experimentou conversar com seus irmãos em vez de simplesmente exigir que eles mudem de comportamento?*”.

Eis que João, também muito afetado, falando o maior volume de palavras por Oficina na história de sua participação, defendeu Adilson:

Eu sei como é, minha família também não me entende, eles pensam que doença é só doença física. Não sou aposentado, eles não me dão dinheiro para eu comprar uma Coca... Outro dia ficaram sabendo que eu fui atrás de um rabo de saia, eu tenho minhas necessidades, né? Ai disseram que por causa disso eu já podia trabalhar. Eu fico calado, mas tenho vontade de esganar, eu não consigo trabalhar...

Carlos completou dizendo: “*É por isso que odeio quando vocês ficam falando que a gente precisa passar menos tempo no CAPS, como se ficar em casa fosse bom*”. Reiteramos que além do CAPS e da própria casa existem vários outros lugares, mas naquele momento entendi que, antes de se tornar responsável por esse ou aquele comportamento, é importante sentir que existe. Como afirmar uma existência invisível, já que não segue à risca o padrão de normalidade de “trabalhar-ir atrás de um rabo de saia-casar-ter filhos”?

Parece que a conversa estava fazendo sentido para muitos, ninguém pediu para interrompê-la para começarmos a cantar. Quando iniciamos a cantoria, Adilson ainda estava sério, cabisbaixo, à medida que íamos cantando ia sendo contagiado. Ao final, cantou sozinho *Página de amigos*, de Chitãozinho e Chororó.

Até que ponto o que aparece de expressão às quartas-feiras, às duas horas, na sala verde do CAPS Liberdade é catalisado pela Oficina de Música, que funciona como espécie de ritornelo, ao fazer circular, de forma rítmica, componentes heterogêneos que passam a se articular, a se agenciar?

Começamos a questionar também se tomamos o território, em nossas práticas de atenção à saúde, a partir de seus sentidos e modos de expressão, ou de seus aspectos funcionais e utilitários. Fiquei surpresa quando Carlos afirmou, usando outras palavras, que o “território-casa” nem sempre pode ser entendido a partir de sua popular função de proteção, cuidado, pertencimento ou aconchego. Os personagens, as cenas de suas ações, vivenciadas em ambientes públicos ou privados, surgem através de expressões. Como nos falam Alvarez e Passos (2009, p. 134), “as condutas são efeitos dos signos expressivos característicos de dado território. [...] O território não se constitui como um domínio de ações e funções, mas sim como *ethos*, que é ao mesmo tempo morada e estilo”.

Parece que Carlos, Adilson e João falavam da dificuldade de construir esse *ethos*, um “em-casa”, na própria casa onde moravam. O que está em jogo aqui são

os agenciamentos que configuram esta situação. Assim como não podemos tomar o território pelo domínio de uma função, não ganhamos muito o concebendo como o domínio de um sujeito. Com Macerata, Soares e Ramos (2014, p. 923), entendemos que, na prática clínica, os “sujeitos, os objetos e seus comportamentos deixam de ser o foco da intervenção. Se buscarmos deslocar o olhar de nossa intervenção, ao considerar os territórios existenciais, o que temos como foco são, antes dos sujeitos, paisagens subjetivas”.

Os autores afirmam que essas paisagens são constituídas de diferentes fatores que identificamos e nomeamos objetivamente, tais como condições sociais, econômicas, sanitárias, culturais. No entanto, indissociável a essas formas objetivas, está uma dimensão processual. Nesse sentido, os territórios existenciais são expressividades que não são do domínio de seus agentes, que por sua vez costumam protagonizar o ato de expressar. Em vez disso, compõem-se na relação entre corpos e mundo.

Tomar a paisagem subjetiva como foco de nossas práticas, significa também nos colocarmos como coprodutor dessa paisagem. Trabalhador/pesquisador e usuários do SUS compõem e compartilham territórios existenciais e, numa relação de circularidade, codeterminam-se. Assim, por exemplo, a Oficina de Música e a prática da roda que ela instaura fazem circular a experiência “incluindo a todos e a tudo em um mesmo plano – plano sem hierarquias, embora com diferenças; sem homogeneidade, embora traçando um comum, uma comunicação” (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p. 142). Quando Carlos falava que se sentia pressionado pelos trabalhadores do CAPS a passar menos tempo neste serviço e mais tempo em outros locais da cidade, ele estava mexendo num plano comum, do qual fazemos parte. Mas do que isso, Carlos estava denunciando a cidade onde mora, referindo dificuldade em ocupar seus espaços-tempo.

A cidade (seja Aracaju-SE, Contagem-MG, São Paulo-SP ou qualquer outra) é um entrecruzamento complexo de múltiplos territórios. De acordo com Sennett (1988), a cidade é um assentamento humano onde está dada a possibilidade de encontro com o estranho, entendido aqui no sentido de alteridade. Assim, o encontro com o outro que difere de mim (estranho) faz com que me torne diferente do que eu era. Esses encontros nem sempre são fáceis de acontecer na cidade, é o que Carlos nos diz. Aliás, não só Carlos, mas João também. Tem um lugar mais garantido na cidade quem segue à risca o padrão de normalidade de “trabalhar-ir-atrás-de-um-rabo-de-saia-casar-ter filhos”.

Quando afirmamos a importância de uma prática clínica no território, estamos falando de compor um território existencial, engajando-se nele. Construir um fazer clínico indissociável de uma prática política. Trata-se de ocupar a cidade e seus espaços públicos para que, presentes nessa arena de lutas, onde há conflitos e diferentes jogos de força, possamos nos posicionar frente aos regimes de sociabilidade que estão postos.

Alex recebia o “bolsa-família”, conseguiu uma carteirinha de passe-livre interestadual e, em algumas cidades onde passou, conseguiu dormir em albergues. Esses aspectos de sua vida nos permitem uma leitura da pólis, da cidade onde vive. A mudança na vida de qualquer um se faz colada com transformações em sua cidade, estado ou país. Tensionamos com mais vigor essa dupla transformação quando nossa prática clínica não fica reduzida apenas aos espaços dos nossos serviços, embora lindos territórios existenciais possam surgir das práticas que ocorrem nos CAPS, USF ou hospitais. As chances de (des)territorialização, expansão da vida e produção de saúde parecem ser ampliadas quando alargamos também as possibilidades de encontros. Às vezes, o que o usuário precisa não está no nosso serviço, mas em outro. E, às vezes, seu desejo não se conecta com ofertas de nenhum serviço, seja da saúde, da assistência, da educação, da previdência, etc. Cada vida se expande de vários jeitos, seja com coisas ou pessoas, na rua, com uma Coca, com uma carteirinha de passe, com profissionais da saúde, com vizinhos.

Como habitar territórios singulares, processuais e, portanto, imprevisíveis? É imprescindível sustentar um grau de desprendimento em relação às diretrizes de referência dominantes, tal como racionalidades estritamente técnicas e concepções que aprisionam subjetividades em formas identitárias. Desta forma, é preciso pôr teorias e práticas da área da saúde em novas bases, que contemplem uma estreita conexão com o território existencial dos usuários. Isso significa participar tanto da construção de territórios como de sua desconstrução. Lemke e Silva (2011) nos ajudam a entender esse processo ao lançarem mão de dois operadores conceituais – a integralidade e a desinstitucionalização.

De acordo com a Lei nº 8.080 (BRASIL, 1990), a integralidade da assistência é entendida como conjunto articulado das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, demandados para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema. Um outro sentido comumente compartilhado para integralidade pode ser o de considerar, nas práticas de atenção à saúde, para além da dimensão física, a multiplicidade e processualidade de outros aspectos que constituem a vida: mental, social, cultural, político, espiritual, etc.

A exposição à complexidade do território contribui para a produção da integralidade do cuidado em ambos os sentidos, entendido tanto como a articulação de ações e serviços de atenção à saúde quanto como a afirmação e articulação de diversas dimensões que compõem a vida. Isso porque, segundo Lemke e Silva (2011, p. 994), esta exposição “territorializa o pensamento aos modos de vida dos usuários, contextualizando as práticas de cuidado”.

Com o operador conceitual da desinstitucionalização, visualizamos a importância também da desterritorialização de nossas práticas clínicas. O contexto de Reforma Psiquiátrica nos dá algumas pistas sobre o assunto. No Brasil, a instalação do dispositivo asilar e o surgimento da psiquiatria ocorreram no advento da República, sob o impacto da industrialização. O louco, que antes circulava

de forma consentida nas ruas, passou a encarnar a figura da desordem urbana, requerendo um dispositivo de controle e segregação.

Assim, a transformação da loucura em doença e sua institucionalização foram possíveis graças à psiquiatria, que desenvolveu um aparato de práticas repressivas, tutelares, excludentes e iatrogênicas, pautadas no autoritarismo e na coerção. Diante dessa situação, ao longo dos anos várias tentativas de “Reformas Psiquiátricas” puderam ser experimentadas em vários países, destacando-se aqui o pensamento de Franco Basaglia, com o movimento da Psiquiatria Democrática Italiana, fundado em 1973.

Tal movimento, de crítica radical ao paradigma psiquiátrico, afirma a urgência da desinstitucionalização, ou seja, da desmontagem de saberes/práticas/discursos comprometidos com uma objetivação da loucura e sua redução à doença. Para tanto, aponta como necessário tanto a revisão das relações a partir das quais o saber médico funda sua práxis como a análise histórico-crítica a respeito da sociedade e da forma como esta se relaciona com o sofrimento e a diferença, como associa a loucura a qualidades morais de periculosidade e marginalidade, que acabam fortalecendo a correlação entre punição e terapêutica.

E o que isso tem a ver com território e desterritorialização? A criação de território é sempre criação de mundo. Esse mundo institucionalizado da loucura é habitado por muitos: pessoas com sofrimento mental, seus familiares, trabalhadores da área da saúde, indústrias farmacêuticas, políticos, etc. Foi forjado coletivamente e, do mesmo jeito que foi montado ao longo da história, pode ser desconstruído, desterritorializado, deixar de fazer sentido. Como indica Araújo (2007), a desterritorialização nos situa na passagem de um território a outro, localizando o caos não mais em um momento de constituição original, mas sim em um espaço entre-dois que convergirá para a criação de outros territórios.

Afirmamos, portanto, a importância de uma prática clínica no território, enquanto espaço-tempo vivo e mutante, onde têm lugar o conflito e sua negociação. Uma prática clínico-política, que tem condições de expandir vidas por estar engajada com o plano de sua constituição, plano coletivo, plano público. Numa prática no território é difícil se manter indiferente às condições de vida da população brasileira, às injustiças socio sanitárias. Por isso, ao afirmar uma clínica no território, estamos afirmando o próprio SUS, que surgiu num contexto de luta pela democratização das práticas de saúde. Estamos afirmando a desinstitucionalização não só no contexto da Reforma Psiquiátrica, mas de toda prática derivada do saber científico, ou de outro saber institucionalizante, que barre ou centralize o acesso à saúde. Afirmamos um cuidado sem centro, não-hospitalocêntrico, não-médico centrado. Um cuidado no território é espalhado, com vários protagonistas, em rede. A clínica no território é indissociável de uma clínica de território. Ou seja, a forma própria de uma prática clínica se atualizar se faz por meio de sua condição de (des)construir territórios, de operar passagens. Araújo (2007, p. 21) nos ajuda a entender esse processo:

As passagens de um ponto a outro, sejam eles pontos da cidade, de um discurso ou de um corpo se movimentando num consultório, vão colocando lado a lado fragmentos, que vão formando paisagens e adquirindo sentidos. A clínica se revela então como a bricolagem de fragmentos que ora se conectam produzindo uma figura, ora se desconectam desestabilizando figuras já constituídas. Essa conexão/desconexão se dá na medida em que percorremos os fragmentos rearrumando-os.

Por fim, a experimentação de uma prática clínica no/ de território produz mudanças no território da clínica, que vivencia uma porosidade de suas fronteiras. Assim, a clínica se faz em um movimento de modulação que confere transformação tanto em quem lhe demanda intervenção quanto no conjunto de técnicas, teorias e práticas que compõem a própria clínica.

Considerações

A partir da experiência relatada, sustentamos que pesquisa e intervenção são planos de um mesmo processo. Falamos de intervenção da pesquisa tanto no campo problemático de estudo – a prática clínica no contexto do SUS – como nos sujeitos que compõem essa prática – trabalhadores e usuários do SUS –, como também falamos de intervenção e transformação nas próprias pesquisadoras e na forma de produzir conhecimento.

Nesse sentido, ser psicóloga do CAPS e ao mesmo tempo escrever sobre práticas clínicas que lá ocorrem inevitavelmente produziu mudanças nas relações estabelecidas com colegas trabalhadores, estagiárias, usuários e gestores. Não raro compartilhava com estes as ressonâncias que as antenas cartográficas captavam nesse campo de práticas, solicitando ajuda na produção de sentido para signos soltos, sedentos de agenciamentos, o que por vezes nos ajudava a tomarmos, juntos, certas decisões.

Continuando, a experiência-questão “Jogando o corpo no mundo” nos fez pensar sobre os riscos de fundamentar práticas clínicas numa concepção de saúde enquanto essência que caracterizaria um estado de normalidade dos seres humanos. No encontro com Alex, habitando com ele suas (e nossas) paisagens subjetivas, percebemos a importância de afirmarmos a noção de saúde como um processo de produção, que nos convoca ao desafio de inventar formas de construir uma prática clínica de “corpos agenciadores” no contexto do SUS. Desafio porque os corpos são heterogêneos e mutantes, e as práticas que constituem o SUS também o são – ainda que a constante produção de uma subjetividade capitalística e sua interiorização através do Estado tente conter esse movimento ou estimulá-lo para que passe a funcionar de acordo com suas regras.

Diante do desafio, afirmamos ser possível construir práticas produtoras de saúde, quando estamos engajados com o plano de constituição da vida dos corpos que acompanhamos. Com a experiência-questão “Caminhando e cantando e seguindo a canção”, as falas de Adilson e Carlos Bradam pelo entendimento da noção de território a partir de seus sentidos e modos de expressão, que se dão num plano imanente e coletivo. É por estarmos imersos

nesse plano que somos capazes de compor agenciamentos (im)possíveis e de conectar elementos dispersos. Daí a afirmação de uma clínica no/de território.

Não basta compartilhar territórios existenciais com os usuários que acompanhamos, ou propor tempos-espacos de convivência, coletivos. Os paradoxos existentes no exercício da prática clínica no SUS solicitam uma atitude. Trata-se de uma atitude de abertura, um convite a habitar e testar fronteiras. Uma “atitude-limite”, segundo Martins (2009, p. 60), que liberta “da contingência que nos fez ser o que nós somos, a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que nós somos, fazemos e pensamos”. É preciso desconfiar da “verdadeira vida” o tempo todo.

A partir da corporificação dessa atitude por parte de trabalhadores, gestores, usuários do SUS e seus familiares, podemos ver a circularidade se fazer, vislumbrar mudanças e construir novos caminhos para um SUS universal, integral e equânime. Habitamos e testamos fronteiras quando fazemos do SUS não uma ideologia fincada no campo da representação, mas uma política coletiva, pública, construída no cotidiano dos nossos serviços. Quando conseguimos nos reposicionar, a cada encontro, com aquilo que é diferente de nós, cuidando assim de nossas relações. Quando somos capazes de transversalizar saberes, desnaturalizar especialismos, gerar, enfim, um plano comum na clínica, uma clínica de/no território de “corpos agenciadores”.

Informações sobre as autoras:

Mariane Marques Santos Amaral

 <https://orcid.org/0000-0001-8099-5252>

 <http://lattes.cnpq.br/7952286112974559>

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (2006). Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade do Estado da Bahia. Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe (2015). Especialista em Psicologia Analítica pela Profint (2020). Foi professora substituta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (2009) e trabalhou como apoiadora institucional tanto na Rede Cegonha/Ministério da Saúde (2011-2013) como na Rede de Atenção Psicossocial de Aracaju (2015-2017 e 2018-2019). Tem experiência na área da Psicologia Social e Institucional, atuando principalmente nos campos da saúde coletiva, saúde mental e saúde materno-infantil. Atualmente realiza Acompanhamento Terapêutico (AT) e psicoterapia individual, além de trabalhar no SUS como psicóloga no Centro de Atenção Psicossocial Liberdade em Aracaju-SE (desde 2009).

Liliana da Escóssia

 <https://orcid.org/0000-0001-6483-394X>

 <http://lattes.cnpq.br/0338485193024260>

Possui Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003), Doutorado Sanduíche pelo Centre de Recherche en Epistemologie Appliqué - Ecole Polytechnique de Paris (2002). Mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997). Entre 2009 e 2010 realizou pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense. Aposentou-se como professora titular da Universidade Federal de Sergipe, em 2019. Atua e realiza pesquisas no campo da Psicologia Social e Institucional, Saúde Coletiva e Saúde Mental, com ênfase nos seguintes temas: saúde e produção de subjetividade; tecnologias e modos de subjetivação/individuação; produção de coletivos e territórios em saúde, políticas e práticas de redução de danos, cuidado na rua, humanização e práticas coletivas em saúde.

Contribuição das autoras:

As autoras colaboraram ao longo do processo, desde a elaboração até a revisão final do manuscrito. Ambas aprovaram o manuscrito final para publicação.

Como citar este artigo:

ABNT

AMARAL, Mariane Marques Santos; ESCÓSSIA, Liliana da. Por uma clínica de(s) território no contexto do SUS. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 33, n. 1, p. 31-40, jan./abr. 2021. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5782>

APA

Amaral, M. M. S., & Escóssia, L. (2021, Janeiro/Abril). Por uma clínica de(s) território no contexto do SUS. *Fractal: Revista de Psicologia*, 33(1), 31-40. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5782>

Copyright:

Copyright © 2021 Amaral, M. M. S., & Escóssia, L. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2021 Amaral, M. M. S., & Escóssia, L. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Referências

- ALEXANDRE, Marta de Lima; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Prática do Psicólogo na Atenção Básica – SUS: conexões com a clínica no território. *Contextos Clínicos*, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 284-299, jul./dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2017.102.12>
- ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131-149.
- ARAÚJO, Fábio. *Um passeio esquizo pelo acompanhamento terapêutico: dos especialismos à política da amizade*. Niterói: Edição do autor, 2007.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 22 ago. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. *Clínica ampliada e compartilhada*. Brasília: MS, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_compartilhada.pdf. Acesso em: 26 jan. 2018.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. v. 4.

- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ESCÓSSIA, Liliana da. *O coletivo como plano de coengendramento do indivíduo e da sociedade*. Aracaju: EDUFS, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 16. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault (Entrevista com D. Trombadori). In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Repensar a política*: Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. Coleção Ditos & Escritos, v. 6, p. 289-347.
- FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II*. Curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FUGANTI, Luiz. *Saúde, desejo e pensamento*. São Paulo: Linha de Fuga, 2008.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- IGNÁCIO, Paula Sales. *Caminhos para a avaliação: a construção de uma proposta de avaliação de dispositivos que favorecem a diretriz de clínica ampliada da Política Nacional de Humanização na Atenção Básica*. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)–Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.
- KASTRUP, Virginia. O método da cartografia e os quatro níveis de intervenção. In: CASTRO, Lúcia Rabello de; BESSET, Vera Lopes (Org.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Nau, 2008. p. 465-481.
- LEMKE, Ruben Artur; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Um estudo sobre a itinerância como estratégia de cuidado no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 979-1004, jul./set. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000300012>
- LIMA, Elizabeth Maria F. de Araújo; YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. *Saúde em debate*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 593-606, set. 2014. <http://dx.doi.org/10.5935/0103-1104.20140055>
- MACERATA, Iacã; SOARES, José Guilherme Neves; RAMOS, Julia Florêncio Carvalho. Apoio como cuidado de territórios existenciais: atenção básica e a rua. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 18, supl. 1, p. 919-930, 2014. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0210>
- MACHADO, Dagoberto de Oliveira. *Movimentos na educação física: por uma ética dos corpos*. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MACHADO, Dagoberto de Oliveira; VASCONCELOS, Michele de Freitas F. de; MELO, Aldo Rezende de. O corpo como fio condutor para ampliação da clínica. *Revista Polis e Psique*, v. 2, n. 3, p.147-170, 2012. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.40325>
- MACHADO, Leila Domingues; LAVRADOR, Maria Cristina Campello. Por uma clínica da expansão da vida. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 13, supl.1, p. 515-521, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832009000500004>
- MARTINS, Carlos José. Figurações de uma atitude filosófica não fascista. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 51-62.
- MONKEN, Mauricio et al. O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: MIRANDA, Ary Carvalho de et al. (Org.). *Território, ambiente e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 23-42.
- NIETZSCHE, Friedrich W. *Vontade de poder*. Tradução de Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. 4 ed. São Paulo: Hucitec/ANP, 1998. p. 15-20.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- VEYNE, Paul M. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB, 1982.

A “responsabilidade subjetiva” em psicanálise★

Camila Quinteiro Kushnir ★★

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

A responsabilidade, isto é, o castigo, é uma característica essencial da ideia do homem que prevalece numa dada sociedade (LACAN, 1950/1998a, p. 139).

Introdução

Revisando os documentos escritos por psicanalistas que figuram na Internet sobre “responsabilidade subjetiva”, se confirmam os seguintes dados:

a) é um tema que se instalou no centro das considerações psicanalíticas sobre o sujeito desde, mais ou menos, 20 anos, e hoje mais do que nunca. Converteu-se em um conceito fundamental da psicanálise;

b) a posição dos psicanalistas, apesar das diferenças teóricas e práticas, assim como das político-institucionais, é, em termos gerais, a mesma: o sujeito deve se fazer responsável por suas situações, queixas, sofrimentos, pensamentos, prazeres, etc. Muitos autores expressam como modo de “implicar-se”;¹

c) quase sempre se utiliza para sustentar este argumento a mesma citação de Sigmund Freud, em “Algumas notas adicionais sobre a interpretação de sonhos como um todo”,² de 1925. Destaquemos que Freud reconhece neste pequeno agregado tardio à sua “A interpretação dos sonhos” uma consideração moral.

Nessa série de artigos que irei publicar na revista de *Apertura – “El rey está desnudo”*,³ sustentarei a conjectura contrária a esta linha de posicionamento hegemônica na psicanálise do século XXI; para expressá-la elejo a citação mais explícita que se encontra a respeito deste tema no ensino de Lacan, e que os colegas tendem a não considerar:

“[Falando do saber] foi isto mesmo que Freud descobriu justamente em torno de 1920, e que é, de algum modo, o

ponto de inflexão [rebroussement: mudança de direção] de sua descoberta. Sua descoberta foi ter soletrado, escandido o inconsciente, e desafio a dizerem que isto possa ser outra coisa que não a observação de que *há um saber perfeitamente articulado, pelo qual, falando propriamente, nenhum sujeito é responsável*. Quando de repente um sujeito chega a encontrar, a tocar esse saber que não esperava, ele fica, pois bem, ele que fala, fica bastante desconcertado” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 107, grifos do autor).

Além de tentar dar os argumentos e razões para a minha rejeição a esta atual centralização da psicanálise em torno da “responsabilidade subjetiva” – não para propor a “irresponsabilidade subjetiva”, nem a “culpa do Outro”, mas para sustentar outra lógica em psicanálise, e a reflexão sobre a incorporação da “responsabilidade subjetiva” na atual psicanálise – aspiro poder levantar quais são seus motivos e suas consequências teóricas e práticas.

Campo específico da “responsabilidade subjetiva”

A expressão “responsabilidade subjetiva”, em francês: “*responsabilité subjective*”, não se encontra nos textos de Lacan (se encontramos “sujeito responsável” e “responsabilidade do sujeito”, abordarei mais adiante em que sentido o sustenta Lacan). Tampouco é uma expressão usada por Freud.

De onde vem, então, a expressão usada na psicanálise atual? Da teoria do direito, isto é, do campo da justiça, especialmente a civil. Atualmente, atua como fundamento da responsabilidade penal praticada nos estados democráticos do mundo. A “responsabilidade subjetiva” é aquela em que a culpa é atribuída ao indivíduo que realiza a conduta em questão sem dolo, nem intenção, e que deve reparar o dano. Sempre se considera neste tipo de responsabilidade jurídica o sujeito em posição de causa, seja por omissão, negligência, descuido, etc.

A outra responsabilidade, a objetiva, deriva de um fato ou atividade em que na sua causa não se encontra nenhum indivíduo. Ambas as responsabilidades dão origem a reparações pelos prejuízos ou danos causados. A diferença entre a responsabilidade objetiva e a subjetiva é que, nesta última, um indivíduo está na causa ou na origem do dano. Dando um exemplo: se um funcionário sofre danos causados pelo trabalho, será responsabilidade objetiva se o dano deriva da natureza do trabalho, e subjetiva se for culpa da conduta do empregador por omissão, negligência ou descuido das medidas de segurança.⁴

Lacan estabeleceu muito cedo, e com absoluta clareza, sua posição em relação ao sentido da incorporação na psicanálise dos temas da “responsabilidade” provenientes do direito civil ocidental e moderno. Em “O problema do estilo”, por exemplo, publicado em 1933, afirma:

*Este artigo é uma tradução livre do artigo “La responsabilidad subjetiva’ en psicoanálisis”, de Alfredo Eidelsztein, publicado originalmente em *El rey está desnudo: Revista para el psicoanálisis por venir*, n. 8, p. 1-15, 2015. Disponível em: <https://elreyestadesnudo.com.ar/wp-content/uploads/2015/09/La-responsabilidad-subjetiva.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

**Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Avenida Pasteur, 250 - fundos, Praia Vermelha, Rio de Janeiro, RJ – Brasil. CEP: 22290-240. E-mail: camilaqk@yahoo.com.br

¹GEREZ AMBERTÍN, Marta. *La responsabilidad del paciente*. Imago-Agenda, n. 129, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/409363224/La-Responsabilidad-Del-Paciente-Imago-Agenda>

²“Obviamente, temos de nos considerar responsáveis pelos impulsos maus dos próprios sonhos. Que mais se pode fazer com eles? A menos que o conteúdo do sonho (corretamente entendido) seja inspirado por espíritos estranhos, ele faz parte de seu próprio ser. Se procuro classificar os impulsos presentes, em um, segundo padrões sociais, em bons e maus, tenho de assumir responsabilidade por ambos os tipos; e, se em defesa digo que o desconhecido, inconsciente e reprimido em mim não é meu ‘ego’, não estarei baseando na psicanálise minha posição, não terei aceito suas conclusões – e talvez serei mais bem ensinado pelas críticas de meus semelhantes, pelos distúrbios em minhas ações e pela confusão de meus sentimentos. Aprenderei, talvez, que o que estou repudiando não apenas ‘está’ em mim, mas vez e outra ‘age’ também desde mim para fora” (FREUD, 1925/1996, p. 165).

³Na época da publicação original do artigo, a revista *El rey está desnudo* encontrava-se vinculada à *Apertura Sociedad Psicoanalítica*, que foi refundada em 2019 com o nome *Apertura para Otro Lacan* (APOLA).

⁴O Dr. Jorge Knoblovits assessorou Alfredo Eidelsztein no tema jurídico.



[...] o interesse, pelos doentes mentais, nasceu historicamente de necessidades de ordem jurídica. Estas necessidades apareceram depois da instauração formulada, com base no direito, da *concepção filosófica burguesa do homem* dotado de uma liberdade moral absoluta e da *responsabilidade* como própria ao indivíduo [...] (LACAN, 1933, p. 73, grifos do autor).

Dezessete anos mais tarde ele sustenta a mesma ideia, mas concebida como lei geral: “A responsabilidade, isto é, o castigo, é uma característica essencial da ideia do homem que prevalece numa dada sociedade” (LACAN, 1950, p. 315, grifo do autor).

Seguindo estas ideias de Lacan – que eu, daqui a pouco, articularei à questão da imputabilidade –, pode-se afirmar que com “responsabilidade subjetiva” se faz na atualidade uma abordagem moral da ideia de homem, com a qual se opera em psicanálise: um homem livre e responsável que deve se implicar nos fatos de sua vida, mesmo que os produza sem a vontade de fazê-los e mesmo sem sabê-lo. Tudo isso é tirado do âmbito da justiça que passou à moralidade social.

Vamos esclarecer que na antropologia, mais amplamente utilizada no campo das ciências humanas, “homem” foi substituído por “sujeito”. “Sujeito” designa agora o que “homem” designava nos séculos passados, isto é, a maneira de se referir ao “antropológico universal”. E qual é, então, a concepção de homem/sujeito que surge na psicanálise através da “responsabilidade subjetiva”?

Responsabilidade

Na análise das implicações dessa concepção de homem/sujeito em nossa cultura se encontra muito estudado o tópico das relações entre o significado e a etimologia do termo em questão.

No *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico* de Joan Corominas e José Antônio Pascual (2002, p. 887), se estabelece que “responsável” e “responsabilidade” são termos derivados de “responder”, que vem do latim *Respōndēre* (primeiro achado em 1022). Em *Le Grand Robert* (1994), afirma-se que “responsável” aparece entre 1284-1304, significando: “admissível em justiça”, derivado do latim *responsus*, que vem, por sua vez, de *respondere* (1309). “Ser fiador”: responder; em latim *respondēo*, significava: responder a uma promessa, assegurar por sua parte, garantir, prometer. No *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine* de Ernout e Meillet (1994, p. 643), encontramos: *spondeō, -ēs, spondēre*: assumir um compromisso solene. Diz-se do compromisso de casamento e de todos os tipos de compromisso religioso. Em particular, o compromisso do pai (*spondet*) da noiva (*spōnsa*) de entregar a sua filha, de onde *Respondēo*: responder a um compromisso solenemente tomado. De sua origem no grego *σπένδω* (*spendo*): a obrigação resultante do rito no sentido do indo-europeu que desapareceu no latim, e que, por sua vez, conta com *libāre* para designar o cumprimento do ato ritual (que, por sua vez, tem origem na língua *hitita*).

No que diz respeito ao hoje, o tão empregado *sponsor*, que em espanhol se utiliza como patrocinador e padrinho, deve-se dizer que ele vem do latim e de lá passou para o inglês, onde é obtido por nossa língua.⁵ Em latim: fiador, garante.

De todos esses textos, podemos concluir que “responsabilidade” significa responder no sentido de cumprir com a obrigação prometida em um ato público; se trata de responder pelos compromissos assumidos com os outros. “Responsabilidade subjetiva” indica, conseqüentemente, para nossa análise, como uma pessoa/sujeito funciona enquanto garantia da palavra dada ou o ato realizado, e é o que o código legal civil moderno impõe quando não há promessa solene – atos não contratuais –, senão um compromisso que se estabelece de forma indireta ou tácita para eventos pessoais. Assim, todo ato e toda palavra terão, em última instância, um indivíduo que os garanta, ainda que sejam, descritivamente, inconscientes.

Em “Esbozo histórico acerca del término ‘responsable’” (1977/2013), de Michel Villey (filósofo francês contemporâneo e historiador de direito), encontramos sobre “responsabilidade”:

1) que na língua de origem romana há uma primeira acepção especificamente jurídica;

2) que sendo aceito na Europa, foi transposto *para outro mundo*, onde esta linguagem se alterou. Já mostramos, por exemplo, como o termo “obrigação”, proveniente da linguagem jurídica romana, uma vez apropriado *pelos moralistas modernos*, teve seu significado alterado. O mesmo aconteceu com o termo “responsável”;

3) que, atualmente, desses dois sentidos surge um ecletismo confuso.

Este autor também indica que “responsabilidade” passou do direito erudito do século XIII ao campo da moralidade moderna ocidental, enquanto termo neológico “responsabilidade”, por volta do final do século XVIII. Em sua origem, seu valor fundamental não implicava a culpa, nem tampouco o fato submetido a um sujeito.

Sem dúvida, a psicanálise em sua modernidade está dentro do “ecletismo confuso” que denuncia Villey (1977/2013).

A “responsabilidade” na modernidade ocidental

A aplicação em psicanálise da “responsabilidade subjetiva” ao conjunto de seus conceitos fundamentais foi possível devido à concepção moderna de sujeito – que não coincide, em absoluto, com o novo conceito apresentado por Lacan –, passando a coincidir com o Eu e, por sua vez, o Eu com um indivíduo biologicamente concebido. “Sujeito” é utilizado para designar o humano, cuja origem se acredita estar no interior de um corpo biológico; ele se descreve como “um animal que fala”, ou como um “vivente falante”. Badiou designa esta concepção de “antropologia animal”, e, coincidentemente, Norbert Elias concebe que a sociedade moderna ocidental considera a si mesma como consistindo em uma soma de indivíduos: 1+1+1+... Norberto Esposito deduz desse

⁵Língua espanhola, na qual foi redigido o artigo original.

movimento o novo ideal da vida do sujeito/pessoa moderna ocidental: ser imune às influências dos antepassados, pais, mestres, contemporâneos, etc. Louis Dumont entende que o homem não hierárquico, o homem igual por direito, padece de um sensível empobrecimento do laço social. Inclusive, surgem, como propõe Watt Ian, novos heróis e mitos deste individualismo moderno: Dom Quixote, Fausto e Robinson Crusoe.

Este movimento notável de nossas sociedades incentiva o estabelecimento cada vez maior de um ideal individualista que chegou a um estágio superior, no sentido de uma nova forma de vida: uma pessoa por cada unidade habitacional. Na maioria das cidades ocidentais modernas é maior o número de pessoas que vive sozinha do que o das que convivem. Assim também a responsabilidade tida como social (Sodoma e Gomorra), ou familiar (Monte-Quio e Capuleto) tem sido concebida como individual.

Partindo dessa tendência ao individualismo, a psicanálise – tal como apresentada por Sigmund Freud, mas não Lacan – tem contribuído, fornecendo a ideia de colocar a vida e o cenário do sujeito/pessoa em um aparato dentro de cada um, que o divide em seu interior, mas que também implica supor que é um ou cada qual que pensa, sente, goza, sofre, deseja, etc. Tudo isso muito bem criticado por Remo Bodei (2004) em *El doctor Freud y los nervios del alma*. Indubitavelmente, as instâncias freudianas são internas a um indivíduo, o que não se pode afirmar das ordens ou registros simbólico, imaginário e real. Os primeiros estão dentro do ovo do indivíduo e os segundos concebidos como cadeia borromeana de elos furados em *inmixión de Otredad*, ou, em todo caso, inscritos – como o esquema R – em um plano projetivo, concebido por Lacan como absolutamente não individual, já que inclui o outro, o Outro, a realidade e o ponto de impossível de ser submerso no espaço tridimensional.

Um momento-chave na produção desse individualismo foi a proposta de fundamento de René Descartes com seu *cogito ergo sum* (eu penso, sinto, desejo, rechaço, etc., então sou ou existo). Este famoso “Penso, logo existo” pode ser criticado ou rechaçado, ainda que na atualidade não reste muito lugar para tal. Assim o fez Jacques Lacan, e, segundo ele, isso é o que implica a psicanálise de Freud, ainda que este não a tenha teorizado assim. Mediante o “inconsciente” entendido como o discurso do Outro, com o adendo também quase totalmente esquecido pelos seguidores de Lacan em seus postulados: o desejo do homem é o desejo do Outro e Isso fala (*Ça parle*), Isso pensa (*Ça pense*) e

Isso goza (*Ça jouit*), Lacan funda uma psicanálise contrária à orientação individualista da ideologia ocidental moderna, a que venera a “responsabilidade subjetiva”.

Pois bem, essa proposta de tradução do Isso (*Es*) freudiano pelo Isso (*Ça*) de Lacan para ser aplicado, por exemplo, ao pensamento não foi criação de Lacan. Ela foi concebida por uma larga e extensa lista de pensadores fundamentais da questão do sujeito, como, por exemplo: Santo Agostinho, Averróis, Lichtenberg, Schelling, Nietzsche, Valéry, Lévi-Strauss, Ricoeur, Angenot e Foucault.⁶ Todos eles sustentaram-na, igual a Lacan, de uma forma ou de outra, mas com contundência:

Es denkt in mir (Isso pensa em mim)

Ça pense en moi (Isso pensa em mim)

Quelque chose pense (Algo pensa)

Um argumento que não se costuma considerar para a análise do problema sobre se “é um – cérebro – quem pensa” ou “se – uma sociedade, uma cultura, uma época, uma língua, uma ciência – pensa” é o dos descobrimentos simultâneos na ciência moderna. A questão é a seguinte: como pode suceder que dezenas de descobrimentos científicos de primeira importância sejam realizados de forma simultânea por vários investigadores que não trabalham juntos, nem conheciam as investigações um do outro? Como é um tópico desconhecido,⁷ passo a oferecer um conjunto de exemplos que considero ser suficientemente significativo para apoiar a posição de que é “Isso” o que ou quem pensa.

Lógica paraconsistente	Stanislaw Jaskowski / Newton da Costa
Compactos	Bertrand Russell / Maurice Fréchet
Evolução	Charles Darwin / Alfred Wallace
Economia política	Karl Marx / David Ricardo
Medição da paralaxe de estrelas	Friedrich Bessel / Wilhelm von Struve / Thomas Henderson
Invenção do dínamo	Ernst Siemens / Ladd / Søren Hjørath / Charles Wheatstone
Equações	Georges Lémaitre / Alexander Friedmann
Autismo	Hans Asperger / Leo Kanner
Banda de Moebius	August Ferdinand Möbius / Johann Benedict Listing
XY	Nettie Maria Stevens / Edmund Beecher Wilson
Elétrons	Joseph John Thomson / Charles Francois de Cisternay du Fay
Cálculo Infinitesimal	Issac Newton / Gottfried Wilhelm Leibniz
Leis de Newton	Issac Newton / Robert Hooke
Respiração	Joseph Priestley / Schule / Lavoisier / Lazzaro Spallanzani / Davi
Telefone	Graham Bell / E. Grey / Antonio Meucci
Teoria da relatividade	Albert Einstein / Henri Poincaré
Manchas solares	Galileu / David Fabricius / Schneider / Thomas Harriot

⁶Cf. LIBERA, Alain de. *Archéologie du sujet: naissance du sujet*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2007. Tomo 1.

⁷Foi parcialmente considerado por Michel Foucault (2013) em *¿Qué es usted, profesor Foucault?* Buenos Aires: Siglo veintiuno, p. 270-291, 2013, e analisado por Imre Lakatos (1987) em *Historia de la ciencia*. Madrid: Tecnos, p. 33.

O mesmo ocorreu com a invenção do telescópio, do termômetro, etc. Uma solução a este fascinante problema, que ataca fortemente a ideia do “gênio moderno”, é que uma época, disciplina, ciência ou língua pensa e que há indivíduos em melhores condições que outros – mas não há motivos para supor que deve ser somente um –, para receber, aceitar e expressar o que (Ça) Isso pensa (EIDELSZTEIN, 2012).

É isso mesmo o que Lacan apresenta explicitamente e é assim como propõe que Freud deve ser lido. A lei que desde o começo propôs é: Alguém recebe sua própria mensagem desde o outro/Outro e de forma invertida.⁸

Entremos com tudo nesta problemática, o que faremos através de Alain de Libera (2007) e seu “Naissance du sujet”, o Tomo 1 de *Archéologie du sujet*, uma das investigações mais específicas, completas e rigorosas sobre a questão. Alain de Libera é um filósofo e historiador da subjetividade que funda sua concepção em uma leitura que se localiza entre Heidegger e Foucault.

Sua elaboração parte da pergunta: como o homem/sujeito enquanto agente do pensamento introduziu-se na filosofia? Libera (2007, p. 15) chama este sujeito responsável e agente de “monstro”. A referência por ele apresentada parte de Aristóteles que considerava que “sujeito” designa o substrato ou suporte do pensamento, já que concebia que o homem estava dotado de uma capacidade receptiva de pensamento, tal como acabo de descrever a respeito do cientista criador dos descobrimentos simultâneos. Contudo, desde o “sujeito do pensamento” na qualidade de auxiliar, cúmplice ou servidor passou-se ao “sujeito pensante” como agente ou causa do pensamento, e este é o sujeito da “responsabilidade subjetiva” no social e na psicanálise.

Libera (2007, p. 16) cita neste ponto o texto de Alain Renaut, *L'individu*: “O que [...] definiu intrinsecamente a modernidade é, sem dúvida, a forma na qual o ser humano se encontra nela concebido e afirmado como fonte de suas representações e de seus atos, como seu fundamento (*subjectum, sujet*) ou todavia como seu ator”.

Como se lê com clareza nessa citação, a proposta do aparato psíquico de Sigmund Freud responde, muito mais que aos supostos fatos observados da clínica, a um projeto ideológico e filosófico que caracteriza o Ocidente moderno capitalista e democrático, que produziu o humanismo moderno, o dos ideais da autorreflexão, da autofundação e da autonomia (LIBERA, 2007, p. 23). O extremo dessa tendência já superou, inclusive, a “responsabilidade subjetiva”. Segundo Libera, estamos na época do “sujeito de imputação”. Todo ato supõe, inexoravelmente, uma pessoa responsável e, ademais, imputável, o que indica a passagem do estritamente jurídico ao forense (LIBERA, 2007, p. 98-99). Não se pode perder de vista estes argumentos, a fim de entender a atual tendência de tantos psicólogos jovens por estudar a disciplina forense, e que ela seja o tema de muitas séries de sucesso na televisão sobre este novo personagem moderno: o perito.

⁸ Cf. por exemplo, LACAN, Jacques (1956-1957). *O Seminário: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995. livro 4, p. 122.

Em psicanálise, então, os temas mais conflituosos tratados em sua prática são considerados como tendo uma garantia última: ainda para os casos nos quais o inconsciente se manifesta de forma mais contundente, o psicanalista saberá que conta com um respaldo: há uma pessoa/indivíduo, o qual se designa sujeito que, embora dividido em “seu interior”, deve moralmente se implicar em tudo aquilo do qual padece ou goza, pensa, deseja ou atua e, especialmente, se queixa. Isto já configura um novo ideal social: não há que se vitimizar. Do original “conhece-te a ti mesmo”, chegou-se ao “implique-se”.

Além disso, estar contra, em oposição absoluta a esta orientação em psicanálise (não, é claro, para a justiça ou a ciência forense), deixo bem fundamentada a leitura que estabelece que a incorporação aos fundamentos da psicanálise da “responsabilidade subjetiva” não é uma posição da psicanálise obtida de sua prática específica, nem das concepções de Lacan, senão de uma concessão do psicanalista à moral capitalista, na qual habita.

O grande mal-entendido

Os psicanalistas lacanianos não apenas sustentam sua posição no pequeno adendo de Freud à “Interpretação dos Sonhos”, no qual ele diz que se deve aplicar ao sonhador a responsabilidade moral pelos conteúdos de seus sonhos,⁹ como também, muito regularmente, afirmam-se na seguinte citação de Lacan, de “A ciência e a verdade” (1966/1998c, p. 873):

Dizer que o sujeito sobre quem operamos em psicanálise só pode ser o sujeito da ciência talvez passe por um paradoxo. É aí, no entanto, que se deve fazer uma demarcação, sem o que tudo se mistura e começa uma desonestidade que em outros lugares é chamada de objetiva: mas que é falta de audácia e falta de haver situado o objeto que malogra. *Por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis*. Que chamem a isso como quiserem, terrorismo. Tenho o direito de sorrir, pois não era num meio em que a doutrina é abertamente matéria de negociatas que eu temia chocar quem quer que fosse, ao formular que o erro de boa fé é dentre todos o mais imperdoável (grifo do autor).

Em francês (LACAN, 1966, p. 858-859):

Dire que le sujet sur quoi nous opérons en psychanalyse ne peut être que le sujet de la science, peut passer pour paradoxe. C'est pourtant là que doit être prise une démarcation, faute de quoi tout se mêle et commence une malhonnêteté qu'on appelle ailleurs objective: mais c'est manque d'audace et manque d'avoir repéré l'objet qui foire. *De notre position de sujet, nous sommes toujours responsables*. Qu'on appelle cela où l'on veut, du terrorisme. J'ai le droit de sourire, car ce n'est pas dans un milieu où la doctrine est ouvertement matière à tractations, que je craignais d'offusquer personne en formulant que l'erreur de bonne foi est de toute la plus impardonnable (grifo do autor).

⁹ É surpreendente que os psicanalistas lacanianos se assegurem tanto no artigo sobre a responsabilidade moral do conteúdo dos sonhos escrito por Freud, já que foi Lacan – ao menos que se saiba – o único psicanalista que, ao propor a concepção de desejo inconsciente considerado como o desejo do Outro, apresenta uma breve resenha clínica de um caso de um analisante no qual o sonho analisado é o da amante dele mesmo, que funciona como interpretação da demanda que ele fez a ela e a seu analista por seu sintoma de impotência e que resolve. De quem são os conteúdos manifestos e latentes do sonho? Da amante? Do analisante? De Lacan? Ou fica entre eles 3/4? (Cf. LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 626).

Nos parágrafos precedentes a esta famosíssima citação, Lacan vinha colocando a necessidade de remeter os psicanalistas às suas certezas menos discutidas. Nesse contexto, afirmava de forma absolutamente inovadora – ninguém em psicanálise o havia sequer chegado perto – que em psicanálise operamos com o “sujeito da ciência”, considerando que ao não assumir esta delimitação se poderia incorrer em desonestidade.

Então: Lacan concebe/postula/afirma que o sujeito com o qual opera a psicanálise é o “sujeito da ciência”, e é aí que aparece a citação que os autores lacanianos utilizam regularmente para sustentar a “responsabilidade subjetiva”: *De notre position de sujet, nous sommes toujours responsables*.

O uso que se faz desta frase de Lacan implica um profundo mal-entendido e um grave erro de leitura. O que Lacan propõe é que devemos em psicanálise fazer uma exposição clara e explícita sobre qual é o conceito de sujeito com o qual operamos e que os analistas devem responder por isso.

Em francês *position* não significa o que os analistas supõem: fazermo-nos encarregados/responsáveis ou não por nossas questões, mas sim colocar (*poser*). Sua definição no *Le Grand Robert* é: *Manière dont une chose, une personne est posée, placée, situé; lieu où elle est placée*. Traduzido: forma na qual uma coisa, uma pessoa é posicionada, localizada, situada; lugar onde ela está localizada.

O que faz Lacan nesta frase é postular, situar, localizar o conceito de sujeito com o qual opera a psicanálise, o que ninguém fez antes dele: concebê-lo como “sujeito da ciência”. Não disse que cada um de nós deve fazer-se responsável de suas questões enquanto sujeito, senão que os analistas devem ser responsáveis, ou seja, como já vimos, devem poder responder como concebem, postulam o sujeito em sua teoria, em sua prática e em seu diálogo com as ciências e disciplinas afins.

Por outro lado, se Lacan quisesse dizer o que seus discípulos sustentam, deveria ter dito e escrito outro texto; ele escreveu:

<i>De notre</i>	<i>Position</i>	<i>de sujet</i>	<i>nous sommes toujours responsables</i>
plural		singular	Plural

Proponho ler:¹⁰

De nossa(o)	colocação, conceito, postulação	de sujeito	somos sempre responsáveis
(dos psicanalistas)		(conceito)	(os psicanalistas)

Os colegas creem ler o seguinte:

<i>De notre</i>	<i>position</i>	<i>de sujets, ...</i>
(plural)		(plural)
De nossa	posição	de sujeitos,...

¹⁰ María Eugenia Kachele, especialista consultada por conta da tradução apresentada por Alfredo Eidelsztein, propôs, por sua vez, a seguinte versão: Somos responsáveis por nossa concepção da noção de “sujeito”.

Porém, Lacan nunca escreveu *sujets*, mas sim *sujet*.

A força, a pressão ideológica do individualismo moderno é tão sólida que os colegas lacanianos creem ler isto no escrito de Lacan. Em mais de 200 páginas da Internet citam Lacan, mas acreditam ler “sujeitos” onde Lacan escreve “sujeito”. O mesmo verificou-se ocorrer em vários artigos que citam com este erro Lacan em francês.

Neste mesmo sentido, o primeiro capítulo do livro de Alain de Libera (2007) se chama *Position du sujet*, e não é o capítulo onde Libera trata o assunto da responsabilidade de cada sujeito pelo que o acomete, mas onde coloca e postula a história do monstro do conceito de “sujeito responsável”, tal como Lacan faz com seu “sujeito da ciência” para a psicanálise.

Não obstante, participa mais da questão que aqui apresento, o escrito de Lacan *Position de l'inconscient*, que não trata do lugar do inconsciente dentro de um aparato psíquico (como para Freud), nem de assumir a responsabilidade sobre nosso inconsciente, mas em como Lacan concebe o conceito de inconsciente para a psicanálise. Em “Posição do inconsciente” não se trata de se somos responsáveis ou não por nosso inconsciente, mas de como concebemos e fundamentamos seu conceito.

O próximo artigo começará tratando de outro problema grave de leitura, o famoso: “Que lugar você ocupa naquilo de que se queixa?”, que se cita para dar conta da posição freudiana a respeito da responsabilidade de Dora no caso Dora.

Alfredo Eidelsztein

Psicanalista. Dr. de U.B.A., área Psicologia. Docente a cargo de cursos de pós-graduação e doutorado nos últimos 20 anos, em U.B.A e em universidades e institutos da Argentina. Docente de pós-graduação e doutorado de universidades e institutos do Brasil, Costa Rica, Chile, Colômbia e México. Autor de vários livros de psicanálise, dentre eles: *Modelos, esquemas e grafos no ensino de Lacan; O grafo do desejo; A topologia na clínica psicanalítica e As estruturas clínicas a partir de Lacan* (volumes I e II). Membro da Sociedade “Apertura para Otro Lacan” (APOLA).

Informações sobre a autora:

Camila Quinteiro Kushnir

 <https://orcid.org/0000-0001-9778-5761>

 <http://lattes.cnpq.br/5405085381819584>

Psicanalista. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-graduada no Curso de Especialização em Clínica Psicanalítica pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). Mestre no curso de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro da Sociedade “Apertura para Otro Lacan” (APOLA/Buenos Aires). Atualmente realiza atendimento e supervisão clínica em consultório particular na cidade do Rio de Janeiro e na modalidade online.

Como citar este artigo:

ABNT

KUSHNIR, Camila Quinteiro. A “responsabilidade subjetiva” em psicanálise (tradução). *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 33, n. 1, p. 41-46, jan./abr. 2021. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/36050>

APA

Kushnir, C. Q. (2021, Janeiro/Abril). A “responsabilidade subjetiva” em psicanálise (tradução). *Fractal: Revista de Psicologia*, 33(1), 41-46. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/36050>

Copyright:

Copyright © 2021 Kushnir, C. Q. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2021 Kushnir, C. Q. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Referências

BODEI, Remo. *El doctor Freud y los nervios del alma: Filosofía y sociedad a un siglo del nacimiento del psicoanálisis*. Conversaciones con Cecilia Albarella. Buenos Aires: Pre-Textos, 2004.

COROMINAS, Joan; PASCUAL, José Antônio. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos, 2002. v. 4.

EIDELSZTEIN, Alfredo. Ça parle (eso habla) y Ça pense (eso piensa) y la responsabilidad subjetiva. *Revista sujeto del inconsciente*, La Paz, n. 3, 2012.

EIDELSZTEIN, Alfredo. La “responsabilidad subjetiva” en psicoanálisis. *El rey está desnudo: Revista para el psicoanálisis por venir*, n. 8, p. 1-15, 2015. Disponível em: <https://elreyestadesnudo.com.ar/wp-content/uploads/2015/09/La-responsabilidad-subjetiva.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Alfred. *Dictionnaire Étimologique de la Langue Latine*. Paris: Klincksieck, 1994.

FOUCAULT, Michel. *¿Qué es usted, profesor Foucault?* Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2013.

FREUD, Sigmund. Algumas notas adicionais sobre a interpretação de sonhos como um todo (1925). In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 19, p. 155-176. Edição Standard Brasileira.

GEREZ AMBERTÍN, Marta. La responsabilidad del paciente. *Imago Agenda*, n. 129, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/409363224/La-Responsabilidad-Del-Paciente-Imago-Agenda>. Acesso em: 21 ago. 2019.

LACAN, Jacques. Le problème du style. *Pas-tout Lacan*. 1933. Disponível em: <http://ecole-lacanienne.net/wp-content/uploads/2016/04/1933-06-01.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

LACAN, Jacques. Introduction théorique aux fonctions de la psychanalyse en criminology. *Pas-tout Lacan*. 1950. Disponível em: <http://ecole-lacanienne.net/wp-content/uploads/2016/04/1950-05-29a.pdf>. Acesso em: 21 agosto 2019.

LACAN, Jacques. La science et la vérité. In: _____. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966. p. 855-877.

LACAN Jacques. *O Seminário: O avesso da psicanálise* (1969-1970). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992. livro 17.

LACAN, Jacques. *O Seminário: a relação de objeto* (1956-1957). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995. livro 4.

LACAN, Jacques. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia (1950). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998a. p. 127-151.

LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998b. p. 591-652.

LACAN, Jacques. A ciência e a verdade (1966). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998c. p. 855-892.

LAKATOS, Imre. *Historia de la ciencia*. Madrid: Tecnos, 1987.

LE GRAND Robert-Dictionnaire de La Langue Française. Paris: Le Robert, 1994. v. 8.

LIBERA, Alain de. *Archéologie du sujet: naissance du sujet*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2007. Tomo 1.

VILLEY, Michel. Esbozo histórico acerca del término “responsable” (1977). Tradução de José L. Gabriel Rivera. [Título original: Esquisse historique sur le mot “responsable”. *Revista IUS ET VERITAS*, n. 46, p. 1-15, 2013. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/iusetveritas/article/view/11959/12527>. Acesso em: 21 ago. 2019.

A escrita literária: a coemergência da obra e do autor★

Veronica Torres Gurgel  **

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Palavras-chave: escrita; produção de subjetividade; literatura.

Este trabalho investiga o processo de escrita literária, buscando compreendê-lo sob seu aspecto coletivo. Esse tema surgiu a partir de entrevistas em que escritores comentam seu processo de criação, evidenciando que a escrita não é um processo individualizado, resultante de uma história pessoal, mas uma criação da qual participam diversos vetores – tecnológicos, econômicos, estéticos, etc. Isso contradiz duas concepções corriqueiras: para a primeira o “espírito do tempo” determina os textos; para a segunda o escritor é a origem da obra e nela projeta suas vivências e seus desejos. Tomando como referência as discussões de Roland Barthes, Michel Foucault e Roger Chartier acerca do autor, procura-se evidenciar que a ideia de que o texto é fruto de uma entidade individualizada não é natural nem óbvia, mas surgiu por volta do século XVII, com vistas a punir aqueles que escreviam textos considerados perigosos.

Este trabalho investiga, ainda, as principais vertentes de estudo da linguagem, buscando identificar suas consequências para a compreensão da escrita. Para isso, analisa o formalismo e sua ênfase nos invariantes da linguagem. Segundo essa vertente, a literatura é um caso de fala, obedecendo às regras impostas pela língua. Em contraposição a essa abordagem, recorremos ao pragmatismo de John Austin, que enfatiza o aspecto produtivo da linguagem e defende que os enunciados são capazes de modificar o mundo empírico, desde que sejam pronunciados em situações favoráveis. Ainda tratando da abordagem pragmática, toma-se como base Gilles Deleuze e Félix Guattari. Para eles, um enunciado não é uma simples combinação das regras da língua, mas é capaz de provocar rachaduras em toda a linguagem. Além disso, os enunciados podem transformar o plano empírico sem depender da convergência entre o dito e as convenções sociais.

Deleuze e Guattari, bem como Blanchot e Foucault, enfocam a relação da literatura com a resistência a práticas de dominação, embora com diferentes nuances. Blanchot enfatiza a estranheza produzida pela palavra essencial, em oposição à familiaridade da palavra bruta. Foucault aponta para a palavra que permite a produção de novos discursos, em oposição àquelas que se esgotam em si mesmas. Por fim, Deleuze e Guattari enfocam o uso majoritário e minoritário da língua: o primeiro mais capturável por práticas homogeneizantes, e o segundo mais permeável às desestabilizações.

Alguns escritores cujas falas nos ajudaram a pensar a criação literária foram: Milton Hatoum, Ferreira Gullar, Carola Saavedra, Jorge Luis Borges, Ernest Hemingway e Cristóvão Tezza. Registro, ainda, que a pesquisa realizada ao longo desta dissertação me levou à escrita de novos contos, alguns dos quais passaram a integrá-la.

Por fim, com base em John Dewey, concluiu-se que, para haver experiência estética na escrita, é preciso um equilíbrio entre fazer e padecer. Assim, o escritor precisa escrever, mas também se deixar guiar pelo que percebe da sua obra: é escritor e leitor, agente e fruidor simultaneamente. Portanto, a sua criação não é nem um relato de sua vida nem uma criação *ex-nihilo*, pois o processo de criação também é um processo de produção de subjetividade, dizendo respeito à coemergência da obra e do autor.

Informações sobre a autora:

 <https://orcid.org/0000-0003-2774-5443>

 <http://lattes.cnpq.br/9545542889673896>

Professora auxiliar no Centro Universitário IBMR. Doutora em psicologia pelo PPGP - UFRJ. Doutora pelo PPGP - Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa CNPq. Mestre pelo PPGP - Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa CAPES. Graduação e Formação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Participa de projetos de pesquisa nas áreas de deficiências, literatura, cognição, produção de subjetividade, e arte. Ministrou as disciplinas de Percepção e Pensamento, Aprendizagem e Memória, Psicologia em Saúde, Práticas de intervenção em Comunidades, Introdução à Psicologia e Trabalho e Subjetividade

Como citar este resumo:

ABNT

GURGEL, Veronica Torres. A escrita literária: a coemergência da obra e do autor (resumo). *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 33, n. 1, p. 47, jan./abr. 2021. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5851>

APA

Gurgel, V. T. (2021, Janeiro/Abril). A escrita literária: a coemergência da obra e do autor (resumo). *Fractal: Revista de Psicologia*, 33(1), 47. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5851>

Copyright:

Copyright © 2021 Gurgel, V. T. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2021 Gurgel, V. T. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

* Resumo de dissertação de mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora: Virgínia Kastrup. Ano de obtenção: 2015.

** Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Av. Pasteur, 250, Fundos - Praia Vermelha, Urca - Rio de Janeiro, RJ - Brasil. CEP: 22.290-902. E-mail: vgurgel@gmail.com.

